

Agricultura Familiar,
Agroecologia e Mercado
no Norte e Nordeste do Brasil

Paginas Blancas

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER
SERVIÇO ALEMÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E SOCIAL

Agricultura Familiar,
Agroecologia e Mercado
no Norte e Nordeste do Brasil

Fortaleza, Ceará - 2004

© Copyright – 2004 by Fundação Konrad Adenauer e DED-Brasil

EDITOR RESPONSÁVEL

Klaus Hermanns

ORGANIZADORES

Angela Küster

Jaime Ferré Martí

Udo Fickert

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Miguel Macedo

COPYDESK

Vianney Mesquita

REG. Prof. MTE 00489JP

DIAGRAMAÇÃO

LARRI

CAPA

Wiron

A224 Agricultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil/Organizadores: Angela Küster, Jaime Ferré Martí - Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED 2004.

236p 21 x 15 cm

1. Agricultura - Brasil, Norte e Nordeste, 2. Agroecologia - Brasil, 3. Brasil, Desenvolvimento rural. I. Konrad-Adenauer-Stiftung, DED.

CDD- 338.109813

ISBN: 85-7504-067-7

Todos os direitos desta edição reservados à

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

Av. Dom Luís, 880 - Salas 601/602 - Aldeota.

60160-230 - Fortaleza - CE - Brasil

Telefone: 0055 - 85 - 261.9293 / Telefax: 00 55 - 85 - 261.2164

www.sustentavel.inf.br

e-mail: kas-fortaleza@adenauer.com.br

e

DED Brasil

Rua Joaquim Felipe, 101

50 050-340 Recife - PE

Telefone: 0055 - 81 - 3221 0075 - Telafax 0055 - 81 - 3222 1959

www.dedbrasil.org.br / e-mail: ded@dedbrasil.org.br

Impresso em papel reciclado

Impresso no Brasil - *Printed in Brasil*

SUMÁRIO

Autores	09
Apresentação	13
Introdução: O retorno a uma agricultura sustentável	15
<i>Angela Küster</i>	
<i>Jaime Ferré Martí</i>	
<hr/>	
Parte I: Acesso ao mercado dos produtos ecológicos da agricultura familiar	
Incremento do mercado orgânico no Brasil	23
<i>Udo Fickert</i>	
Abordagem das relações sociais em experiências de produção e comércio de produtos ecológicos no Brasil	51
<i>Pedro Jorge B. F. Lima</i>	
<i>Maristela Calvário A. Pinheiro</i>	
Comercialização e transformação dos produtos da agricultura familiar: alguns pontos a discutir	67
<i>Ricardo Costa</i>	
Agroecologia e mercados locais: o caminho através da economia popular solidária	75
<i>Julian Perez Cassarino</i>	

PARTE II: Financiamento e crédito para agricultura familiar

- Mercados e serviços financeiros: restrições à sustentabilidade da agricultura familiar 87
Reginaldo Sales Magalhães
- Financiamento e crédito para produção e comercialização da agricultura familiar agroecológica/orgânica 97
Silvana Parente

PARTE III: Certificação de produtos orgânicos - legislação, normas e procedimentos

- Legislação e normas para a certificação de produtos orgânicos: políticas públicas e garantias da qualidade 113
Jean Pierre Medaets
Kleber Pettan
- Rede Ecovida de Agroecologia e certificação participativa em rede: uma experiência de organização e certificação alternativa junto à agricultura ecológica familiar no sul do Brasil 125
Luiz Carlos Rebelatto dos Santos
- Implementação de uma Política Pública de Promoção de Agroecologia no Espírito Santo como Estratégia de Desenvolvimento Local Sustentável: a Contribuição da Cooperação Alemã. 147
Projeto Desenvolvimento Local Sustentável
Espírito Santo GTZ/GFA
- Certificação orgânica: desafios e oportunidades para a agricultura familiar. Experiência da Associação CHÃO VIVO 169
Hélio Orlando Menegueli
- Certificação socioparticipativa na Amazônia: valorizando a identidade sócio-etno-ambiental na floresta 183
Marcelo Nunes

PARTE IV: Serviços, Informações e Anexos

Produtores/grupos/associações de produtores orgânicos, que participaram do levantamento	191
Entidades da sociedade civil	203
Certificação	209
Informações	219
Carta Política do I Encontro Nacional da Agroecologia	227

Os autores

Angela Küster é doutora em Ciência Política pela Universidade Livre de Berlim. Desde 1996 reside no Brasil, em Fortaleza, Ceará, onde desenvolveu tese de doutorado com apoio da Fundação Heinrich Böll. Desde 2001 coordena projetos da Fundação Konrad Adenauer, escritório Fortaleza. É membra fundadora e diretora de projetos da ONG Oficina do Futuro - ecologia comunitária. Trabalha nas áreas de desenvolvimento local sustentável, sistemas e metodologias de participação cidadã, arte-educação ambiental e agroecologia

Jaime Ferré Martí é engenheiro agrônomo pela Universidade Federal do Ceará e consultor ambiental. Em 2004 participou da coordenação do Projeto Nordeste Natural pela Fundação Konrad Adenauer em parceria com o Serviço Técnico Alemão DED, visando à melhoria do acesso de produtos agroecológicos da agricultura familiar ao mercado. Desde 2003 participa da ONG Oficina do Futuro - ecologia comunitária e trabalha na área técnica ambiental com metodologias para o desenvolvimento local sustentável. Entre 2001 e 2003, participou em equipes multidisciplinares na elaboração de vários Estudos de Viabilidade Ambiental (EVA), Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Planos de Controle Ambiental (PCA)

Udo Fickert é consultor do Programa Parceria Público-Privada do DED e coordenador do Projeto DED-BioFach; é engenheiro agrô-

nomo, M. Sc. Agric., formado na Universidade de Humboldt, em Berlim, Alemanha, com especialização em "Desenvolvimento Agrário Internacional" e pós-graduação em "Estudo Integrado Europeu em Ciência do Meio Ambiente". Suas atividades profissionais de consultoria empresarial e de coordenação e realização de projetos desenvolvimentistas têm o enfoque na área de Agroecologia e Agricultura Orgânica. Já em 1984 trabalhou numa empresa de hortifruticultura orgânica (Bioland) em Bornheim-Waldorf, Alemanha. Entre 1993 e 1995, realizou o projeto "Desenvolvimento de sistemas agroecológicos de produção de leite na província de Havana, Cuba". De 1999 a 2002 trabalhou como consultor da ONG ESPLAR - Centro de Pesquisa e Assessoria, Fortaleza-CE, na área de organização econômica e comercialização em sistemas agroecológicos.

Pedro Jorge B. F. Lima é engenheiro agrônomo pela UFC, com mestrado em Fitotecnia, pela Universidade Federal de Viçosa, MG. Nos últimos 25 anos vem atuando em projetos no campo da Agroecologia junto a agricultores e agricultoras familiares do semi-árido cearense, relacionados principalmente com consórcios agroecológicos com algodão. Representou as ONGs da Região Nordeste no Colegiado Nacional de Produtos Orgânicos do Ministério da Agricultura e integrou o Comitê Assessor Externo da EMBRAPA-Algodão entre 2000 a 2002. Foi um dos fundadores e atual diretor-adjunto da ONG ESPLAR, onde atua desde 1974. Integra o GAO, onde faz parte do GT de Certificação Participativa.

Maristela Calvário A. Pinheiro é eng^a agrônoma, formada pela UFC, em 1994. Nos últimos 10 anos, tem atuado em projetos no campo da Agroecologia junto a agricultores e agricultoras familiares do semi-árido cearense, principalmente naqueles relacionados a Casas de Sementes comunitárias. Atualmente, faz parte da coordenação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional e do Fórum Cearense de Segurança Alimentar e Nutricional. No Esplar, coordena o programa Convivência com o Semi-Árido.

Ricardo Costa é Secretário-Executivo da Capina.

Julian Perez Cassarino é formado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR; esta cursando mestrado na Universidad Internacional de Andalucía (UNIAAM). Prestou em 2001 - 2002 Assessoria em organização em redes, certificação participativa e comercialização solidária para a REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA - Estado do Rio Grande do Sul. Desde 2003 assessora o IEEP – Instituto Equipe de Educadores Populares em Irati-Paraná, em Agricultura Ecológica e Economia Popular Solidária.

Reginaldo Sales Magalhães é presidente da Plural Cooperativa, especialista em Políticas Agrícolas e mestrando em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo.

Silvana Parente é economista, com mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará, especialista em microfinanças pela Universidade de Harvard e especialista em desenvolvimento local pelo Instituto de Tecnologia de Massachussets. Foi chefe do Departamento Rural do Banco do Nordeste e coordenou o desenvolvimento e implantação do programa de microcrédito CREDIAMIGO do Banco do Nordeste. Autora dos livros "Microfinanças-Saiba o que é um banco do Povo" e "Microfinanças-Saiba como implementar e gerenciar uma organização microfinanceira". Atualmente é consultora do PNUD e Diretora da GIT- Consultores Associados.

Jean Pierre Medaets adquiriu experiência profissional em posições de gerência e assessoria técnica superior em projetos e programas de desenvolvimento sustentável em âmbito nacional e internacional voltados para a articulação institucional, a formação de redes e para a melhoria do diálogo entre governo e sociedade. Concentração na área de comercialização com foco em produtos de qualidade diferenciada. Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade de Sussex, Reino Unido, e Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília.

Kleber Pettan é Mestre em Gestão do Agronegócio pela Universidade de Brasília. Assessor técnico da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Luiz Carlos Rebelatto dos Santos é engenheiro agrônomo, especialista em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, coordenador do projeto: Certificação Participativa em Rede - um Processo de Certificação Adequado à Agricultura Familiar Agroecológica no Sul do Brasil (Cepagro/CNPq/Ecovida) e bolsista do CNPq. Membro da equipe técnica do Cepagro - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo.

Hélio Orlando Menegueli é eng^o agrônomo pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Filho de agricultores familiares, é sócio-fundador da Associação de Certificação de Produtos Orgânicos do Espírito Santo - CHÃO VIVO e Coordenador executivo desde 2001.

Marcelo Nunes é engenheiro agrônomo, consultor de Agroecologia e Agroextrativismo, Certificação Participativa e Políticas Públicas. Atua há mais de 5 anos na Amazônia, Sul e Sudeste, em comunidades e junto a ONGs e OGs, buscando o fortalecimento da organização comunitária, fortalecimento institucional e o desenvolvimento da certificação participativa para produtos do Agroextrativismo. Atualmente atua na capacitação do quadro funcional da ACS e nas oficinas comunitárias. É membro e consultor da ACS - Associação de Certificação Socioparticipativa da Amazônia e membro do GAO - Grupo de Agricultura Orgânica - que está estabelecendo o marco legal da Agricultura Orgânica no Brasil.

Márcia Costa de Oliveira é formada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Acre / UFAC com pós-graduação em Gestão de Recursos Ambientais; trabalha atualmente como coordenadora executiva da Associação de Certificação Socioparticipativa da Amazônia- ACS Amazônia.

Apresentação

Com o objetivo de debater e identificar estratégias com medidas concretas para melhorar o acesso ao mercado de produtos agroecológicos/orgânicos da Agricultura Familiar no Norte e Nordeste do Brasil, foram realizados dois seminários regionais em maio e junho de 2004.

Os eventos foram o resultado de uma articulação iniciada no âmbito do projeto “Desenvolvimento do Mercado Nacional de Alimentos Orgânicos e Produtos Naturais” do DED (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social), numa parceria com a empresa Biofach, que organiza as maiores feiras de produtos orgânicos e agroecológicos, no Brasil pela primeira vez em 2003, no Rio de Janeiro.

A Fundação Konrad Adenauer entrou como parceira por meio do escritório de Fortaleza, para viabilizar estes dois encontros entre produtores familiares, organizados em associações e cooperativas, organizações não governamentais, que prestam serviços de assessoria técnica e trabalham na articulação política do apoio para a agricultura familiar, contando com a presença de representantes governamentais e de universidades.

Esta publicação documenta os conteúdos debatidos durante os dois eventos em Fortaleza e Belém, que foram trazidos pelos palestrantes em relação às estratégias de acesso ao mercado para produtos orgânicos e agroecológicos, aos financiamentos e créditos para a agricultura familiar e procedimentos da certificação. Estes conteúdos foram enriquecidos pela apresentação de várias experiências, relatados pelos produtores, que mostraram as dificuldades existentes dentro da sua realidade. As estraté-

gias e propostas levantadas durante os seminários foram completadas por dados levantados por meio de um questionário, enviado para cerca de 150 entidades nas duas regiões. Udo Fickert, DED, coordenador do Projeto DED/Biofach durante um ano, traz o resumo do que foi levantado sobre a situação atual da agricultura familiar e a agroecologia no Norte e Nordeste, mostrando as estratégias já colocadas em prática e onde precisa atuar para avançar na melhoria do acesso ao mercado. A esta experiência se somam outras abordagens sobre as questões da produção e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos, que mostram grande potencial para melhorar a situação da agricultura familiar por intermédio do seu incremento em mercados locais, regionais e também internacionais. Para tanto, a segunda parte do livro mostra a necessidade de desenvolver instrumentos adequados de financiamentos e créditos, que até agora são pouco acessíveis para os pequenos produtores rurais. Um instrumento para melhorar o acesso ao mercado é a certificação, tratada na terceira parte, para a qual estão sendo desenvolvidas novas metodologias, como mostram os relatos das experiências de certificação participativa da Rede ECOVIDA e da Chão Vivo no sul do País.

O que ficou evidente durante os trabalhos realizados foi a enorme falta de informações, tanto sobre a situação dos agricultores familiares e a sua produção, como também sobre os mecanismos de financiamento e os procedimentos da certificação. Neste sentido, esta publicação pretende ser uma contribuição ao desenvolvimento do mercado orgânico no Brasil, oferecendo uma introdução ao tema e uma parte de serviço, onde as pessoas interessadas poderão encontrar mais informações.

Esperamos desta forma poder enriquecer o debate sobre a necessária melhoria das condições de vida no campo, onde a maioria dos alimentos ainda é produzida pelos produtores familiares, um fato relevante para o desenvolvimento sustentável destas regiões, que precisa de toda a atenção por parte da política e da comunidade internacional.

Klaus Hermanns

Representante da Fundação Konrad Adenauer
no Nordeste e Norte do Brasil

Dieter Werner Schneider

Diretor do DED - Serviço Alemão de
Cooperação Técnica e Social

Introdução

O retorno a uma agricultura sustentável

**Angela Küster
Jaime Ferré Martí**

No contexto da procura por uma sustentabilidade tanto social, como econômica e ecológica, a agricultura situa-se como uma área crucial para o desenvolvimento humano. A agricultura moderna não é sustentável por ter se desligado da lógica dos sistemas vivos naturais e as conseqüências tornam-se cada vez mais visíveis, com a exaustão dos solos, consumo elevado de energia e água e o uso de agrotóxicos, não degradando somente o meio ambiente e empobrecendo a biodiversidade, mas também causando enorme desigualdade social no campo, com altos lucros para poucos donos das multinacionais da agroindústria, que controlam o mercado, marginalizando milhões de pequenos agricultores (LUTZENBERGER, 2002).

Este processo levou ao abandono dos métodos tradicionais de cultivo, que evitava a monocultura e protegia os solos, intercalando as culturas, dando espaço para predadores naturais, mantendo o equilíbrio da cadeia alimentar. Além disso, os agricultores foram persuadidos pelas indústrias, pelo comércio de agrotóxicos e insumos químicos, que levaram à aplicação indiscriminada de substâncias tóxicas, carregando os alimentos com crescentes doses de veneno, minando as resistências do corpo humano.

Ainda não se tem certeza sobre as possíveis conseqüências da contaminação dos corpos d'água, tanto superficiais quanto subterrâneos. Atual-

mente, a legislação brasileira restringe ainda o avanço da biotecnologia promovido por grandes multinacionais, que pretendem cobrar *royalties* e gerar dependências das sementes modificadas geneticamente. Grande parte dos consumidores não aceita produtos transgênicos, pois ainda não existem pesquisas suficientes que confirmem a sua segurança para o consumo.

No Brasil, a estrutura de teor agrário é uma herança do período colonial, sendo que a produção agrícola foi organizada para atender aos mercados europeus, produzindo grandes quantidades de produtos durante os ciclos coloniais, como algodão, açúcar, café e outros. Resultante deste fato, tem-se hoje uma indústria agrícola extremamente produtiva e orientada para o mercado exterior. Com o aumento da exportação da soja, iniciou-se mais um ciclo de exploração indiscriminada de solos em várias regiões, inclusive provocando o desmatamento de grandes áreas na Amazônia para o plantio da soja. Desta forma, a agroindústria avança cada vez mais, empregando pouca mão-de-obra em virtude de sua mecanização, e levando o homem do campo ao êxodo para as cidades, causando problemas infra-estruturais e sociais. A exaustão dos solos também contribui para o avanço da desertificação, que atinge já cerca de 20% dos estados do Nordeste e também avança na Amazônia. Em consequência, quando os solos estão desequilibrados ou as plantações afetadas por pragas ou doenças, estas são abandonadas, aumentando o avanço desordenado da fronteira agrícola, no lugar de otimizar o uso da terra já cultivada.

Enquanto os grandes empreendimentos da agroindústria recebem subsídios do Governo federal na ordem de aproximadamente 2 bilhões de reais, ao ano, pouco foi investido nos pequenos estabelecimentos agrícolas com uma área de até 100 ha, embora estes garantam a maior parte da produção total de alimentos e que são, em relação a grandes produtores, mais produtivos (BARTH 1998, 124).

A reforma agrária, entretanto, avançou nos últimos anos. Foram assentadas milhares de famílias em terras muitas vezes de acesso difícil e sem infra-estrutura. Somente em poucos casos, as famílias conseguiram se organizar e melhorar suas condições de vida. Desta forma, os pequenos produtores rurais ficam na dependência financeira de bancos, mas praticamente não recebem ajuda que lhes possibilite a formação de uma infra-estrutura (escolas, postos de saúde, armazéns etc.) e garantir sua

sustentabilidade, continuando no processo de assistencialismo que não resolve, somente ameniza.

Neste contexto, a articulação entre Agricultura Familiar e a Agroecologia mostra perspectivas de uma nova organização socioeconômica para viabilizar a vida no campo, com sustentabilidade e justiça social. Atualmente 90% dos produtores orgânicos são pequenos produtores familiares e correspondem a cerca de 70% da produção orgânica nacional.¹

A procura por alimentos sem agrotóxicos e sem transformações genéticas pelos consumidores cada vez mais bem informados e conscientes fez surgir uma demanda até agora principalmente em países europeus e nos Estados Unidos. Estima-se o potencial de exportação para 2004 em 115 milhões de dólares em alimentos com selo verde, soja e café, em especial, conforme dados da Agência de Promoção de Exportadores do Brasil (Apex). No ano passado foi em torno de 100 milhões de dólares. No mundo, as vendas de alimentos com essas características somaram 23 bilhões de dólares, segundo dados da Ifoam.²

Este potencial ainda é pouco considerado pelas políticas públicas, contando com poucos investimentos na melhoria da produção e comercialização.

Além da falta de investimentos na extensão rural, sente-se a falta de uma formação universitária em relação às técnicas agrícolas de uma agricultura ecológica e às tecnologias adequadas, como são, por exemplo, difundidos com grande êxito pela permacultura, ou as técnicas orgânicas, que ainda estão fora da grade curricular. As instituições continuam difundindo somente os meios “convencionais” para a produção de alimentos, com pacotes prontos, não levando em consideração as particularidades ambientais locais, nem os impactos gerados nos ecossistemas. Também sente-se a ausência de uma articulação interdisciplinar com as áreas sociais e humanas, para oferecer apoio na organização social do campo. A assessoria técnica, especialmente na agroecologia, acaba sendo realizada por ONGs em parceria com instituições governamentais e internacionais como o DED (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social).

Ainda que o mercado exterior ofereça os maiores rendimentos e oportunidades, são poucos produtores que atingem este mercado, em razão

1 Jornal O POVO, 29 de junho de 2003, pág. 9.

2 Globo rural, maio 2004.

do baixo volume de produção ou das exigências da certificação. A certificação é uma garantia para o consumidor de que o produto é realmente isento de contaminação química e com qualidade nutricional e biológica comprovada. Em 27 de junho de 2003, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar 10.831, que define o sistema orgânico e o Ministério de Agricultura deverá cuidar da certificação e do credenciamento de certificadores. Quando a Europa criou uma lei específica para o assunto, os 450 mil hectares cultivados em 1992 saltaram para 4,5 milhões em 2001.³

O processo de certificação convencional dura três anos e tem um custo muito elevado para os pequenos produtores. A certificação participativa é uma opção, não somente no sentido de certificar os produtos e viabilizar a comercialização, mas como instrumento de organização pela certificação em rede e, por conseqüência, o acesso ao mercado de forma coletiva. Nos últimos anos surgiram alianças entre consumidores e pequenos produtores rurais, redes de associações e cooperativas do campo, que organizam feiras livres ou comercializam seus produtos em lojas ou supermercados, ou até - como mostra a experiência da rede de colaboração solidária, criada pelo Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) no Paraná - promovem uma alimentação saudável para famílias de baixa renda em bairros urbanos, numa ligação entre a agricultura familiar, agroecologia e economia solidária.

O Projeto do DED junto à BioFach contribuiu na articulação com diversos atores envolvidos, desde os produtores organizados em associações e cooperativas, as organizações não governamentais, que prestam assessoria técnica e ajudam na comercialização, até as agências de extensão rural, universidades, secretarias estaduais e os ministérios, especialmente o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que se envolveram na criação de uma rede e instrumentos, com o objetivo de melhorar o acesso dos produtos agroecológicos e orgânicos da agricultura familiar ao mercado.

Precisa-se conscientizar cada vez mais o consumidor sobre o que é um produto orgânico e que ele, ao comprar estes produtos, ajudem também a preservar o meio ambiente. A maior dificuldade em atrair a clientela

³ Globo rural, maio 2004.

está no preço, de 40% a 100% superior aos produtos convencionais (Globo Rural, maio 2004). A agroecologia necessita de maiores cuidados por parte do trabalhador rural, o que ainda causa um acréscimo no valor dos produtos, mas precisa levar em conta o fato de que a relação mais estreita do homem com a terra, no entanto, contribui para o desenvolvimento social e para a preservação do meio ambiente. Além disso, os custos da produção orgânica/agroecológica tendem a diminuir com a massificação da produção, visto que, aumentando a oferta, estabilizará o preço na demanda.

Fica como desafio desenvolver cada vez mais o mercado interno, com enorme potencial no Brasil, não somente para a classe social mais elevada, mas também com a massificação dos produtos agroecológicos, garantindo a soberania alimentar para todos.

Bibliografia

LUTZENBERGER, José A.: *O absurdo da agricultura moderna*, Porto Alegre 2002.

Revista Globo rural, maio 2004.

BARTH, Detlef: *Brasiliens Verfassung – die Agrarreform – Agrarreform im Prozess der Transformation und Verfassungsgebung von 1987/88*, Mettingen: Institut für Brasilienkunde, Brasilienkunde-Verlag 1998.

PARTE I

Acesso ao mercado dos produtos ecológicos da agricultura familiar

Incremento do mercado orgânico no Brasil

Udo Fickert

1 Contexto Agricultura Familiar e Mercado Orgânico

A empresa alemã Nürnberg Messe GmbH organiza a BioFach, a maior feira de produtos orgânicos e naturais do mundo. No Brasil, desenvolveu durante um ano o Programa PPP (Parceria Público-Privada), da agência financiadora alemã DEG (Sociedade Alemã de Investimento e Desenvolvimento) com o tema “Promoção do mercado nacional de alimentos orgânicos e produtos naturais no Brasil”.

Para criar efeitos de sinergia e integrar melhor o grupo beneficiário formado por agricultores familiares, uma cooperação entre a Nürnberg Messe e o DED (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social) foi introduzida ao primeiro projeto PPP.

A partir da estrutura organizacional que o DED possui, sobretudo no Nordeste e a sua interação com ampla rede de ONGs que trabalha diretamente com o respectivo grupo beneficiário, foram identificadas e desenvolvidas perspectivas concretas para agricultura familiar e os grupos mais discriminados no mercado emergente para produtos orgânicos.

Foram escolhidos atores que estão sendo apoiados no estabelecimento de relações comerciais. Entre maio de 2003 e setembro de 2004, outros atores incluíram-se nas áreas de capacitação e desenvolvimento de *know-how*, participando da Conferência Biofach no Rio de Janeiro, de

workshops, seminários e da realização de um levantamento sobre oferta e venda da produção agroecológica/orgânica no Nordeste e Norte do Brasil.

Alcançaram-se os objetivos principais de:

- informar e mobilizar em prol da construção e participação do mercado orgânico nacional; e
- elaborar estratégias para melhorar as condições de acesso para a agricultura familiar e as cooperativas de referência.

Depois de uma parte de contextualização, relata-se sobre atividades e resultados do projeto, concluindo com as perspectivas de intervenção para melhorar o acesso ao mercado de produtos agroecológicos/orgânicos.

Agricultura Familiar no Brasil

A expressão agricultura familiar (AF) vem sendo usada por organizações não governamentais (ONGs), sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) e suas federações. Também o governo acatou a expressão e dedica uma parcela do orçamento da União ao apoio à agricultura familiar, principalmente através do PRONAF.

Definem-se como agricultura familiar os estabelecimentos que atendem os seguintes critérios, simultaneamente¹:

- a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor;
- o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado;
- uma área inferior até 15 vezes do tamanho do módulo regional.

Uma primeira conclusão é que a grande maioria das unidades produtivas se enquadra nesses critérios: Dos 4,86 milhões de estabelecimentos agropecuários brasileiros 4,14 milhões ou 85% do total caem nessa categoria. Representam 30,5% da área total e são responsáveis por 38% do valor bruto da produção agropecuária². Quer dizer, *grosso modo*, tudo o

1 (1) Gilson Alceu Bittencourt: resumo do estudo em: Revista Candeia, No. 1, setembro 2000, Goiânia-GO, pág. 29

2 Plano Safra para a Agricultura Familiar 2003-2004, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF/ Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

que não é latifúndio é agricultura familiar. Podem ser definidas como familiares aquelas unidades onde a gestão, o trabalho e a propriedade dos principais meios de produção - mas não necessariamente da terra - pertencem ao produtor direto.

Antes de usar consensualmente a expressão Agricultura Familiar, até meados dos anos 1990, falava-se em “pequena produção”, “pequena agricultura”, “agricultura de baixa renda” ou até “de subsistência”, expressões que indicavam fragilidade e falta de perspectivas. Praticamente metade dos estabelecimentos familiares, os 2,8 milhões correspondentes aos segmentos mais pobres, produzem apenas 7,7% do valor bruto da produção agropecuária³. A sobrevivência dos que vivem nestas unidades marcadas por extrema pobreza se garante basicamente com a aposentadoria e, mais recentemente, com transferência direta de renda, sob a forma de bolsa-renda, seguro contra a seca, participação no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e outros. A característica central das regiões de muita pobreza é que seus mercados tendem a ser imperfeitos e incompletos. Reina a agonia financeira com grandes dificuldades de acesso ao crédito e falta de assistência técnica. De fato, os agricultores familiares do Sul concentram a metade dos créditos destinados à agricultura familiar do País, 47% dos familiares no Sul utilizam assistência e somente 2,7% no Nordeste⁴.

A agricultura familiar merece especial atenção pelo seu significado para a saúde humana porque é responsável por boa parte da produção de alimentos básicos que chegam às nossas mesas. Como um todo, produz dois terços do feijão, 84% da mandioca, metade do milho e quase a totalidade do fumo do País. Além disso, é responsável por 50% do leite, 30% de arroz e boa parte de frutas e hortaliças.

Agricultura Familiar no Nordeste do Brasil

É no Nordeste que se concentram os segmentos mais pobres dos agricultores familiares do Brasil. Aqui é onde as políticas de geração de renda encontram maior dificuldade em sua implementação. Quase não

3 DFID Brasília – CEPAL, Initial Study on Markets and the Poor Population in Brazil – *Review of Agricultural and Handicrafts Production Markets*, janeiro 2003.

4 “Market Assessment for Organic Agriculture, Programa Energia Produtiva, IDER, march 2004”.

existe tradição camponesa porque monopolizavam-se praticamente todas as terras férteis com a produção de cana e algodão em grande escala, marginalizando boa parte da população rural a lugares com baixa fertilidade e produtividade. Ao comparar somente os produtores familiares no Sul e no Nordeste, as diferenças regionais ficam mais evidentes: em média, a produtividade por estabelecimento da agricultura familiar no Sul é seis vezes maior do que no Nordeste. E a produtividade por ha é quase oito vezes maior do que no Nordeste(3).

Um fator fundamental que explica a baixa produtividade e precária situação econômica das unidades da agricultura familiar no Nordeste é o tamanho médio das unidades produtivas.

Segundo dados do IBGE/INCRA/FAO, no Nordeste do Brasil, há 2,3 milhões de unidades produtivas. A grande maioria, 78% dos estabelecimentos, tem o tamanho de menos de 20 hectares. Conforme Bittencourt, quase 60% dos familiares nordestinos detêm menos de 5 ha. É óbvio que a produção agropecuária em 5-10 ha, na maioria das situações encontradas no Nordeste rural, não garante nem a simples sobrevivência física, porque não se dispõe de benfeitorias produtivas em bom estado de funcionamento nela (cisternas, pastos melhorados, cercas, animais, açudes, fruteiras etc.) que possam aumentar e garantir uma renda estável ao longo dos anos e um excedente para repor os investimentos ⁵.

Agricultura Familiar na Amazônia

A região Norte/Amazônia é caracterizada pela sua imensa e única biodiversidade, pelas diversas etnias indígenas e por uma agricultura familiar formada por colonos, ribeirinhos, pecuaristas e sobretudo por extrativistas.

O frágil ecossistema amazônico está sendo ameaçado. São os interesses econômicos dos grandes proprietários de terras, dos madeireiros e pecuaristas que mais influenciam no avanço do desflorestamento. Em 2003, segundo imagens de satélite, atingiu uma área de 4.600 hectares por dia⁶. Monocultivos de eucalipto e soja ou a implantação de pasta-

5 (4) "Agricultura Familiar no Nordeste do Brasil", I. Melchers, documento DED, 2001.

6 (5) em Revista *Solidarische Welt* (Mundo Solidário), Dez/2003, Berlin, Alemanha.

gens para a pecuária, vêm sendo propagados como agricultura moderna por toda a Amazônia. Junto às medidas de infra-estrutura, como a construção da barragem Tucuruí, no sul do Pará, pressionam ainda mais a floresta e criam sérios problemas sociais e ecológicos.

Para contrapor esta muitas vezes cruel e violenta realidade, o tradicional agroextrativismo desenvolve atividades produtivas com recursos agrícolas na mesma área, respeitando uma interação sustentável do social, produtivo e ambiental. Tem possibilitado a manutenção da floresta preservada pela sua maneira diferenciada de produzir, conservando os recursos naturais, através de um manejo ecológico que vem sendo desenvolvido durante anos, de parcerias entre comunidades e entidades de assessoria técnica na região. Há vários projetos no estuário Amazônico que visam à manutenção da biodiversidade e geração de renda através de um manejo florestal sustentável e a produção de óleo de babaçu e andiroba, de polpa e doces das típicas frutas da região, como açaí, cupuaçu, murici, bacuri e outras, de borracha, fibras, couro vegetal e outros. Sociedade civil organizada e governo buscam meios de valorizar mais os produtos agroextrativistas diferenciados da floresta. A marca “Amazônia” tem um apelo de *marketing* ecológico forte e se trata de uma gama de produtos cobiçados no mercado nacional e internacional que por si já deveriam ter um valor agregado. No Brasil e na comunidade internacional, há grande disposição de disponibilizar recursos financeiros para a conservação do ecossistema e programas de inclusão familiar como o PDA, PROVÁRZEA ou PROAMBIENTE, que tratam de aumentar a consciência ecológica.

Para viabilizar o manejo sustentável dos recursos naturais da Amazônia, falta organização dos camponeses no mercado. Os planejamentos no passado foram feitos de cima para baixo, muitas vezes sem considerar a realidade da agricultura familiar. Não se consegue desenvolver as cadeias produtivas indicadas, indústrias de beneficiamento com fábricas de polpa e doces de fruta estão ociosas por não adquirirem o volume satisfatório de matéria-prima para a produção. Como acontece também no Nordeste, por grandes deficiências de organização e logística (transporte, tratamentos pos-colheita, armazenagem etc.) quanto por falta de assistência técnica e financeira, a agricultura familiar na Amazônia ainda não consegue aproveitar melhor o grande potencial do tesouro amazônico.

Agroecologia e Mercado Orgânico

Orgânico, ecológico, natural e sustentável, biológico, biodinâmico, são nomes dados às diversas linhas de trabalho no campo para a produção de frutas, cereais e produtos de origem animal, que são livres de agrotóxicos, herbicidas, hormônios e outros venenos sintéticos perigosos à saúde e ao meio ambiente. Ao contrário ao termo agroecológico, ao “orgânico”, ultimamente, se associa um produto com selo/certificado (orgânico) de origem.

Além dos especiais cuidados com o solo, agricultura orgânica implica manter diversidade de culturas, produzir seus próprios insumos, como sementes, adubos etc. e usar métodos de controle e manejo natural, preservando o equilíbrio ambiental. Agroecológico significa também que se enfatiza a economia local, promovendo boas relações com os vizinhos, em geral, preservando a saúde da terra e dos que nela vivem.

Pequeno histórico do movimento agroecológico

A agroecologia ocidental teve seus princípios publicados por Steiner, em 1924, que transferiu seus conceitos holísticos das ciências naturais para a agricultura. Juntamente com outros pioneiros dessa doutrina, formulou-se o conceito de sustentabilidade ambiental na produção agropecuária, ou agricultura sustentável conforme os conceitos expressos na Agenda 21, da qual o Brasil é signatário. A agroecologia originou um movimento de âmbito internacional pela promoção da chamada agricultura orgânica. Na década de 1970, começaram a surgir no comércio europeu os primeiros produtos orgânicos cujo mercado se solidificou no final da década de 1980. Os anos 1970 viram o estabelecimento de normas orgânicas e o aparecimento dos primeiros selos. A partir da década de 1980, as discussões de temas sobre a saúde e a segurança dos alimentos e seus resíduos químicos, sobre as devastações florestais, as ameaças sobre os recursos hídricos e o próprio movimento ecológico tomaram força. A IFOAM (Federação Internacional de Agricultura Orgânica) publicou suas primeiras normas em 1981 e a Comunidade Européia em 1991. Escândalos na área da indústria ali-

mentícia, como o da “vaca louca”, explicam a transformação de hábitos alimentares e a surpreendente expansão do mercado de orgânicos, sendo considerado um dos ramos do agronegócio de maior crescimento de demanda internacional, já movimentando cifras avaliadas em mais de US\$ 20 bilhões ao ano.

No Brasil, como no resto do mundo, começou tudo com iniciativas isoladas em alguns pontos do País, cada uma delas com características particulares. Iniciativas ligadas às cooperativas de consumidores e agricultores ou ao poder público municipal (por exemplo, as hortas municipais e as feiras), todas buscando aproximar o agricultor do consumidor.



Típicos produtos da agricultura familiar no Nordeste do Brasil

A produção orgânica no Brasil

Nas duas últimas décadas, a produção ecológica no Brasil vem se desenvolvendo a passos largos, movida, num primeiro momento, pelo desejo de alguns técnicos e agricultores de encontrar saídas para as mazelas da agroquímica. Nesse cenário, o surgimento de demandas do

mercado externo deu lugar às exigências de que os produtos ecológicos passassem a ser certificados. Pressionado pelas certificadoras, por algumas ONGs e organizações de agricultores, por potenciais processadores e exportadores de produtos orgânicos, o Ministério da Agricultura deu início a um debate que resultou na elaboração de um projeto de lei que regulamenta a produção orgânica no Brasil. Criaram-se a Câmara Setorial de Agricultura Orgânica e o Colegiado Nacional de Produtos Orgânicos, com a missão de credenciar, acompanhar e fiscalizar as certificadoras.

O número de produtores de orgânicos depende dos critérios usados para o “orgânico” e varia segundo as fontes dos dados. Segundo dados do BNDES⁷, em 2001, havia 12.590 produtores certificados ou em processo de certificação. Segundo outros dados (5) do mesmo ano, no Brasil havia 14.866 unidades produtivas de orgânicos que equivaliam a 0,3% de todos os estabelecimentos.⁸ Pode-se constatar que o número dos que se registraram e receberam um selo que certifica a origem orgânica da produção aumentou nos últimos anos de forma considerável. Numa informação do MDA sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), divulgam-se os mais novos dados: de acordo com uma pesquisa da SÖL Ecologia e Agricultura, existem 19 mil produtores orgânicos, sendo 70% deles familiares. A Europa em 2002 possuía 100 mil produtores certificados espalhados em 2,7 milhões de ha.

Em 2001 no Brasil, a área ocupada com cultivo orgânico era de 275.000 ha, equivalendo ao 0,08% da área cultivável total do País (356,6 mil ha). 117.000 ha são utilizados para pastagem e o restante para os mais diversos produtos agrícolas e extrativistas. Há diferenças na classificação para “orgânico” no caso de 600.000 ha de pastos.

Na mais recente pesquisa da SÖL, fala-se de uma área total de 841 mil hectares cultivados com sistemas orgânicos no Brasil. Com isso, o País se torna o quinto em área cultivada no mundo, ficando atrás dos Estados Unidos, Itália, Argentina e Austrália. 70% da produção con-

7 BNDES Setorial Rio de Janeiro, n. 15, p 3-34, mar 2002.

8 Organically Managed Land and Organic Farms in Latin America (Source: SOEL Survey, February 2003; Moacir R. Darolt, 2002: “Organic Agriculture in the Brazilian Context: Current Situation and Perspectives”, Agricultural Research Institute of Paraná.

centram-se nas regiões Sul e Sudeste, destacando-se o Estado de São Paulo, que apresenta uma produção variada, inclusive açúcar, em Sertãozinho, seguido por Minas Gerais (leite, soja e café), Espírito Santo (café e hortaliças), Rio Grande do Sul (hortaliças) e Ceará (frutas e verduras).

Produção brasileira de orgânicos ⁹

Produto (unid.)	1999/2000
Açúcar (t)	6.000
Café (sc 60kg)	2.400
Frango (cab)	550.000
Fumo (t)	190
Laranja (cx 40,8kg)	1.500.000
Leite (l)	1.650
Olerícolas (t)	7.000
Ovos (dz)	17.000
Soja (t)	7.000

Fonte: Banco do Brasil

A produção orgânica em 1999 gerou uma receita de US\$ 150 milhões (US\$ 20 milhões no mercado interno). A Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex) estima em US\$ 115 milhões que os agricultores brasileiros vão exportar este ano.

A Certificação Orgânica

As organizações certificadoras devem garantir a origem orgânica dos produtos. Obrigam-se a realizar visitas às unidades de produção, quando fiscalizam as anotações do processo produtivo efetuado ao longo do ano. Registram os insumos usados, a área plantada, faturamento bruto etc. e realizam análises laboratoriais por amostragem dos alimentos, quando solicitadas. Existem no Brasil 20 certificadoras, das quais 12 de origem nacional, todas elas regularizando sua situação legal junto aos

⁹ SEBRAE/INDER: programa de formação de consultores para agricultura orgânica, versão 10/02/2001.

órgãos credenciadores, os colegiados estaduais e nacional e a Câmara Setorial da Agricultura Orgânica. Depois da aprovação da lei 10.831 no Senado no dia 23 de dezembro de 2003 (veja anexo), ainda não se têm as normas e diretrizes que regularizem os processos de certificação e credenciamento. Em determinados casos, como venda direta aos consumidores, possuir um selo orgânico agora é facultativo e não mais obrigatório para poder vender seus produtos como orgânico.

Os preços dos orgânicos

Os preços dos orgânicos estão, em média, mundialmente, 30-40% mais altos que os convencionais, no Brasil em média 100% mais altos¹⁰, com a consequência de que a maioria dos consumidores não tem acesso aos orgânicos.

O potencial da agricultura familiar diante do mercado orgânico nacional

Grandes redes de supermercados estão investindo nos orgânicos, 60 lojas dos supermercados Pão de Açúcar e 16 do Extra vendem produtos no Rio de Janeiro e em São Paulo e procuram oferecer produtos orgânicos aos seus clientes em todas as grandes cidades do Brasil. Sem embargo, o segmento dos supermercados pela sua alta competitividade empresarial não tem grande participação da agricultura familiar. No Nordeste e Norte do Brasil, os mercados geralmente são marcados por baixos investimentos de capital, precária qualificação de mão-de-obra e alto grau de informalidade. A existência, até hoje, da “venda na folha”, demonstra que muitos agricultores familiares ficam totalmente fora de qualquer jogo competitivo típico da noção de “mercado”.

Nos últimos anos vem se desenvolvendo e expalhando a consciência sobre as vantagens da agroecologia, tanto pelo lado do consumidor quanto pelos agricultores. Constata-se que a agricultura familiar é mais eficiente

10 Market Assessment for Organic Agriculture, Programa Energia Produtiva, IDER, 03/2004.

porque, em todas as regiões do Brasil, a produtividade por ha é maior do que nos estabelecimentos patronais. Por suas condições históricas de dificuldade de acesso a fertilizantes industriais e defensivos agrícolas, transforma recursos naturais em bens de consumo de forma mais moderada do que a agricultura moderna convencional. Mostra-se mais apta a incorporar os conceitos da agroecologia e da agricultura orgânica, adaptando-se melhor às propostas de desenvolvimento rural sustentável. Através da maior diversificação dos sistemas de produção e é menor dependência de insumos externos, a unidade de produção familiar, valorizando o fator trabalho, pela maior flexibilidade e por menores riscos ambientais, leva vantagem em cooperação com os grandes produtores orgânicos. Recentemente, surgiram empresas produtoras de uma gama variada de insumos orgânicos, como sementes, mudas, defensivos naturais, fertilizantes, dentre outros, em atendimento a um mercado emergente. Ao mesmo tempo há, nas mais distintas regiões, empresas interessadas em produzir e/ou processar e comercializar produtos ecológicos, atraídas pelos preços mais vantajosos oferecidos pelo mercado orgânico, seja interno ou de exportação. Surgiram grandes empresas, como a Terra Preservada, no Paraná, que teve origem em 1985, numa experiência pioneira de produção orgânica de hortaliças em regime familiar, vendidas na feira de alimentos orgânicos de Curitiba. Hoje a empresa está integrada a mais de 1.000 agricultores, aos quais presta assistência técnica, fornece insumos, garante a certificação e assegura a compra dos mais variados produtos orgânicos que processa e vende tanto no mercado interno quanto externo.

Há grande demanda para as chamadas feiras ecológicas, feiras orgânicas ou espaços agroecológicos, nas principais capitais brasileiras e em muitas outras cidades onde os próprios agricultores familiares vendem seus produtos. Em muitas dessas feiras, predominam preços semelhantes aos praticados no mercado de produtos convencionais, em virtude da motivação dos agricultores, mais voltada para ampliar o número de consumidores, independentemente de sua categoria social.

Vários estudos e levantamentos¹¹ indicam que há grande demanda para produtos orgânicos, principalmente nas grandes cidades. A falta da oferta

11 (10) Em Relatório Final BioFach-DEG dos seminários de Planetaorgânico/BioFach 2003; Pesquisa de demanda de mercado em Minas Gerais e Rio de Janeiro em revista *FrutiFatos*, número 4, outubro 2003; em revista *Globo Rural*, maio 2004.

e de conhecimentos sobre produtos orgânicos e naturais é o problema principal. Considera-se grande a demanda e o potencial de um mercado com crescimento contínuo, anualmente no Brasil de 50%, e diante os 35 milhões de consumidores brasileiros da classe média/alta com o poder aquisitivo para pagar até preços maiores do que os convencionais.

Na Comunidade Européia, subsídios e subvenções estão estritamente vinculados aos padrões da agricultura orgânica e serviços de preservar a natureza. Até o final desta década, aspira-se a transformar 20% da agricultura da Comunidade em agricultura orgânica. Em cidades como Porto Alegre ou Curitiba, as prefeituras apóiam iniciativas como pontos de venda de produtos orgânicos da agricultura familiar.

Um enfoque da BioFach America Latina 2004 é a agricultura familiar. O Brasil foi declarado ser país-tema de destaque da Feira Internacional da BioFach em Nürnberg, Alemanha, no próximo ano de 2005, num projeto de MDA e Apex.

2 O Projeto DED-BioFach

É nesta situação de tradicional, exclusão dos mercados formais de grande parte da agricultura familiar e ao mesmo tempo de um começo de mudanças de mentalidade e disposição diante dos emergentes mercados para produtos agroecológicos, que o projeto “Desenvolvimento do mercado nacional para alimentos orgânicos e produtos naturais”, DED-BioFach, iniciou o trabalho com representantes de ONGs e agricultores familiares que avisam melhorar o acesso ao mercado orgânico.

Objetivos principais do projeto: informar e mobilizar em prol da construção participativa do mercado orgânico nacional e elaborar estratégias de melhorar as condições de acesso para a agricultura familiar e cooperativas de referência.

Segue um relato sobre o desenvolvimento do projeto, suas atividades e resultados.

**Desenvolvimento
do Mercado Nacional
de Alimentos
Orgânicos e
Produtos Naturais**



Quem faz parte dessa Parceria Público-Privada:

- DED (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social)
- DEG (Sociedade Alemã de Investimento e Desenvolvimento)
- Nürnberg Global Fairs (Feiras Globais de Nürnberg)

Objetivo: desenvolver estratégias de acesso ao mercado orgânico para a agricultura familiar

Realização: organizações parceiras do DED

Duração: maio de 2003 a setembro de 2004

Áreas: Nordeste e Norte/Amazônia

Temas centrais:

- Qualidade dos produtos e certificação orgânica
- Logística e organização da comercialização
- Construção de relações comerciais sustentáveis
- Informações de mercado e fortalecimento de redes
- Melhoria das condições de acesso ao mercado orgânico nacional



Participaram as seguintes entidades parceiras do DED

Ceará: ESPLAR-ADEC, Fortaleza,
Pernambuco: CAATINGA- AAPIO, Ouricuri, Centro Sabiá, Recife.
Bahia: IRPAA/Pólo Sindical-COOPERVIDA, Juazeiro,
SASOP-COAPICAL, Salvador de Bahia e Campo Alegre,
MOC-APAEB, Feira de Santana e Valente.
Maranhão: ASSEMA, Pedreiras, CTI-FrutaSã, Carolina;
Pará: COOPER, Paraoapebas, FECAT, Marabá, FASE, Belém,
ACOSPER, ProManejo-ASMIPRUT, APRUSAN,
Santarém.

Análise do Potencial para o Mercado Orgânico, Maio – Agosto 2003

O projeto iniciou com a realização de um levantamento da oferta de produção nas regiões Nordeste e Norte/Amazonas junto às ONG's parceiras sobre o *status quo* da produção dos respectivos grupos beneficiários, com a finalidade de identificar atores adequados (cooperativas, grupos de produtores, microempresas etc.) com potencial de acesso ao mercado de produtos agroecológicos/orgânicos.

O levantamento mostrou a grande diversidade de produtos agroecológicos/orgânicos com potencial de mercado. Sem embargo, muitas vezes pequena escala de produção, limitações em logística e organização e falta de capital de giro dificultam o acesso ao mercado.

É o caso do algodão orgânico da ADEC-CE, assessorada pela ONG ESPLAR, Fortaleza. Trata-se de uma pequena associação com as típicas dificuldades financeiras e de administração que até 2001 exportava o algodão para Estados Unidos e Alemanha, mas acabou desistindo da manutenção do selo orgânico outorgado pelo IBD, SP, exigência absoluta para produtos exportados. Apesar de haver uma articulada demanda para seu produto, não conseguiu sozinha ampliar a produção de forma significativa para satisfazer as demandas do mercado; economicamente o empreendimento não compensava mais.

Outros não estão interessados neste mercado formal de certificação orgânica e selo porque vendem seus produtos diretamente aos consumidores como nas feiras dos chamados espaços agroecológicos organizados pela ONG Centro Sabiá, PE.

Além de ASSEMA-MA, nenhum dos participantes do levantamento dispunha de produtos orgânicos certificados. O trabalho da ASSEMA ganhou visibilidade nacional por se tratar de uma experiência consolidada com o mercado orgânico (óleo de babaçu). Havia outras cooperativas de agricultores familiares que começavam a entrar no mercado orgânico e que no transcurso do projeto foram consideradas como projetos de referência de acesso ao mercado.

No Norte do Brasil, trata-se de uma experiência de comercialização coletiva de vários produtos extrativistas da Amazônia, de quatro cooperativas do baixo Tocantins assessoradas pela FASE Belém. O açaí orgâni-

co está sendo exportado para o mercado justamente nos Estados Unidos. No mercado brasileiro, não se vende declarado como orgânico por não possuir selo nacionalmente reconhecido, apesar do selo americano.

Na região Nordeste, os produtores de hortaliças e frutas orgânicas da Coopervida-BA, assessorados pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-IRPAA e o Pólo Sindical do Submédio Rio São Francisco, estão tentando melhorar o acesso ao mercado, iniciando o processo de certificação orgânica em grupo com o Chão Vivo, entidade certificadora de um Fórum de ONGs do Espírito Santo.

Oficinas regionais sobre comercialização e certificação orgânica

Em oficinas em Belém e Recife, 4-5 de setembro e 5-6 novembro de 2003, os representantes das ONGs e de seus respectivos grupos beneficiários assistiram às apresentações das empresas IMO Control (certificadora) e Planeta Orgânico (portal na internet e representante da BioFach), da ONG FASE, da Rede ECOVIDA-SC e de Chão Vivo-ES.

Debateu-se sobre temas da comercialização e certificação orgânica, sobre características regionais, como o extrativismo, e sobre perspectivas da certificação orgânica participativa. Foram realizadas uma análise de deficiências no acesso ao mercado orgânico e um planejamento de atividades. Criou-se o Projeto Nordeste Natural.

Resumo da análise de deficiências

Infra-estrutura, logística e organização do mercado deficitário

- A produção em pequena escala muitas vezes impede o acesso ao mercado formal.
- No âmbito da agricultura familiar, não há representações comerciais, serviços de empresas ou agências especializadas em meios de produção, distribuição e comercialização de produtos orgânicos. Identificaram-se problemas de aquisição de clientes, de comunicação e negociação com o comércio e a indústria alimentícia.

- Há grandes deficiências referentes a infra-estrutura e logística, tanto física (meios de transporte e beneficiamento, armazenagem, embalagem etc.), quanto organizacional (capacidade da gestão dos empreendimentos, distribuição, *marketing* etc.). Há poucos serviços de financiamentos para certificação e comercialização orgânica, que se adaptem à realidade da agricultura familiar.

Falta de *lobby* e peso de barganha politico-institucional

- Constatou-se uma fraca representação política e pouca visibilidade do trabalho de *lobby* de federações, redes e articulações consolidadas. Não existe coordenação politico-organizacional para o setor orgânico da agricultura familiar nas regiões do Projeto. Nas plataformas de ONGs como na ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) ou ASA (Articulação no Semi-Arido - hoje única instituição representante do Nordeste na Câmara Setorial de Agricultura Orgânica), ainda pouco se tem discutido as questões do mercado orgânico e de sua organização.

Capacitação/pesquisa

- Na área de capacitação e assistência técnica, foi identificada uma lacuna referente aos temas gestão de empreendimentos, viabilidade econômica e comercialização.
Há grande demanda de estudos de mercado.

Participação da Conferência BioFach no Rio de Janeiro, Setembro 2003

A Conferência BioFach, realizada em parceria com SEBRAE e MDA, foi um sucesso e constituiu um grande estímulo para o desenvolvimento da Agricultura Orgânica no Brasil.

Foi uma vitrine para grandes empresas, para organizações e certificadoras nacionais e internacionais, principalmente do segmento da exportação. Participaram 1.211 pessoas, 108 do Exterior de 17 países e 100 dos estados brasileiros das regiões Nordeste e Norte.



O Projeto DED-BioFach participou com representantes de nove entidades parceiras.

Estande com materiais para a divulgação

Oficinas sobre Comercialização e Certificação Orgânica nas regiões das Cooperativas de Referência

O objetivo das oficinas é fornecer conhecimentos e conscientizar para questões da agroecologia, comercialização e certificação orgânica (participativa) e desta forma contribuir para ampliar o volume da produção, estimular a demanda dos consumidores e melhorar a logística nas diferentes fases da comercialização na região das cooperativas de referência.



Em Bacarena-PA, 30 representantes de cooperativas, associações da região e de órgãos governamentais receberam orientação da FASE Belém e do projeto DED-BioFach e debateram pela primeira vez questões da certificação orgânica.

Cena da oficina em Bacarena-PA



Selo orgânico do açaí de quatro cooperativas da região do Baixo Tocantins, Pará

Na oficina, outorgou-se o selo orgânico para quatro cooperativas do baixo Tocantins, referências no Projeto DED-BioFach.

Na região Nordeste, com apoio do projeto DED-BioFach, as ONGs IRPAA e Pólo Sindical do Submédio Rio São Francisco estão realizando oficinas de capacitação sobre comercialização e certificação orgânica (participativa), apoiando uma iniciativa do GAO (Grupo de Agricultura Orgânica) e SDT/MDA.

Atividades para melhorar o acesso ao mercado das cooperativas de referência

- O projeto apóia a iniciativa de registrar marcas regionais de produtos agroecológicos/orgânicos de parceiros, iniciativa animada por IRPAA-BA.
- Representantes das cooperativas vão participar do curso de capacitação “Estudo de Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de Empreendimentos Associativos”, realizado por CAPINA, RJ.
- Foi realizado o vídeo-documentário “Agricultura Familiar e o Bio-Mercado no Nordeste do Brasil” sobre o Projeto DED-BioFach, com enfoque na COOPERVIDA e o projeto *Hortivida* de IRPAA-BA, apresentado nos seminários da CHESF em Paulo Afonso-BA e de DED-Fundação Konrad Adenauer, em Fortaleza-CE.
- As duas experiências de referência estão participando da BioFach America Latina no Rio de Janeiro, em setembro de 2004.

Participação em Seminários sobre Agricultura Orgânica

No seminário BioFach-SEBRAE em Aracaju-SE, novembro 2003 (500 participantes), e no I Seminário das Ações Socioambientais do Sistema



Itaparica, CHESF, Paulo Afonso-BA, abril 2004 (200 particip.), o Projeto Nordeste Natural, DED-BioFach, realizou palestra sobre certificação e comercialização de produtos orgânicos/agroecológicos.

Grande parte dos palestrantes e participantes expressava interesse de trabalhar com a Certificação Orgânica Participativa, alternativa ao reinante modelo convencional.

Seminários Regionais “Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado”

Representantes de 96 entidades, de ONG's, de cooperativas e associações, quanto de entidades governamentais participaram do seminário regional “Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado”, uma parceria do Projeto DED-BioFach com a Fundação Konrad Adenauer, Fortaleza nos dias 4 e 5 de maio de 2004.

Nos seminários houve palestras da Rede Ecovida, de Chão Vivo, de representantes do comércio, do MDA e da sociedade civil. Informou-se sobre estratégias e medidas para melhorar o acesso aos mercados diferenciados de produtos agroecológicos e orgânicos, através das seguintes temáticas:

- experiências de comercialização desenvolvidas pelas organizações parceiras;
- legislação e normas para certificação de produtos agroecológicos/orgânicos;
- financiamento e crédito para comercialização;
- estratégias de acesso a mercado-políticas públicas e iniciativas da sociedade civil.

Em Belém, nos dias 18 e 19 de junho, representantes de 82 entidades da sociedade civil e do governo de vários estados federais realizaram o seminário “Agroecologia na Amazônia: os desafios de mercado e da produção sustentável”, organizado pelo Projeto DED-BioFach junto com a KAS e a FASE-PA.

Resultados dos debates e dos grupos de trabalho

- Nos seminários, ressaltou-se a importância de apoiar a Rede de Agroecologia da ANA e integrar seus grupos de trabalho;
- manifestou-se grande interesse de trabalhar com os princípios da certificação participativa;
- considera-se uma necessidade construir uma rede de comercialização para agricultura familiar organizada no Nordeste quanto na Amazônia;
- expressaram-se demandas de melhorar os serviços de financiamento para agricultura familiar e agroecologia;
- decidiu-se elaborar uma proposta de projeto para um secretariado/central de comunicação e informação com a opção de criar posteriormente uma representação comercial para as entidades da agricultura familiar.

Uma boa repercussão na mídia, reportagens em jornais e no portal da internet *Planeta Orgânico* e o programa “Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado”, Cena Pública da TVC, dia 4 de maio de 2004, Fortaleza, ajudaram a divulgar o trabalho e os objetivos da agricultura familiar comprometida com sistemas agroecológicos.

Levantamento sobre Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado, DED-BioFach e Fundação Konrad Adenauer, Abril – Junho de 2004

Existem poucos mapeamentos e estatísticas em relação a agricultura familiar e agroecologia. Pela realização do levantamento da primeira fase do projeto, identificou-se que a pequena escala de produção forma um entrave de acesso ao mercado, porque os supermercados, o varejo e as indústrias alimentícias exigem partidas maiores do que geralmente se consegue oferecer na agricultura familiar. Para alcançar um volume satisfatório para a comercialização, na situação atual de ainda baixa produção orgânica, é possível agregar a produção regional. As informações solicitadas num questionário referiam-se à produção agroecológica e orgânica de grupos organizados formais e informais, englobando inclusive

a produção em conversão do sistema convencional ao agroecológico/orgânico. A segunda parte do levantamento se dedicava aos canais de comercialização e aos principais entraves para o acesso ao mercado.

Critérios para agroecológico/orgânico eram a isenção de contaminantes intencionais (agrotóxicos), a adoção de técnicas que visam à conservação dos recursos naturais envolvidos (solo, água, fauna e flora) e o desenvolvimento de relações sociais justas.

A realização do levantamento foi concebida como um projeto-piloto nos estados onde estão trabalhando os participantes do projeto - Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte (onde atua o parceiro da KAS, a ONG AACCC), e na Amazônia Oriental. Entidades de outros estados estão articuladas e interessadas em participar de uma segunda fase de um levantamento mais abrangente.

O objetivo principal era a mobilização e o registro dos grupos produtivos que visam a uma futura rede de comercialização para a agricultura familiar. Os dados do levantamento poderiam ser usados futuramente como base de um catálogo que se dirige aos consumidores sobre a oferta regional de produtos agroecológicos/orgânicos. Os benefícios diretos para as organizações compreendem a divulgação da oferta para o mercado orgânico e o trabalho dos grupos de agricultores familiares, bem como da entidade assessora. Além disso, se identificam possíveis efeitos de sinergias regionais para aumentar a escala de produção e facilitar a organização do mercado orgânico regional.

Foram contatadas entidades, as quais se supunha que trabalhavam com grupos produtivos orgânicos da agricultura familiar ou que poderiam ter conhecimento dos mesmos (endereços no glossário). Não foram consideradas experiências de empresas privadas, como, por exemplo, Amway Nutrite Organic do Ceará.

A grande maioria das entidades entrou em contato com representantes do projeto e participou posteriormente dos seminários regionais em Fortaleza e Belém. No Nordeste, entregaram-se 43 formulários preenchidos, na região Norte/Amazonas 22 questionários sobre grupos de agricultores orgânicos, a oferta da produção orgânica/ agroecológica e as dificuldades de acesso aos mercados. Estes dados foram completados por 3 experiências do Nordeste e 4 no Norte/Amazônas que se registraram no levantamento DED-BioFach entre maio e julho de 2003.

Resultado do Levantamento – N grupos produtivos por estado federal

Estado	PE	BA	AL	CE	RN	MA	MT	PA	Nº Total
Número de grupos produtivos	10	11	3	16	6	4	1	21	62

Conseguiu-se reunir dados representativos para a agricultura familiar na região, que fornecem informações sobre a oferta e o potencial regional do mercado orgânico, sobre o requerimento de insumos externos e os canais de comercialização usados.

Surpreendeu o grande número de experiências agroecológicas que começaram nos últimos três anos; isto confirmou o intenso desenvolvimento que está tomando a agricultura orgânica no Brasil. Os resultados apóiam e complementam os levantamentos do MDA e de outras iniciativas. A discussão sobre estratégias de acesso ao mercado serve como um espelho das tradicionais dificuldades com organização, infra-estrutura e financiamentos da agricultura familiar.

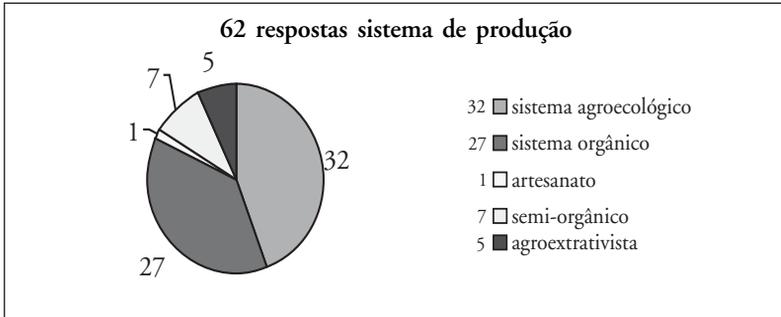
Os resultados

Divididos entre as duas regiões Nordeste e Norte/Amazonas registraram-se mais de 13 mil agricultores familiares produzindo aproximadamente 20 mil toneladas de frutas e produtos extrativistas *in natura* e processados, mais de 3 mil toneladas de hortaliças, quantidades consideráveis de grãos, de mel, de produtos ovinos e caprinos, de fibras como algodão e sisal, de produtos para a indústria cosmética e medicinal como óleo de babaçu, andiroba e outros.

Forma de organização. A maioria dos grupos produtivos que respondeu, 38 dos 62 empreendimentos levantados, se organiza em associações, 8 casos se denominaram como “grupo informal” e 16 experiências trabalham em forma de cooperativa. No Norte/Amazonas, em relação ao total número de 26 empreendimentos levantados, registraram-se mais cooperativas (8) do que no Nordeste.

Certificação orgânica. 16 experiências levantadas possuem certificação orgânica, mas 27 entidades (17 no Nordeste e 10 no Norte/Amazonas) declararam trabalhar com sistema orgânico. 28 dos 46 grupos produ-

vos que não possuem selo orgânico desejam certificar sua produção. Isto ilustra a demanda para uma definição e regulamentação clara do “orgânico” com tudo que implica como a questão-chave das exigências para ganhar o selo.

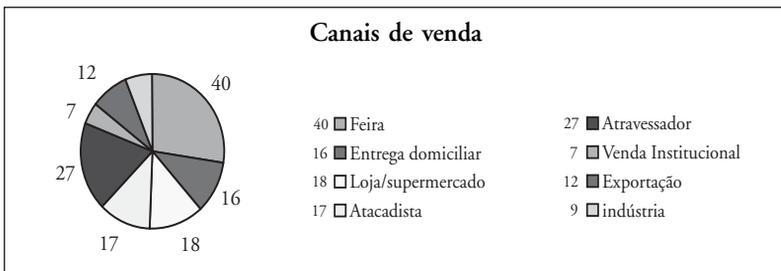


Somente a metade (30) das entidades dispõe de algum tipo de registro de sua produção, exigência primordial para adquirir o selo orgânico.

Organização do acesso ao mercado orgânico. A maioria (41) das entidades iniciou o trabalho de agricultura orgânica nos últimos anos, entre 2000 e 2004.

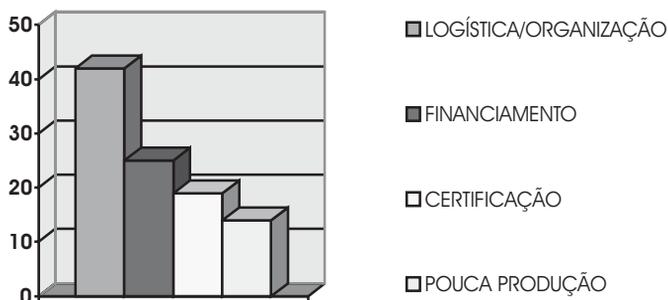
Um princípio e uma exigência da agricultura orgânica é um amplo auto-abastecimento das unidades produtivas com insumos e meios de produção. A maioria dos empreendimentos levantados (38 respostas) precisa adquirir insumos externos, principalmente sementes e mudas, adubos/esterco e defensivos naturais/derivados do pó de rochas.

Em relação aos canais de comercialização dos produtos agroecológicos/orgânicos levantados, chama a atenção o fato de que se realizam poucas vendas institucionais (7). Depois da venda em feiras (40) confirmou-se a forte posição do atravessador (27).



Principais entraves para o acesso ao mercado. A área de logística/organização foi nomeada 42 vezes como o entrave principal de acesso ao mercado. Dificuldades se têm especialmente com transporte para escoamento e distribuição da produção (25) quanto com organização no geral (19). O segundo problema mais nomeado se refere a financiamentos/acesso ao crédito (25), seguido por dificuldades com certificação/legislação (19) e pequena escala de produção (14). Chama a atenção o fato de que a maioria dos apoios financeiros vem da sociedade civil, principalmente das ONGs assessoras dos grupos. Um terço (23) tem financiamentos para seus empreendimentos. No Nordeste, de 46 entidades, somente 8 recebem financiamento através do PRONAF e uma agência bancária estatal.

Dificuldades de acesso ao mercado:



3 Conclusões, estratégias e áreas de intervenção

Nos últimos anos, conseguiram-se grandes avanços no desenvolvimento da agricultura familiar e aumentou a aceitação dos princípios da agroecologia. Um mercado orgânico nacional está se organizando; mas no Nordeste e Norte do Brasil, os mercados formais especializados, em produtos agrocológicos e orgânicos têm pouca participação na agricultura familiar organizada. Os esforços para viabilizar os projetos até hoje parecem não poder dar conta da grande complexidade da comercialização e do mercado orgânico, seja pela falta de apropriação e engajamento dos atores sociais, seja pela descontinuidade institucional. Os modelos tradicionais de apoio ao desenvolvimento de comunidades rurais têm dado ênfase aos aspectos técnicos da produção agropecuária. Agora, o

desafio se torna ainda maior quando os objetivos das organizações comunitárias se voltam para questões ambientais e de comercialização e mercado. Não há dúvidas sobre a importância de agentes externos como facilitadores dos processos de construção e participação do mercado orgânico, de extensão rural e assistência técnica para o desenvolvimento dos mercados local e regional e para qualificação profissional. Para encarar esses desafios, é um ganho histórico poder contar com partes do governo, com o apoio do MDA. Fica a expectativa de que também as instituições de extensão rural e assistência técnica consigam apoiar uma agricultura familiar que, tecnicamente preparada e de forma socialmente justa, visa a participar dos mercados para produtos agroecológicos/orgânicos.

O projeto DED-BioFach contribuiu para o fortalecimento de uma crescente articulação de entidades comprometidas com agricultura familiar e agroecologia. O ainda novo setor dos orgânicos adquiriu uma própria dinâmica, animada com as perspectivas da conjuntura política do governo Lula. Recebeu apoios concretos da empresa Planeta Orgânico, do SEBRAE, da CHESF, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, da Universidade Federal do Ceará e do ProRenda/GTZ Espírito Santo. A Fundação Konrad Adenauer, Fortaleza, entrou no projeto, engajando-se em prol da agroecologia e participando de várias atividades. Conseguiu-se a participação e o apoio da Rede Ecovida do Sul/Sudeste do País, e da Chão Vivo, Fórum de ONGs de Espírito Santo, para seguir o objetivo geral que se cristalizou durante o projeto: a construção de estruturas de comercialização e certificação orgânica com a participação dos agricultores familiares nas regiões Nordeste e Norte do Brasil.

Apareceram as demandas, formuladas durante o projeto DED-BioFach por tantos representantes da agricultura familiar como pelo próprio governo, demandas de uma rede de comercialização, de representação comercial e política e de padrões para a certificação orgânica que se adaptem à realidade e às especificidades das regiões, de tal forma que, em vez de continuar com a tradicional exclusão dos mercados, dêem agilidade ao processo de acesso ao mercado de produtos agroecológicos/orgânicos da agricultura familiar.

As estratégias de políticas e intervenções voltadas à melhoria da inserção dos agricultores familiares nos mercados podem ser divididas em três segmentos básicos.

- Em primeiro lugar, estão aquelas que procuram a ampliação das capacidades produtivas, de infra-estrutura e de organização da comercialização para os orgânicos. Atingindo agricultores familiares - como no caso do PRONAF - estas políticas continuam sendo as mais significativas, muitas vezes podem contar com a participação ativa de ONG's. Implica a realização de maiores investimentos numa fase estruturante, acompanhados por assistência técnica que enfatiza temas da organização e viabilidade econômica dos empreendimentos, como gestão, plano de negócio e comercialização.

- A segunda área de intervenção materializa-se em mercados institucionais: o Programa Fome Zero, a merenda escolar, as grandes cantinas dos funcionários etc.

Enfoque especial estão ganhando a “economia solidária” e o mercado justo, que atinge também alguns (nichos de) mercados de produtos de qualidade. Pelas características da agricultura familiar para muitos empreendimentos oferecem-se perspectivas economicamente mais viáveis do que nos “mercados livres”.

Pouco discutido e ainda não remunerado (como ao contrário é o caso na Comunidade Européia) é o serviço do agricultor familiar de preservar natureza e recursos naturais em ecossistemas sensíveis como na Amazônia ou no Nordeste, ameaçado pela desertificação. Integrável aos sistemas agroecológicos, a produção e venda de energias renováveis consta ser outra opção de renda.

- O terceiro segmento de atenção especial constitui o mercado e o agronegócio dos orgânicos e produtos naturais. É fomentado através de iniciativas da sociedade civil como os espaços agroecológicos, organizados por Centro Sabiá, no Recife, o projeto do açaí orgânico da FASE Belém ou o projeto de lojas de orgânicos *Hortivida* de IRPAA e Pólo Sindical do Rio São Francisco. Há os programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e programas de crédito do PRONAF ou do BB voltados para agricultura familiar orgânica que ainda poderão ser aperfeiçoados.

Na situação atual de ainda pouca consciência por parte dos consumidores sobre as vantagens da agricultura orgânica, as estratégias de desenvolver o mercado orgânico e melhorar o acesso para a agricultura familiar devem considerar como prioridade a melhora do contato com os consumidores e dar mais visibilidade à oferta de produtos orgânicos. Há imediata demanda para mais pontos de venda, feiras e serviços de entrega em domicílio. Para estimular a demanda por orgânicos no mercado nacional, precisa-se investir em *marketing* e agências de comercialização que melhorem o contato com as CEASAs, com o comércio, facilitando os procedimentos financeiros, aumentando e estimulando produção e demanda dos consumidores. Há necessidade de “promotores” que facilitem intercâmbios e negociações entre o mundo informal de muitos agricultores familiares e o mundo formal e “moderno” das exigências do mercado.

Visando a um desenvolvimento sustentável do mercado orgânico nacional com fácil acesso aos produtos orgânicos para amplas faixas da população brasileira, com relações comerciais justas e com participação da agricultura familiar no Nordeste e Norte/Amazonas do Brasil, o fortalecimento da sociedade civil nas regiões de maior pobreza é o elemento central de que depende a mudança das condições e melhoria de inserção nos mercados. Neste contexto, a reforma agrária teria uma função básica e catalizadora para a democratização de acesso à terra com uma redução sensível do latifúndio e distribuição das terras em unidades produtivas que garantam a auto-sustentação econômica e social.

No momento de encerrar as atividades do projeto DED-BioFach, continuam as articulações em torno do projeto e persistem os esforços e apoios da sociedade e da comunidade internacional, seguindo o objetivo de inclusão dos agricultores e agricultoras familiares nos mercados nacionais de produtos agroecológicos/orgânicos e naturais.

Bibliografia

- (1) Gilson Alceu Bittencourt: resumo do estudo em: *Revista Candeia*, No. 1, setembro 2000, Goiânia-GO, pág. 29.
 - (2) Plano Safra para a Agricultura Familiar 2003-2004, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF/ Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.
 - (3) DFID Brasília – CEPAL, Initial Study on Markets and the Poor Population in Brazil – *Review of Agricultural and Handicrafts Production Markets*, janeiro 2003.
 - (4) “Agricultura Familiar no Nordeste do Brasil”, I. Melchers, documento DED, 2001.
 - (5) em Revista “*Solidarische Welt* (Mundo Solidário)”, Dez/2003, Berlin, Alemanha.
 - (6) BNDES Setorial Rio de Janeiro, n. 15, p 3-34, mar 2002.
 - (7) Organically Managed Land and Organic Farms in Latin America (Source: SOEL. Survey, February 2003; Moacir R. Darolt, 2002: “*Organic Agriculture in the Brazilian Context: Current Situation and Perspectives*”, Agricultural Research Institute of Paraná.
 - (8) SEBRAE/inder: programa de formação de consultores para agricultura orgânica, versão 10/02/2001.
 - (9) “Market Assessment for Organic Agriculture, Programa Energia Produtiva, IDER, march 2004.
 - (10) Em Relatório Final BioFach-DEG dos seminários de Planetaorgânico/ BioFach 2003.
- Pesquisa de demanda de mercado em Minas Gerais e Rio de Janeiro em revista *FrutiFatos*, número 4, outubro 2003; em revista “*GloboRural*”, maio 2004.

Abordagem das relações sociais em experiências de produção e comércio de produtos ecológicos no Brasil¹

**Pedro Jorge B. F. Lima
Maristela Calvário A. Pinheiro**

1 Apresentação

O presente texto foi elaborado a partir da experiência adquirida por seus autores através do trabalho desenvolvido pelo ESPLAR em projetos de desenvolvimento de propostas agroecológicas voltadas para o apoio à agricultura familiar no Estado Ceará, semi-árido brasileiro. O contato com diferentes instituições da sociedade civil, do mercado e do Estado que atuam no campo da agricultura orgânica foi também de grande importância para a execução deste trabalho, contribuindo para a percepção da diversidade de visões acerca da produção ecológica, não só no Nordeste como no restante do País.

A abordagem adotada passa por um breve panorama do desenvolvimento da produção ecológica no Brasil, trata de experiências nos campos da produção, certificação e comercialização de produtos orgânicos e procura analisar as relações sociais estabelecidas entre os diferentes atores da cadeia produtiva. Com isto, pretende-se contribuir para a reflexão

¹ Conferência proferida durante o Seminário Internacional “Responsabilidad Social y el Comercio Justo en la Producción Orgánica de América Latina”, realizado em Cochabamba, Bolívia, de 1 a 5 de outubro de 2001.

sobre as possibilidades e limites da agricultura ecológica como instrumento para o desenvolvimento de relações calcadas em valores como a confiança, compromisso ético e solidariedade.

2 Breve panorama da atual produção ecológica no Brasil

Nas duas últimas décadas, a produção ecológica no Brasil vem se desenvolvendo a passos largos. Num primeiro momento, esse tipo de produção foi movida pelo desejo de alguns agricultores e agricultoras de encontrar saídas para os males da agroquímica, apoiados por ONGs e técnicos preocupados com as questões ambientais.

Observou-se então o surgimento de uma produção incipiente, comercializada sem maiores diferenciações em relação aos produtos convencionais. Pouco a pouco, em alguns dos maiores centros urbanos do País, surgiu e cresceu um mercado constituído por consumidores mais conscientes, desejosos de ter acesso a produtos limpos e dispostos a pagar preços mais elevados por eles.

Nos anos 1990, houve um grande crescimento do número de agricultores que enveredaram pelos caminhos da agroecologia, apoiados principalmente por ONGs, e que, aos poucos, foram se organizando para produzir, processar e comercializar seus produtos, sem contar com qualquer apoio oficial, seja de crédito ou de assistência técnica. Nessa primeira fase, uma preocupação sempre presente era com a segurança alimentar.

O surgimento de demandas provenientes do mercado externo deu lugar às exigências de que os produtos ecológicos passassem a ser certificados. Organizaram-se então as primeiras certificadoras nacionais: o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD) e a Associação de Agricultura Orgânica - AAO, ambas em São Paulo.

Pressionado pelas certificadoras, por algumas ONGs e organizações de agricultores e por potenciais processadores e exportadores de produtos orgânicos, o Ministério da Agricultura, em 1994, iniciou um debate com as ONGs, que resultou na elaboração de um projeto de lei que regulamenta a produção orgânica no Brasil. Esse projeto encontra-se em tramitação na Câmara Federal desde 1996. Enquanto o projeto não se

transforma em lei, o Ministério da Agricultura, em 1999, editou a Instrução Normativa nº 7, que dispõe sobre normas para a produção orgânica e, dentre outras medidas, criou o Colegiado Nacional de Produtos Orgânicos, com a missão de credenciar, acompanhar e fiscalizar as certificadoras.

No Brasil, a partir do momento em que o debate em torno dos transgênicos ocupou importantes espaços na *mídia*, os produtos orgânicos ganharam enorme repercussão e passaram a ser vistos pelo *agrobusiness* como oportunidade de expansão de negócios e mais lucros e por um número crescente de consumidores, como uma saída para o acesso a uma alimentação mais saudável.

A produção ecológica de alimentos e outros produtos, processados ou não, ocorre atualmente nas mais diferentes regiões do País, compreendendo mais de 30 produtos, com destaque para soja, milho, açúcar mascavo, hortaliças, frutas e plantas medicinais, certificados ou não.

No final dos anos 1990, principalmente em São Paulo e no Paraná, surgiram as primeiras empresas produtoras de uma considerável variedade de insumos orgânicos, tais como sementes, mudas, defensivos naturais, fertilizantes, dentre outros, em atendimento a um mercado interno emergente.

Embora ainda não existam estatísticas oficiais, estimativas recentes indicam que a safra brasileira de produtos orgânicos, nos últimos anos, alcançou volumes expressivos, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Estimativa da produção orgânica no Brasil, no período 1998/2000.

Produto	Unid.	Período		Variação (%)
		1998/99	1999/00	
Açúcar	Tonelada	4.000	6.000	50
Café	Sc.60 kg	2.000	2.400	20
Frango	Cabeça	500.000	550.000	10
Fumo	Tonelada	154	190	23
Laranja	Caixa 40,8 kg	450.000	1.500.000	233
Leite	Litro	1.500	1.650	10
Olerícolas	Tonelada	5.600	7.000	25
Ovos	Dúzia	15.600	17.000	10
Soja	Tonelada	3.200	7.000	119

Fonte: Banco do Brasil

2.1 Quem produz

A produção ecológica é obtida por diferentes categorias de agricultores e empresas, que vão desde pequenas unidades familiares em pequenas propriedades, passando pelas médias e grandes propriedades, sejam estas empreendimentos empresariais ou individuais.

Em termos numéricos, as unidades familiares de produção ecológica constituem a maioria e estão dispersas pelas diferentes regiões brasileiras, principalmente Sul e Sudeste, sendo responsáveis pela oferta de ampla lista dos mais diferentes produtos orgânicos. Essa produção de base familiar ocorre de forma individual mas, em geral, a certificação e a comercialização organizam-se coletivamente por grupos, associações ou cooperativas. No caso do Nordeste, região semi-árida caracterizada por uma grande vulnerabilidade climática, mesmo encontrando sérias dificuldades de sobrevivência, a agricultura familiar ecológica cresceu a passos largos nos últimos 5 anos, nos vários estados da Região. Na região amazônica, em muitos casos, a produção extrativista está nas mãos de pequenos produtores, organizados em associações e cooperativas que vendem a produção tanto para o mercado interno quanto externo.

Ao mesmo tempo, surgem grandes empresas nacionais e internacionais, interessadas em produzir e/ou processar e comercializar produtos ecológicos, atraídas pelos preços mais vantajosos oferecidos pelo mercado orgânico, seja interno ou de exportação. Algumas delas investem elevadas somas em campanhas publicitárias veiculadas em alguns dos principais periódicos da imprensa brasileira e também na televisão.

Para muitos, o interesse pela agricultura orgânica se reduz às possibilidades de comercialização de artigos de consumo com forte apelo ambiental, visando à obtenção de preços mais altos no mercado, mas não levando em conta as questões sociais e de natureza ética envolvidas. Para outros, em primeiro plano, estão a consciência ecológica, a segurança alimentar e um compromisso ético, que servem de base para a entrada no mercado orgânico, como forma de tornar economicamente viável a produção.

2.2 Comercialização

No campo da comercialização de produtos orgânicos, as experiências são tão diversificadas quanto na produção. Inúmeros agricultores começam produzindo apenas para autoconsumo e em seguida passam a ven-

der para seus vizinhos e nas sedes dos distritos. Quando a escala de produção cresce, esses agricultores se organizam para colocar seus produtos nos mercados das cidades mais próximas. Surgem então as feiras ecológicas, feiras orgânicas ou espaços agroecológicos nas principais capitais brasileiras e em muitas outras cidades de variados portes, onde os próprios agricultores e agricultoras, organizados, vendem seus produtos. Na maioria dessas feiras, predominam preços semelhantes aos praticados no mercado de produtos convencionais, como resultado das vantagens obtidas na comercialização direta, que exclui ou minimiza a ação de intermediários. Depois dos exemplos pioneiros das feiras da ABIO no Rio de Janeiro, da COOLMEIA em Porto Alegre, da AAO em São Paulo, todas na segunda metade dos anos 1980, as feiras de produtos orgânicos se multiplicaram e, atualmente, acontecem em inúmeras cidades brasileiras, embora, na maioria delas, se trate de atividade ainda pouco desenvolvida.

Nesse contexto surgiram também inúmeras empresas, nacionais e estrangeiras, que hoje produzem, processam e comercializam, nos mercados interno e externo, variado número de produtos orgânicos. Um exemplo é o da Terra Preservada, no Paraná, que teve origem em 1985, numa experiência de produção orgânica de hortaliças em regime familiar, vendidas na feira de alimentos orgânicos de Curitiba e que, aos poucos, se transformou num complexo empresarial. Hoje a empresa está integrada a mais de 1.000 agricultores, a grande maioria pequenos proprietários, aos quais presta assistência técnica, fornece insumos e garante a certificação e a compra dos mais variados produtos orgânicos com preços, em média, 25% superiores aos praticados no mercado convencional. Cerca de 80% desses produtos são exportados e o restante é vendido no mercado interno. Uma recente cisão na Terra Preservada deu origem ao surgimento de duas outras empresas, a Agrorgânica e a Sustentagro, enquanto a empresa original se associou à japonesa Tosan e agora adota o nome de TP & T.

Há ainda o caso da Todaba Ltda, uma empresa de São Paulo, que agencia para o Greenpeace contratos de licenciamento para uso da marca daquela ONG em produtos com o selo orgânico.

Grandes redes de supermercados, como o Pão de Açúcar e o Carrefour, estão realizando esforços no sentido de oferecer produtos orgânicos aos seus clientes. Para tanto, mantêm contratos diretos com agricultores e/

ou com fornecedores que intermedeiam a compra de produtos certificados e também implantam próprias áreas de produção.

3 As relações sociais na cadeia de produtos orgânicos

Na produção ecológica, é indispensável que as relações entre quem produz e o meio ambiente sejam pautadas pelo respeito e cuidado com a conservação dos recursos naturais. Se consideramos que os seres humanos fazem parte do meio ambiente natural, as relações entre os diferentes sujeitos participantes da cadeia de produtos ecológicos devem ser pautadas pelo respeito e pela ética. Na busca da sustentabilidade, a produção agroecológica, ecológica ou orgânica, tem como elementos fundamentais o respeito à natureza, a viabilidade econômica, a justiça social e a aceitação cultural, como bem sugere Stephen Gliessman... “A sustentabilidade de sistemas alimentares deve exigir maior equidade entre as pessoas em termos de poder econômico, propriedade e posse da terra, e acesso e controle do conhecimento e dos recursos agrícolas” (GLIESSMAN, 2000). Sob essa óptica e a partir de alguns exemplos de experiências de produção, processamento, certificação e comercialização de produtos orgânicos em diferentes regiões brasileiras, examinaremos o quanto os agentes envolvidos com a cadeia produtiva orgânica estão contribuindo para alcançar a tão desejada sustentabilidade, através de um compromisso com a construção de opções sustentáveis ao modelo hegemônico ou ajudando a consolidar um modelo de desenvolvimento predatório e excludente para a grande maioria da população, cujo principal diferencial estaria apenas no manejo cuidadoso dos recursos naturais.

3.1 Problemas observados na produção

No âmbito da agricultura de base familiar, em geral, a própria família é a responsável direta pelo trabalho nas unidades produtivas, contando, eventualmente, com o trabalho de mão-de-obra contratada. Uma peculiaridade desse tipo de empreendimento é a participação de mulheres e de crianças e adolescentes, de ambos os sexos, no trabalho produtivo, recurso de que as famílias lançam mão para viabilizar a produção. Em

geral, as mulheres assumem, juntamente com os homens, esse tipo de tarefa, porém, mesmo estando presentes nos diferentes momentos do processo produtivo, seu trabalho em geral é considerado apenas como “ajuda”, o que o torna pouco visível tanto para as próprias mulheres, como para o restante dos membros da família e para a sociedade. Comuns também são os conflitos de horário, entre o trabalho produtivo e a frequência à escola por parte de crianças e jovens.

A ADEC, uma associação de agricultores familiares de Tauá, no Ceará, organiza a produção de algodão orgânico dos seus associados, facilita a certificação, compra, beneficia e vende o produto no mercado, onde tem recebido preços diferenciados por se tratar de produto orgânico. Durante dois anos - 1997 e 1998 – não repassou para os agricultores/as parte do prêmio obtido, alegando a difícil situação financeira por que passava a entidade, nem seus dirigentes discutiram com os associados as razões dessa omissão. O mais grave nesse caso foi a falta de transparência, pois essa medida restritiva, se bem justificada, até poderia ser aceita pelos associados e aprovada em assembléia. A reação posterior dos associados resultou num corretivo dessa distorção durante a venda da produção de 1999 e na adoção, pela diretoria, de atitudes mais transparentes a partir daí. Ressalte-se que durante três anos seguidos o algodão foi certificado pelo IBD e em nenhum momento, desde a inspeção até o recebimento do relatório final, a certificadora fez qualquer indagação sobre repasse, aos associados, de parte do prêmio de 30% obtido na venda do algodão.

Nos anos 1980 a AGE - Associação de Agricultores Ecológicos de Brasília, organizou a primeira feira semanal de produtos ecológicos do Distrito Federal, onde ocorria a venda direta de frutas, hortaliças, laticínios e outros produtos, a preços em geral superiores aos dos produtos convencionais. À medida que aumentou a oferta de alguns produtos e os preços ameaçavam cair, a direção da AGE quis estabelecer cotas de produção para cada agricultor, limitando assim a oferta de cada produto, de modo a assegurar a permanência de preços elevados. Essa atitude resultou na saída de alguns associados da entidade, que discordaram dessa política elitista e buscaram outras formas de vender seus produtos, mesmo no mercado convencional, sem diferencial de preços.

Nas médias e grandes propriedades, o pagamento do salário mínimo legal, a oferta aos trabalhadores de moradia em condições dignas, bem

como o acesso à escola e aos serviços de saúde e lazer nem sempre são assegurados, o que enseja dificuldades durante as inspeções das certificadoras. Sabe-se que no Nordeste, por exemplo, grandes empresas que trabalham com produtos orgânicos procuram demonstrar, no discurso, que cumprem a legislação trabalhista e oferecem condições dignas aos seus trabalhadores; no entanto, quando inspetores mais preocupados com as questões sociais fazem contatos com pessoas do entorno, no próprio município ou em municípios vizinhos, verificam que a realidade é bem diferente e o que foi dito pelos responsáveis por essas empresas não coincide com o que efetivamente ocorre quanto ao cumprimento de obrigações sociais e trabalhistas.

O papel das certificadoras nesse contexto poderia vir a ser importante se elas deixassem a postura tímida ou até omissa adotada em relação aos aspectos sociais, pois a elas é atribuída a tarefa de verificar *in loco* o cumprimento das diferentes condições que devem ser observadas na produção orgânica. Predomina, porém, ainda uma presença muito frágil da dimensão social nas normas ou diretrizes de produção orgânica² e mais tímidos ainda são os instrumentos de verificação dos aspectos sociais. É claro que uma certificadora pode não desejar se intrometer nessas questões, adotando uma postura supostamente “isenta”, deixando para os sindicatos de trabalhadores alguma ação dirigida para cobrar o cumprimento de leis e outros regulamentos; mas, uma suposta isenção a quem beneficia: aos trabalhadores ou aos empresários? Ora, se nas questões relacionadas com o manejo ecológico dos sistemas de produção vegetal e animal, a certificadora se manifesta de forma explícita sobre os planos de conversão, fazendo sugestões e até informando condições cujo cumprimento será exigido na próxima inspeção, sob pena da unidade de produção não ser certificada, por que não adotar procedimento semelhante quando se trata das questões sociais? A resposta pode estar na ausência completa de itens referentes às questões sociais nas diretrizes e normas de muitas certificadoras, ou na existência de alguma menção muito leve a tais questões.

Se o descumprimento da legislação social e trabalhista é um problema constatado, em diversos casos, na produção orgânica, estaremos diante de situações em que a produção certificada como orgânica não seria

2 Um exemplo que ilustra essa afirmação pode ser observado nas normas da certificadora norte-americana FVO: “Condições sociais: Bom relacionamento de trabalho entre todas as partes envolvidas: proprietários, arrendatários, sub-contratantes, etc.; Participação em grupo local de produtores orgânicos”.

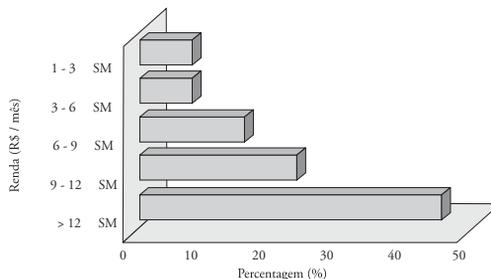
ecológica, pois não estaria proporcionando condições dignas de vida aos trabalhadores que a ela se dedicam.

3.2 Mercado, preços e exclusão social

O mercado orgânico, com seus diferenciais de preços, além de surgir como uma oportunidade para inúmeros produtores se viabilizarem economicamente, proporciona o acesso a produtos limpos a um número crescente de consumidores que podem pagar mais caro por eles. Por outro lado, é extremamente excludente para a grande maioria da população, mesmo aquela fração que auferir uma renda capaz de satisfazer suas necessidades alimentares básicas, mas não pode comprar produtos ecológicos em função dos seus preços mais altos. Pesquisa realizada em Curitiba, pela Universidade Federal do Paraná, em 1998 revelou que ...“o público das feiras orgânicas...faz parte de um grupo de consumidores mais intelectualizados e de uma classe economicamente mais elevada”, o que confirma a hipótese do caráter elitista do mercado de produtos orgânicos no Brasil, pois a renda média mensal da população urbana na Região Sul, em 1999, era de apenas 2,63 salários mínimos, que correspondia a U\$201.

A Figura 1 mostra que, enquanto pessoas com renda mensal de até 3 salários mínimos constituíam apenas 10% dos consumidores de produtos orgânicos em Curitiba, aqueles com renda acima de 12 salários mínimos representavam cerca de 48% do total.³

Figura 1 – Renda média mensal, em salários mínimos, dos consumidores da “Feira Verde” de Curitiba, Paraná, 1998.



Fonte: ruchinski & brandenburg, 1999, in revista brasileira de

3 DAROLT, M.R. Organização do consumidor é essencial. *Rev. Brasileira de Agropecuária*, 1, p.38-41, 2001.

Ressalte-se que no Brasil, em 1999, a população em idade ativa com renda mensal superior a 10 salários mínimos representava apenas 4,6% do total, enquanto cerca de 40,6% não auferiam qualquer rendimento.

No Brasil, a soja orgânica é certamente o produto que alcançou maiores volumes de produção, superando as 7.000 toneladas anuais, em função dos elevados preços pagos no mercado externo. Assim, as empresas processadoras e exportadoras pagam até 50% de prêmio para quem produz e ainda auferem altos lucros; mas esta moeda tem outra face: a exclusão do consumidor brasileiro do acesso à soja orgânica, em função dos altos preços externos, numa competição desleal, no caso de um produto orgânico que poderia vir a se tornar o primeiro a ser comprado por ampla fração de consumidores brasileiros.

Outro aspecto dessa questão é a venda de produtos orgânicos em grandes supermercados, desejosos de “embarcar” na “onda verde”, onde os preços ao consumidor chegam a ser até dez vezes maiores do que aqueles pagos aos agricultores. No caso de redes como o Pão de Açúcar, Carrefour, dentre outras, sabe-se que, além dessa brutal diferença de preços, os distribuidores dos produtos orgânicos necessitam ter os próprios promotores de vendas, pagando o ônus de manter ocupados os espaços nas gôndolas, independentemente do volume de produtos oferecidos, arcando ainda com as perdas decorrentes de mercadorias não vendidas (principalmente frutas e hortaliças), que são debitados em seus passivos. No final das contas, esse ônus é assumido, de um lado, por pessoas que podem pagar um *plus* bastante elevado e, do outro lado, pelos produtores, para quem sobra apenas uma fração do preço final que, em muitos casos, não chega a 20%.

Além disso, os fornecedores de produtos orgânicos, assim como os de produtos convencionais, vez por outra são “convidados” pelos supermercados a se integrarem a eventos promocionais, mediante débito em sua conta bancária, de uma quantia em dinheiro, estipulada pelo supermercado. Será que relações comerciais dessa natureza podem ser consideradas ecológicas?

3.3 Exemplos animadores

Na contramão dessa tendência, é animador constatar a existência de inúmeras iniciativas de associações de agricultores ecológicos em esta-

dos do Sul do Brasil, e que aos poucos se estende às outras regiões, interessados em vender produtos orgânicos no mercado pelos mesmos preços dos produtos convencionais. Em muitos deles, a visão ecológica é praticada de forma radical. Sob o ponto de vista econômico, isto vem sendo possível graças às estratégias de venda direta em feiras, reduzindo ou eliminando a ação de intermediários, o que possibilita a obtenção de preços compensadores, mesmo sem cobrar diferencial pela qualidade ecológica.

Há mais de dez anos, no Sul do Brasil, a necessidade de associações de agricultores, de técnicos e de ONGs e cooperativas encontrarem opções para os impactos negativos do modelo predatório de desenvolvimento vigente levou-os à criação de inúmeras associações de “agricultores ecológicos” que, dentre outras referências, pautam sua produção pela agroecologia e, no campo econômico, procuram “...viabilizar o agricultor não explorando o consumidor ou elitizando o consumo” (REDE ECOVIDA p.4). Essas associações vendem seus produtos nas feiras ecológicas da Região e também para diferentes empresas e, desde a segunda metade dos anos 1990, junto com ONGs, se articularam em torno da Rede Ecovida de Agroecologia, que hoje conta com mais de mil agricultores. A experiência adquirida nessa articulação resultou na criação da Associação Ecovida de Certificação Participativa, que “...procura construir relações transparentes e democráticas entre os diferentes atores envolvidos na comercialização dos produtos orgânicos; buscar uma crescente integração entre os processos de produção, processamento e circulação de produtos orgânicos, visando atender às necessidades do conjunto da sociedade e não de grupos corporativos de interesse; potencializar o desenvolvimento local, gerando novas atividades agrícolas e não-agrícolas” (Relatório de Intercâmbio CETAP/ESPLAR, P.9). Além desses e de outros princípios, as normas da Ecovida adotam o que determina a Instrução Normativa 7, do Ministério da Agricultura, quanto às normas de certificação de produtos orgânicos.

A Associação Ecovida definiu previamente que só irá operar com certificação em duas situações: quando houver pressões com base na legislação e por exigência do mercado. Embora ainda esteja se estruturando, essa associação já emitiu certificado e selo orgânico para produtos adquiridos por empresas que fizeram essa exigência.

No Estado do Ceará, um grupo de consumidores interessados em adquirir regularmente hortaliças orgânicas juntou-se a alguns produtores e organizaram a Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica (ADAO), que há quatro anos supre parte das necessidades desses consumidores com uma cesta semanal de produtos. Nesse sistema, os agricultores definem seus custos de produção e um orçamento anual é discutido em assembléia da entidade. O valor final aprovado por agricultores e consumidores é dividido por doze meses e pelo número de associados consumidores, chegando assim ao custo mensal de uma cota para cada consumidor que terá direito a uma cesta semanal de produtos. Nesse exemplo, que pode ser considerado raro, os agricultores associados da ADAO contam com uma renda mensal regular. A variedade de produtos da cesta semanal está sendo gradativamente ampliada, através da produção de outros agricultores ecológicos que ofertam principalmente frangos, ovos, queijo, iogurts colocados à venda para os associados. Essa forma de comercialização é uma adaptação às condições brasileiras dos sistemas *community supported agriculture*, surgidos nos países ricos.

Outro exemplo relevante de comportamento ético está sendo desenvolvido por agricultores associados da ACOB – Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil, parte dos quais comercializa sua produção para o *fair trade*. São proprietários de fazendas de café de variados tamanhos, inclusive uma associação que congrega pequenos proprietários. Necessitando a cada ano contratar trabalhadores para realizar as mais diferentes atividades, esses fazendeiros em geral cumprem a legislação trabalhista; porém começaram a se indagar sobre o que ainda poderiam proporcionar aos seus trabalhadores além do que prevê a lei. Em reuniões específicas para discutir esses assuntos, avançaram no debate de propostas de melhorias para os trabalhadores e definiram, coletivamente, que deveriam oferecer transporte, lanche no meio da jornada de trabalho e comida quente no almoço, servida à sombra. Esses itens ainda estão em discussão e cada associado da ACOB assume aqueles que, de fato, têm condições de cumprir. Essas propostas, postas em prática, com certeza proporcionarão aos sócios da ACOB, na comercialização do café com o *fair trade*, um adicional tão ou mais vantajoso do que o certificado orgânico. A ACOB se referencia também em indicadores de responsabilidade

social empresarial do Instituto Ethos, como “...instrumento de avaliação e planejamento para empresas que buscam excelência e sustentabilidade em seus negócios” (INSTITUTO ETHOS, 2000).

São conhecidos também alguns casos de grandes empresas dedicadas à produção orgânica que se constituem em modelos na forma de tratar as relações com seus empregados, a quem proporcionam condições adequadas de trabalho, moradia e acesso à educação e saúde, como por exemplo a Mocó Agropecuária Ltda. no Estado da Paraíba, que produz manga e laticínios para o mercado interno e para exportação.

No campo da certificação, o IBD avançou de forma significativa na consideração pela dimensão social na produção orgânica, quando incluiu em suas diretrizes um conjunto de exigências relativas às condições de trabalho, salário, moradia, saúde e seguridade social, dentre outras, que devem ser respeitadas pelas empresas envolvidas com a produção orgânica. Também incluiu esses critérios nos formulários utilizados nas inspeções. Segundo um de seus dirigentes, esses itens são considerados tão importantes quanto aqueles relacionados com o manejo dos sistemas. Embora seja um avanço importante, é preciso ter claro que não são a simples existência dessas normas e a cobrança do seu cumprimento durante as inspeções que vão garantir condições de vida dignas aos trabalhadores de empresas orgânicas.

Para que ocorram avanços nesse campo, é necessário muito mais: que os próprios trabalhadores e os seus sindicatos se apropriem das normas de produção orgânica e tomem consciência de que, através de sua ação organizada, poderão obter êxito em suas reivindicações junto às empresas no cumprimento das diferentes dimensões previstas na legislação e nas diretrizes de produção orgânica. Só assim poderão exercer o controle social sobre a atuação de empresas envolvidas com a produção, o processamento, a certificação e a comercialização de produtos orgânicos.

4 Certificação como instrumento de inclusão e de exclusão

Como exigência do mercado, a certificação de produtos orgânicos significa a ampliação de oportunidades de comercialização de inúmeros produtos, a preços diferenciados, por parte de agricultores até então

com uma participação mínima no mercado, podendo assim ser considerada como um mecanismo de inclusão. Ao mesmo tempo, funciona como instrumento de exclusão do mercado orgânico, para uma parcela também significativa de produtores alijados pela impossibilidade de terem acesso aos processos de certificação, seja por não terem condições de pagar por esse serviço ou por não estarem organizados em associações e cooperativas que o ofereçam.

5 Aprendendo com os exemplos analisados

Partindo dos exemplos anteriormente analisados, é possível chegar a algumas conclusões que podem contribuir para a reflexão em torno das relações sociais na produção e comércio de produtos orgânicos, com veremos a seguir:

- produtos orgânicos nem sempre podem ser identificados como oriundos de produção ecológica, na medida em que os proprietários dos meios de produção não levam em conta os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais dos sujeitos envolvidos na cadeia produtiva.
- As relações de exploração, sobretudo aquelas estabelecidas entre empresas e seus trabalhadores, entre comerciantes e agricultores familiares e entre comerciantes e consumidores, em geral, resultam na apropriação desigual dos frutos do trabalho, sempre em detrimento do lado mais frágil da relação – agricultores e consumidores. Essas relações de exploração se estabelecem principalmente quando a decisão de produzir de forma orgânica é determinada acima de tudo pelo lucro e não pelo desenvolvimento de uma consciência ecológica.
- Um certificado ou selo orgânico oferece suposta garantia da origem ecológica do produto mas, em muitos casos, mascara a existência de relações predatórias entre os agentes da cadeia produtiva. Tais relações nem sempre são identificadas durante as inspeções, seja pela ausência de critérios nas normas das certificadoras, seja de forma deliberada, porque elas não desejam contrariar os interesses de quem paga a certificação e de quem recebe percentuais nada desprezíveis sobre o faturamento obtido com a produção orgânica.

- É óbvio que não se pode atribuir à produção orgânica a responsabilidade por transformações radicais nos modelos de desenvolvimento vigentes, mas é certo que esta pode vir a ser um instrumento importante na construção de relações sadias que conduzam ao desenvolvimento sustentável. Para tanto é necessário que nos diferentes elos da cadeia produtiva se desenvolva uma consciência de que é imprescindível um compromisso com práticas verdadeiramente ecológicas.

- É imprescindível também que o lado mais débil da cadeia produtiva, constituído por agricultores familiares, pequenos processadores, pequenos comerciantes e consumidores de produtos orgânicos atuem de forma organizada, no sentido de se tornarem protagonistas na luta para fazerem valer seus direitos nos campos econômico, social e ambiental. É organizados que exercerão o controle social sobre os processos que ocorrem na cadeia de produtos orgânicos, para que as relações sociais e comerciais aí praticadas estejam em consonância com valores como confiança, ética e solidariedade, e denunciem os casos de desrespeito à legislação pertinente e às normas de produção e certificação. Com isto é possível que pessoas e empresas com motivação baseada apenas em oportunidades de lucro fácil sejam, naturalmente, alijadas do mercado orgânico.

- Os exemplos examinados, sobretudo aqueles onde sobressaem práticas baseadas na organização de agricultores/as e consumidores/as, oferecem importante contribuição para se acreditar que relações calcadas em valores como confiança, compromisso ético e solidariedade entre agricultores, comerciantes e consumidores, podem servir de base para a construção compartilhada de modelos sustentáveis de desenvolvimento, numa perspectiva ecológica radical.

Referências Bibliográficas

- AAO. *Manual de certificação: normas de produção – Regulamentos* (2ª Versão). Maio 2000. 21p.
- ASSOCIAÇÃO ECOVIDA DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA. Diretrizes ecovida para obtenção da qualidade orgânica. (s.l.: s.n.) 2000. 22p.
- AGRICULTURA orgânica: maior concentração está no Paraná. *Rev. Brasileira de Agropecuária*, n.1, p. 42 – 45, 2001.
- DAROLT, M. R. Organização do consumidor é essencial. *Rev. Brasileira de Agropecuária*, n.1, p. 38 – 41, 2001.
- GARCIA, I. Mercado orgânico: a certificação AAO. *Rev. Brasileira de Agropecuária*, n. 9, p. 51, 2001.
- GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Ed. Universidade/UFRGS, 2000, 658p.
- IBD. *Diretrizes para o padrão de qualidade Orgânico “Instituto Biodinâmico”*. 8.ed. Botucatu – SP (s.d.). 55 p.
- IRINEU, Marleide., MELO, Paula Reis., REJANE, Sandra. Centro Sábia: experiência do espaço agroecológico. In: CARVALHO, Maria do Socorro Normanha.(org.) *DSS e economia solidária: debate conceitual e relato de experiências*. Recife: Escola Nordeste CUT, 2000. p. 57-66.
- LIMA, Pedro Jorge B. F. Lima. *Contribuições ao debate interno sobre produção, normatização e certificação de produtos orgânicos*. Fortaleza: ESPLAR, maio 1995. 9 p.
- MACIEL, M. Agricultura orgânica em grandes áreas. *Rev. Brasileira de Agropecuária*, n. 9, p. 62 – 69, 2001.
- MACIEL, M. Comercializando a produção no agronegócio orgânico. *Rev. Brasileira de Agropecuária*, n. 10, p. 22 – 37, 2001.
- SILVA, G. Cultivo orgânico: trajeto natural. *Globo Rural*, n. 168, p. 76 – 80, 1999.

Comercialização e transformação dos produtos da agricultura familiar: alguns pontos a discutir

Ricardo Costa

Feito a pedido da coordenação do ENA, o objetivo deste pequeno texto é subsidiar as discussões sobre os desafios e obstáculos a serem superados pelas organizações dos agricultores familiares que queiram aprimorar seus processos de comercialização e transformação da produção. Um encontro desta envergadura, com milhares de agricultores, vindos de todos os recantos do Brasil, certamente engloba um público diverso, desde representantes de organizações que já exportam normal e rotineiramente sua produção até o agricultor que ainda se vê na contingência de “entregar” sua produção a um comerciante intermediário, sem com isso conseguir desenvolver uma visão crítica mais consistente sobre as condições do comércio que vêm praticando. Mais do que uma perda econômica, esta submissão reflete e explicita uma fragilidade política. Por acreditar que o esforço para superar essa submissão passa por caminhos que também conduzem à superação da fragilidade, resolvi propor que, no tema da comercialização, as discussões se atenham mais às questões internas às associações/cooperativas dos agricultores familiares. Estes caminhos passam pelo aumento da capacidade das organizações em identificar com clareza suas demandas, em formular propostas adequadas e em fazer valer seus direitos através de ações coletivas eficientes.

A comercialização

Parto de um princípio básico: considerando a quantidade de produção normalmente obtida por um agricultor familiar, é muito difícil, digo até quase impossível, que ele sozinho detenha ou domine as condições que se fazem necessárias para que consiga superar a dependência em relação ao atravessador. Para a grande maioria dos agricultores familiares, um dos poucos caminhos para desenvolver um mínimo de autonomia na comercialização de sua produção é criar um processo de vendas, em coletivo.

Por outro lado, as organizações de agricultores familiares têm larga experiência em lidar coletivamente com questões de ordem política; grandes vitórias já conseguiram. Da mesma forma, na capacitação e aprimoramento técnico da produção, os esforços coletivos têm mostrado resultados significativos. Este encontro é uma confirmação disso. Já nas atividades econômicas, os agricultores familiares tendem a agir individualmente. Não desenvolvemos, ainda, uma cultura de tratar em coletivo as atividades de cunho econômico em geral e a comercialização em particular. Há um aprendizado a desenvolver. É nesse primeiro obstáculo a ser superado que quero me concentrar.

As questões que se põem são de duas naturezas. A primeira é o conhecimento das práticas que se fazem necessárias para se conseguir vender bem a produção. A segunda são as relações a serem estabelecidas entre os associados, *as regras do jogo*, nas quais a transparência, a solidariedade e a cooperação mútua constituem fatores condicionantes para se atingir bons níveis de eficácia no processo coletivo. Na seqüência, os dois temas serão tratados ao mesmo tempo.

Para iniciar, proponho que respondamos a uma pergunta simples:

- quais são os conhecimentos que o atravessador tem e que nós não temos?

E proponho que, ao mesmo tempo em que critiquem algumas respostas que adiantam, formulem outras respostas para alimentar a discussão.

Conhecimento da região

Em cada região onde trabalha, o atravessador conhece cada produtor, sabe onde mora, o quanto produz, conhece a qualidade da sua produ-

ção. Quando ele chega à região, sabe exatamente onde deve ir para comprar sua mercadoria. E ele tem idéia muito precisa sobre a quantidade total de produção que conseguirá comprar.

É muito grande o número de associações/cooperativas que não têm esse conhecimento a respeito de seus próprios associados. O atravessador sabe mais sobre as organizações do que elas próprias! Cada produtor sabe o quanto plantou e o quanto espera produzir mas não existe a preocupação de saber a soma destas produções. Esta informação é indispensável para estabelecer um processo de venda coletiva. Para vender a produção em coletivo, a associação ou a cooperativa precisa ter uma idéia do montante de sua produção em conjunto. Ninguém consegue vender uma mercadoria sem saber a quantidade que pode comprometer com o comprador.

O Conhecimento dos preços e de seu comportamento

Quando o atravessador sai para comprar sua mercadoria, ele já sabe o preço que pode pagar aos produtores, porque tem a informação do preço pelo qual vai conseguir vender. Ele fica sabendo, rapidamente, quando o preço começa a variar, seja na alta, seja na baixa, e é nessas fases que ele ganha mais. Ele está em constante contato com seus compradores, busca informações sobre as safras, faz telefonemas, enfim, mantém-se informado. Antes da colheita começar, ele já sabe as tendências dos preços.

Por não se mobilizarem, a tempo e a hora, para obter estas informações, muitos produtores se vêem forçados a negociar em situação desvantajosa porque não sabem o valor real de seus produtos.

O conhecimento dos compradores

Uma das principais fontes onde o atravessador consegue estas informações sobre o mercado são seus compradores. Ele sabe quem são e onde estão seus compradores. A pergunta que se põe é: como ele adquiriu este conhecimento? A resposta é uma só: viajando. Só se pode conhecer o mercado saindo para procurá-lo. Só se aprende a vender vendendo. Este é o tipo do conhecimento que não se adquire sem sair de casa. Aqui reside o investimento a ser feito em coletivo: uns poucos produtores que façam viagens para conhecer onde estão os compradores retornarão com informações úteis para todos os demais. Aí começam a

aparecer as vantagens da venda em coletivo. A produção de único produtor não teria valor suficiente para justificar um gasto destes quando se trata da produção de vários produtores, os ganhos em preços e em condições de venda já começam a superar os gastos. Estas viagens são bem menos complicadas do que possam parecer à primeira vista. As primeiras cidades a serem visitadas são aquelas para onde o atravessador já vende. À medida que se vai acumulando prática, vão se selecionando outros mercados a serem “descobertos”. Já existem diversas organizações em condições de orientar os agricultores familiares sobre como programar estas viagens.

A Importância da informação

O atravessador nunca sai com a mercadoria em cima do caminhão à procura de quem queira comprá-la, porque ele conhece uma das regras mais importantes do comércio: o que primeiro circula são as informações. Não se mexe no produto antes de se ter as informações sobre preço, frete, quantidade que cada produtor tem para vender e a quantidade que o comprador quer comprar etc. O produto só se desloca por último, quando todos os detalhes da venda estão acertados.

O mito do caminhão

Ainda é comum a idéia de que é impossível comercializar sem ter um caminhão. Este mito é uma ilusão e uma fonte de muitos prejuízos. Basta ver que existem muitos atravessadores que não têm caminhão, que trabalham com caminhões de terceiros. O ganho do atravessador não está no frete e sim na diferença entre os preços que paga e os que recebe, quando vende a mercadoria.

Ele sabe que só deverá comprar um caminhão quando tiver mercadoria para ser transportada, durante todo o ano. Fora isso, o caminhão vai dar prejuízo. Contrariamente ao que muitos pensam, ele sabe que caminhão parado dá prejuízo, que tem custos fixos elevados e os riscos próprios a qualquer veículo, como acidentes e quebras. Por isso, enquanto não tem garantia de produção suficiente para ocupar um caminhão durante todo o ano, ele prefere, por ser muito mais barato, trabalhar pagando frete a terceiros.

O mito do capital de giro

Outro mito que se interpõe com frequência é o do capital de giro. O atravessador tem o “dinheiro na mão” e usa este poderoso instrumento para convencer o produtor menos avisado a aceitar preços mais baixos. É comum a idéia de que se a associação ou a cooperativa não tiver capital de giro não conseguirá competir com o atravessador, mas o que é que motiva a associação quando se preocupa em aprimorar seus métodos de comercialização? Se o objetivo é meramente o de melhorar os preços de venda, então é sim preciso conseguir capital de giro para financiar as compras. Se for só isso a associação não será mais do que outro atravessador.

Se a motivação da associação, porém, é a de superar a dependência, se o que se quer é apropriar-se dos conhecimentos necessários para conduzir autonomamente seus processos de comercialização, aí o capital de giro passa a ter importância secundária. É preciso que as lideranças mostrem aos associados que, enquanto os agricultores familiares não conhecerem como funcionam os diversos degraus da cadeia de comercialização de seus produtos, não desenvolverão força nem conhecimento suficiente para fazer valer seus direitos e suas necessidades. Só a partir da prática concreta do comércio é que os agricultores familiares vão descobrir uma série de direitos que têm. Só quem sabe identificar seus direitos consegue formular propostas e desenvolver processos de luta para transformá-las em leis que lhes sejam favoráveis.

As “regras do jogo”

Isto nos leva a outro desafio, uma questão das mais importantes, que é a formulação das “regras do jogo”. Para se estabelecer um processo de vendas coletivas, é preciso que haja regras claras para que todos saibam o que esperar um do outro. São dois tipos de regras. As primeiras envolvem o funcionamento diário e têm relação direta com a divisão das responsabilidades. As diversas tarefas que se fazem necessárias para que tudo funcione sem contratemplos e sem conflitos. Exemplos de algumas destas tarefas: estar em contacto com os compradores, manter comunicação com os associados/produtores para acertar quantidades, e para aprovar o preço de venda (quem deve aprovar os preços são os produtores), contratar os carreteiros para o transporte, programar e controlar o

carregamento, fazer as guias para pagamento do imposto (quando houver) e pagar. Como é fácil ver, é muita coisa para uma só pessoa. É preciso dividir as tarefas.

As outras são as *regras do jogo* propriamente ditas. Algumas das mais importantes são: a forma como será feito o pagamento a cada produtor/ associado (e não associado – por que não?), a parcela do preço de venda que deverá ser destinada à associação, a forma de prestar contas de cada venda a todos os associados, os procedimentos a tomar no caso de haver prejuízo, e por aí vai. É importante que se diga que já há diversas organizações de agricultores familiares desenvolvendo, a contento, experiências de venda coletiva, e dispostas a repassar a experiência acumulada.

A transformação

A transformação ou o beneficiamento da produção também apresenta uma série de desafios.

O primeiro é que, nas mais das vezes, só se viabiliza se for comunitário, ou seja, se processar a produção de mais de um produtor. Assim, a maior parte do que está dito anteriormente é também válida para a transformação.

É comum as pessoas não se darem conta de que a transformação da produção é uma atividade inteiramente nova e sobre a qual não têm experiência acumulada.

O estudo de viabilidade econômica

Assim, é importante conhecer alguns detalhes desta nova atividade, antes de fazer qualquer investimento. Um bom guia sobre como conhecer estes detalhes é o estudo de viabilidade econômica. O estudo consiste em avaliar quais são as condições que precisam ser satisfeitas para que o novo empreendimento tenha sucesso. É muito mais simples do que seu nome pomposo possa sugerir. Existem publicações a respeito, bem como entidades que orientam as organizações sobre como desenvolver estes estudos.

Um novo mercado

Deve estar claro para os agricultores que o beneficiamento da produ-

ção implica a necessidade de conhecer um mercado inteiramente diferente daquele onde estão acostumados a vender. Um bom exemplo se dá com o tipo mais simples de beneficiamento: o empacotamento de grãos (feijão, arroz, milho, o que for) em saquinhos de 1 e 5 kg. O comerciante que compra grãos em sacos de 60kg não compra saquinhos de 1 e 5kg. Muitos deles fazem exatamente este serviço: compram em grosso e empacotam. É, portanto, muito provável que, ao passar a empacotar os grãos, a associação venha a competir com seu antigo comprador. Assim, antes de iniciar a produção, deverá fazer as pesquisas que lhe permitam conhecer este outro mercado comprador. Outro exemplo bem ilustrativo é o caso dos agricultores que querem deixar de vender leite para usinas e passar a vendê-lo em saquinhos de 1 litro.

Questões externas às associações

As leis sanitárias

Uma das maiores dificuldades a superar são as leis de fiscalização sanitária. Os diversos registros (secretarias e Ministério da Agricultura e/ou da Saúde) dependem de cumprimento de exigências que foram formuladas para atender aos interesses do grande capital. Além de farta burocracia exigida, as exigências com respeito à construção e acabamento das instalações são, em muitos casos, exageradas para o fim a que se propõem.

Embora os ganhos ainda sejam pequenos, já há, no sul do Brasil, movimentos de âmbito estadual, no sentido de flexibilizar estas exigências.

O registro nas secretarias estaduais de fazenda

Em alguns estados da Federação (o Rio de Janeiro é um deles) têm havido dificuldades com respeito à natureza das associações sem fim lucrativo. Algumas secretarias de fazenda interpretam que, por serem sem fins lucrativos, tais associações não podem exercer atividades econômicas.

Algumas associações têm conseguido, argumentando com o coletor de sua região, demonstrar que, embora sua atividade seja de produção, o objetivo não é o lucro mas o benefício coletivo da comunidade.

Nos casos em que não consegue convencer o coletor, a solução mais comum tem sido a fundação de cooperativas, o que envolve custos e

muitas vezes conflitos, além das inconveniências características da existência de várias organizações (associação e cooperativa) para dar conta de uma mesma atividade.

Concorrendo para afirmar a cidadania

O grande valor do trabalho associativo se faz aparecer quando a competição é substituída pela *com-corrência* conjunta e solidária. Concorrer, neste caso, significa “correr com”: cada um corre junto com os outros, *concorrendo* cada um para os objetivos comuns, isto é, de todos. Cada um contribui com informações, conhecimentos, experiências e ações conjuntas em benefício e reforço de todos. Numa floresta, cada árvore se beneficia das que estão em volta. Juntas, elas tornam o meio ambiente propício ao desenvolvimento de todas; mas cada uma depende de sua raiz, bem plantada no chão. O que se busca, portanto, é o reforço à autonomia e à capacidade de iniciativa de todos os envolvidos como um dos caminhos para a afirmação da cidadania e a superação das desigualdades sociais.

Entendido desta forma, um grande desafio do trabalho associativo é alcançar a eficiência mediante processos democráticos, tendo por critério não apenas o retorno econômico, mas também o aumento da participação nos debates e decisões, com conhecimento de causa, de todos os envolvidos. Dessa forma, o “empresariamento” e o comércio são vistos como atividades que se voltam para o bem de todos – o bem público – e não para o enriquecimento de poucos, às custas do sofrimento de muitos.

Agroecologia e mercados locais: o caminho através da economia popular solidária

Julian Perez Cassarino

Alimento ecológico, alimento acessível

Uma das primeiras questões a se desafiar, quando adentramos no debate do mercado de alimentos ecológicos¹, refere-se à concepção de soberania alimentar de uma nação e/ou região. É direito dos povos ter acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes para uma vida digna.

O aspecto ligado à quantidade tem sido amplamente debatido, onde, através de ações da sociedade civil organizada e de governos locais, estaduais e federal – particularmente com a ascensão de Lula à Presidência – busca-se, ainda que de forma bastante tímida, garantir este direito aos milhões de famílias que se encontram em situação de miséria no País.

Pouco, porém, tem se discutido sobre a qualidade destes alimentos. É nesta questão que entramos de cabeça no debate dos alimentos ecológicos, afinal esta tem sido a principal alternativa desenvolvida pelos agricultores familiares para a produção de alimentos saudáveis. Neste aspec-

1 O conceito de alimento ecológico corresponde ao de produto orgânico, porém traz embutidos aspectos referentes a equidade social, solidariedade, associativismo, valorização cultural, autonomia das comunidades locais, respeito aos ecossistemas, entre outros que não se restringem somente aos aspectos técnico-produtivos.

to, cabe ressaltar ainda que a melhor qualidade dos alimentos ecológicos não se restringe somente a ausência de contaminação por agrotóxicos e/ou transgenia nos alimentos, mas também a sua melhor composição nutricional. Estudos têm mostrado índices até 1900 vezes maior de teores de ferro², por exemplo, no mesmo alimento, se compararmos os produzidos de forma ecológica com os convencionais.

A questão é: quem se beneficia deste avanço? O desenvolvimento da produção ecológica no Brasil e na América Latina, em geral, tem se pautado, em grande parte, pela busca de mercados específicos, voltados a um segmento da sociedade de maior poder aquisitivo, na lógica dos nichos de mercado, com produtos especializados e com um nível de processamento (embalagens, iguarias, pré-prontos etc.) que tornam o produto inacessível à maioria da população.

Se o que desejamos, porém, é democratizar e ampliar o acesso ao alimento ecológico, faz-se necessário o desenvolvimento de estratégias de comercialização que fujam das relações tradicionais de mercado que são realidade hoje nas comunidades rurais: a presença de intermediários; venda às grandes cooperativas - normalmente atreladas à aquisição de insumos; e mesmo aquelas onde o(a)s agricultore(a)s atingem níveis mais avançados de organização para acessar diretamente aos mercados, mas que se voltam à exportação, grandes redes de supermercados, integração às agroindústrias etc.

Na carona destes canais, está a necessidade de altos investimentos em *marketing*, a diferenciação de produto visando a ganhar em competitividade, a especialização da produção e da produção em escala, todos aspectos que não se adequam à realidade da agricultura familiar e que elevam significativamente o custo final do produto, restringindo o mercado, conseqüentemente, o acesso.

Na interminável polêmica sobre o custo do produto ecológico e sua diferenciação de preço, pouco tem se considerado sobre estes aspectos, restringindo o debate sempre aos difíceis cálculos de custos de produção, remuneração de mão de obra etc.

2 Caso do espinafre, segundo estudo da Rutgers University (EUA) comparando alimentos ecológicos e convencionais, mas que, no caso do ferro, se repete no feijão (83 vezes), tomate (57 vezes) e alface (22 vezes). O estudo analisou ainda os teores de Ca, Mg, K, Cu, Mn e Na, todos demonstrando níveis superiores nos alimentos ecológicos.

Ora, se visualizarmos o desenvolvimento da agroecologia como estratégia para a promoção da soberania alimentar do País, está mais do que na hora de voltarmos o nosso foco de atenção ao público consumidor, dividindo nossos esforços entre a conversão da produção e a viabilização do(a)s agricultore(a)s, com o desenvolvimento e promoção de mercados alternativos que visem a:

- 1) encurtar as relações entre agricultor e consumidor;
- 2) eliminar intermediários no processo de comercialização;
- 3) promover relações comerciais transparentes, horizontais e solidárias;
- 4) articular, de forma organizada, público urbano e rural;
- 5) promover a autonomia do(a)s agricultore(a)s, bem como sua capacidade de intervenção no mercado;
- 6) ‘universalizar’ o acesso ao alimento de qualidade.

A prática de centenas de grupos espalhados pelo Sul do Brasil, no âmbito da Rede ECOVIDA de Agroecologia, demonstra o enorme potencial deste mercados alternativos e como esta estratégia tem se mostrado, além de viável economicamente, mais coerente com os princípios de desenvolvimento sustentável que propomos.

É necessário, no entanto, que façamos hoje, no âmbito da comercialização, o esforço que dezenas de ONG’s e grupos de agricultores organizados fizeram no passado no desenvolvimento de opções técnicas para a conversão da produção. É necessário abrir mão da criatividade, desenhando instrumentos de comercialização que abram as possibilidades de acesso ao alimento ecológico a um número cada vez maior de pessoas, seja pela proximidade, pela redução de custo, pela oferta diversificada; seja pelo estabelecimento de relações mais próximas, mais humanas.

Agroecologia e economia popular solidária: objetivos comuns, estratégias complementares

Várias são as possibilidades de desenvolvimento dos mercados locais; as estratégias passam pela realização de feiras diretas do agricultor, abertura de pequenos armazéns de comercialização de alimentos ecológicos,

acesso a mercados institucionais (merenda escolar, hospitais etc.) até a aliança com pequenos varejos, como minimercados, armazéns locais, restaurantes, entre outros.

É possível, porém, incrementarmos estas propostas quando as desenvolvemos de forma organizada e articulada, promovendo, além da comercialização, um processo de organização popular que aprofunde os conceitos e princípios expostos há pouco e confira maior sustentabilidade no tempo às iniciativas.

Um dos caminhos que se desenha para promover este processo é a aproximação entre os conceitos e práticas da agroecologia com os da economia popular solidária. Hoje, no Brasil, são diversas as iniciativas de organização do público urbano de baixa renda, visando à geração de emprego e renda, ao desenvolvimento de opções ao mercado 'convencional'.

Ações de compras coletivas, clubes de troca, fundos de microcrédito, cooperativismo de consumo, bem como geração de renda como cozinhas, padarias e hortas comunitárias, têm se multiplicado nas comunidades urbanas de baixa renda.

Um dos desafios que se apresenta é a articulação do público de agricultores ecologistas com as comunidades urbanas, de forma a conciliar a necessidade de comercialização dos agricultores com as iniciativas de consumo solidário dos trabalhadores urbanos.

Hoje, algumas ONGs e grupos organizados têm buscado estabelecer redes locais de articulação do público urbano e rural, onde o processo de comercialização é pensado e desenvolvido de forma conjunta.

A articulação entre agricultores e trabalhadores permite conformar redes de produção e consumo, que fomentam a economia local, valorizam o trabalho e o produto internos, fazem os recursos circularem por dentro das comunidades, promovendo um círculo virtuoso de geração de renda e trabalho no âmbito local, onde há objetivos de superação da pobreza, fortalecimento da organização popular, conservação ambiental, restabelecimento de relações comunitárias de solidariedade; comuns as duas propostas (agroecologia e economia popular solidária) e aos dois públicos (urbano e rural), isto é atingido através da 'aliança dos pequenos'.

A experiência das Redes de Colaboração Solidária

O Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) busca implementar a proposta de junção entre os conceitos de economia popular solidária e agroecologia, através da proposta de formação de redes de colaboração solidária, sempre de âmbito local.

No momento, são duas as redes em processo de organização, a primeira envolvendo comunidades dos Municípios de Turvo e Guarapuava e a segunda entre os municípios de Irati e Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná. As redes articulam diferentes atores rurais e urbanos, sendo que nas duas estão presentes associações de agricultores ecologistas e associações de bairro, incrementadas com a presença de pastorais paroquiais, como a pastoral operária, da criança, da terra e da juventude.

No âmbito destas redes, desenvolvem-se experiências de comercialização solidária que articulam grupos de agricultores familiares ecologistas e de trabalhadores urbanos de baixa renda.

A primeira iniciativa implementada na região é a *Feira de Alimentos Ecológicos Primavera*. Realizada no bairro Primavera, localizado na periferia de Guarapuava, a feira é gerida em conjunto por agricultores e trabalhadores. Antes de seu início, foram feitas as primeiras reuniões entre agricultores e bairro, realizando uma visita dos trabalhadores às propriedades. Os moradores do bairro definiram o local da feira e realizaram a divulgação. Atualmente a feira, que completou 2 anos em agosto de 2004, atende a cerca de 150 a 200 consumidores por sábado. Existe uma comissão formada por agricultores e moradores que tem por objetivo avaliar o funcionamento da feira, a qualidade dos produtos e do atendimento e debater a política de preços. A composição inicial de preços foi feita através de pesquisas nos mercados do bairro, procedidas por moradores e alunos do bairro, que serviram de parâmetro para a proposição de preços dos agricultores e aceitas pelo bairro. Atualmente, a política de preços está pautada na negociação entre agricultores e consumidores, que se dá no âmbito da comissão.

Os alimentos, produzidos pela AGAECO (Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo), são comercializados de forma coletiva entre as 45 famílias que compõem os 10 grupos da Associação; as sobras são divididas proporcionalmente ao que cada família envia e o frete é

pago sob forma de porcentagem sobre a comercialização, o que permite deixar em condições de igualdade grupos que estão a 30 e a 90 quilômetros distantes da feira.

A comercialização coletiva permite ampliar a gama de produtos a serem oferecidos, fator fundamental para a sustentação de uma feira. Atualmente, cerca de 90 alimentos diferentes são comercializados no decorrer do ano.

Os preços são fixos no decorrer do ano e na média ficam abaixo ou no mesmo nível dos preços praticados pelo mercado local, comparando aos alimentos convencionais. Alguns exemplos estão na lista abaixo:

Produto	Unidade	Preço (R\$) – Jul/04
Alface	Cb	0,30
Almeirão	Cb	0,40
Laranja	kg	0,50
Brócolis	Mc	0,50
Tomate	kg	1,00
Tangerina	kg	0,50
Feijão	kg	1,50
Arroz	kg	1,20
Caqui	kg	1,00
Pinhão	kg	1,00
Fubá	kg	1,50
Couve-flor	kg	1,50
Cenoura	kg	0,75
Leite	Lt	0,70

Em meados de julho, a AGAECO inaugurou ainda o *Recanto Ecológico*, ponto fixo dedicado à comercialização de alimentos ecológicos, localizado no Município de Turvo, que conta com 4.000 habitantes no núcleo urbano. O espaço funciona de segunda a sábado pela manhã e atende uma média de 20 a 30 consumidores/dia, considerada uma boa média se levado em conta o pouco tempo de funcionamento do local (menos de duas semanas até a elaboração deste artigo).

Apesar de haver possibilidade de expansão de consumidores no bairro Primavera, o objetivo da AGAECO, ao abrir o *Recanto Ecológico*, era

possibilitar aos moradores de Turvo o acesso aos alimentos produzidos no próprio Município, dentro de uma estratégia de promoção da soberania alimentar local.

Aliado a estes dois instrumentos, os grupos da AGAECO acessaram o programa de Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF), da CONAB, programa de compras institucionais no qual a CONAB adquire até R\$ 2.500,00/família/ano em produtos para serem doados a instituições de caridade. Com este programa, a AGAECO fornece 40 alimentos diferentes a 4 escolas e 1 pré-escola municipal, bem como aprofundou a parceria com o bairro Primavera, fornecendo alimentos ao Projeto Reviver, de ação voluntária para atendimento de famílias carentes no bairro, vinculado à produção na horta comunitária do bairro.

Da mesma forma, em Irati e Fernandes Pinheiro, a ASSIS (Associação dos Grupos Ecológicos São Francisco de Assis), atende atualmente, através do CAEAF, 4 creches, 2 escolas e 2 associações de bairro, com cerca de 35 produtos diferentes. Tem ainda planejada para setembro a formação de 2 pequenos pontos de feira em bairros de Irati, que possui cerca de 35.000 habitantes.

Na articulação entre a ASSIS e as associações de bairro de Irati (Pedreira e Dallegrave), está se construindo uma proposta de compras coletivas no bairro, onde serão feitos pedidos quinzenais aos grupos, propiciando grande avanço na proposta, se levado em conta o processo organizativo gerado dentro dos bairros e destes com os grupos de agricultores, além de evitar sobras e possíveis incertezas que ocorrem por vezes nas feiras.

Fazendo caminho ao andar

São muitos os desafios e dificuldades que se apresentam ao se buscar promover processos mais articulados de comercialização e de promoção de uma nova economia. Algumas lições são importantes nesta caminhada. A primeira refere-se à importância da articulação entre agricultores e consumidores, buscando desenvolver uma relação de cooperação entre ambos, que propicia o estabelecimento deste círculo virtuoso de geração de trabalho e renda.

No que tange aos aspectos de mercado da experiência da AGAECO e ASSIS, ressalta-se a importância de diversificação de instrumentos de comercialização, o que propicia maior segurança e menos risco ao agricultor, bem como amplia o acesso aos alimentos. Da mesma forma, os instrumentos propostos devem promover a autonomia dos agricultores e reforçar sua capacidade de intervenção no mercado.

Um terceiro aspecto a se destacar é a importância da comercialização coletiva, que permite o aumento da oferta em volume, mas principalmente em diversidade de produtos, bem como possibilita a inclusão de famílias em diferentes condições estruturais, técnicas e geográficas.

Ampliando a visão sobre os mercados locais, destacam-se alguns aspectos de interferência positiva desta estratégia na promoção da agroecologia:

- *o fomento à biodiversidade* - feiras e pequenos armazéns demandam diversidade de produtos para poderem se manter, atrair e cativar consumidores, o que estimula o agricultor a diversificar sua produção em vez de especializá-la;
- *o redesenho das relações de gênero* - culturas que normalmente são de responsabilidade específica das mulheres, bem como produtos beneficiados, passam a ganhar valor comercial, bem como o próprio trabalho de atendimento e organização da comercialização tem permitido maior inclusão de mulheres e jovens, redesenhando as relações de gênero dentro das famílias;
- *o estabelecimento de relações solidárias* - a proximidade entre agricultor e consumidor permite o estabelecimento de uma nova relação comercial, que passa pelo diálogo, a negociação igualitária e a relação de confiança, quebrando com a impessoalidade e obscuridade dos canais tradicionais de comercialização.

Ainda no que se refere aos diferentes instrumentos de comercialização, há que se dar um destaque especial às compras institucionais, as quais são poderosos e eficientes instrumentos de promoção da agroecologia, bem como de democratização do acesso a estes alimentos. Tendo-se o devido cuidado de não se investir em um só instrumento/canal de comercialização, devemos pressionar por políticas públicas que

visem à ampliação do mercado de merendas escolares e compras governamentais voltadas aos alimentos ecológicos.

Por fim, o fortalecimento dos mercados locais atende de forma mais coerente aos princípios de sustentabilidade e soberania alimentar propostos pelas organizações que promovem a agroecologia. O que temos por diante é um enorme potencial ainda pouco explorado, porém desafiante, pois a experiência mostra que hoje, mais do que acessar, devemos falar em ‘desenvolver’ mercados locais.

PARTE II

Financiamento e Crédito para
agricultura familiar

Mercados e serviços financeiros: restrições à sustentabilidade da agricultura familiar

Reginaldo Sales Magalhães

Agroecologia e mudança institucional

A conversão da produção convencional para a produção agroecológica não é o resultado apenas de mudanças tecnológicas, mas de um conjunto de transformações no ambiente institucional que redefinem as condições sociais da produção, do financiamento e da comercialização dos produtos da agricultura familiar. Redes de relações sociais formam este ambiente institucional, específico de cada território e dos processos históricos que levam os agentes a se organizarem de determinada forma. O ambiente institucional interage sistematicamente com os ecossistemas e com os sistemas de produção e, por este motivo, a agroecologia deve ser tomada como um sistema complexo que, para ser desenvolvido, depende de ações integradas nestas diferentes e específicas esferas que circundam a atividade produtiva.

A mudança tecnológica está sempre relacionada a mudanças na gestão econômica das unidades de produção. Quando são incorporadas novas tecnologias de produção, ocorrem mudanças nos tipos de investimentos necessários e nas necessidades de recursos para o giro financeiro das

atividades produtivas. Estas mudanças simultâneas nas tecnologias e nas condições financeiras da produção criam condições e necessidades de liquidez e produzem novos fatores e situações de risco.

A gestão financeira destes sistemas agrários, normalmente associada às tradições locais, é um processo que se desenvolve lentamente, por meio de construções coletivas. Mudanças em partes específicas destes sistemas provocam desequilíbrios significativos no conjunto. A complexidade destas mudanças torna necessário um longo processo de aprendizado até que as novas práticas sejam novamente internalizadas na racionalidade e no comportamento dos produtores.

Os sistemas de produção estão relacionados também a um quadro de relações comunitárias, econômicas e não econômicas. Serviços comunitários, trocas de trabalho e de produtos, trabalhos coletivos, organizações financeiras informais, relações de reciprocidade, de cooperação e de solidariedade estão presentes nas comunidades rurais e são importantes fontes de recursos necessários ao funcionamento dos sistemas de produção e à sustentabilidade dos domicílios. Inovações tecnológicas que não incorporarem mudanças nestas instituições comunitárias poderão sofrer com a limitação de recursos que não são disponíveis para os produtores individualmente, mas que dependem da interação social.

A sustentabilidade da agricultura familiar depende também da interligação do desempenho da gestão financeira das atividades produtivas com a gestão das atividades domésticas. A distribuição de tempo de trabalho e de recursos disponíveis para as atividades produtivas e para as atividades domésticas é específica para cada tipo de produção, para cada condição social e segue regras construídas ao longo do tempo em função dos padrões culturais de cada comunidade. Mudanças nos sistemas de produção acarretam alterações profundas neste equilíbrio entre recursos produtivos e recursos reprodutivos.

Outra esfera integrada aos sistemas de produção é a da comercialização. O acesso aos mercados é uma condição construída socialmente que se estrutura a partir de configurações específicas de interesses e de regras. As regras de acesso e de funcionamento das instituições de mercado dependem por sua vez das características dos produtos comercializados. A agroecologia provoca mudanças que implicam diferenciação de produtos e novas formas de relacionamento com consumidores. Tais modifi-

cações transformam as configurações que sustentam as instituições locais, que só se efetivam se forem acompanhadas por mudanças institucionais que adaptem as condições de acesso aos mercados às características dos novos produtos.

O processo de desenvolvimento da agroecologia depende de muito mais do que uma assistência técnica que faça a transferência de novas tecnologias. Será o resultado, sobretudo, da conformação de um novo arranjo institucional que de forma integrada promova mudanças tecnológicas, financeiras, comerciais, na gestão dos sistemas de produção e até mudanças culturais; ou seja, o desenvolvimento da agroecologia está relacionado a uma mudança mais ampla, que envolve uma relação entre a sociedade e o meio ambiente.

Meio ambiente e gestão financeira

A relação entre a natureza e os serviços financeiros é duplamente construída. A natureza é economicamente relevante para a agricultura familiar e suas organizações, pois causa um grande impacto na gestão e na disponibilidade dos recursos. Por outro lado, a relação da sociedade com o meio ambiente e seus recursos é economicamente condicionada, pois fortemente influenciada pela forma como atuam as instituições financeiras e os demais mercados.

Por estes motivos, a formação de organizações e a oferta de serviços financeiros que sejam adequados às condições ambientais, bem como às características sociais e culturais de cada território, constituem uma condição fundamental para a sustentabilidade dos novos sistemas de produção agroecológicos. Organizações de microfinanças adequadas para a agricultura familiar em seus específicos ambientes são o resultado de três fatores básicos: a viabilidade econômica na gestão das instituições de microfinanças, o amplo acesso de agricultores a estes serviços e a rentabilidade das atividades produtivas financiadas.

Este é o grande problema de todos os programas de crédito rural até então implementados, inclusive do PRONAF. A única ênfase dos programas de crédito rural é o amplo acesso a taxas de juros mais baixas. Foram, porém, na grande maioria, políticas descontínuas e com impac-

tos limitados, quando se faz referência ao econômico ou ao social, e negativo quando se considera o efeito do crédito rural no meio ambiente, independentemente do volume de recursos envolvidos. A preocupação com apenas um dos vértices do triângulo é um dos principais motivos desta imperfeição. A limitação dos critérios e dos métodos de avaliação da sustentabilidade dos projetos a serem financiados, e ausência de avaliação do impacto social e ambiental do crédito, impossibilitam uma integração de ações e objetivos. A falta de assistência técnica tanto no aspecto agrônômico quanto na gestão financeira das unidades familiares de produção e reprodução reduz a capacidade de sustentabilidade dos sistemas de produção. A oferta incompleta de serviços financeiros, a inexistência de crédito para consumo e comercialização, de meios de poupança e seguros, provocam desequilíbrios constantes no conjunto dos ativos das famílias, em virtude das oscilações de renda e de imprevisibilidade das necessidades.

As necessidades financeiras da agricultura familiar são variadas e específicas a cada ambiente social, econômico e ambiental. Serviços de crédito, crédito para investimento, custeio, capital de giro, consumo, comercialização, para atividades agrícolas e não agrícolas, serviços de pagamento, como cheques e cartões de crédito, contas correntes simplificadas, poupanças e serviços de seguros são demandas constantes e complementares.

Existem, todavia, também condições institucionais que são fundamentais para a sustentabilidade das microfinanças. Dificuldades de acesso a informações, custo de acesso às agências bancárias, custos para comprovar atividade e garantias, custos de formação de grupos solidários, custos para elaboração de projetos, são as principais barreiras de acesso da agricultura familiar às linhas de crédito. Para possibilitar um acesso universal, especialmente à população de mais baixa renda, é imprescindível que estes custos seja reduzidos; mas estes custos de transação não são constituídos da mesma forma que os custos de produção. Eles dependem, sobretudo, do ambiente institucional local. Instituições que fortaleçam relações de proximidade entre organizações e indivíduos, redes de informação, redes de cooperação que integrem financiamento, produção e mercado. Além disso, é central que os serviços oferecidos sejam orientados a partir das demandas.

Sistemas de produção e demandas financeiras

As demandas por serviços financeiros são formadas em territórios com características econômicas, sociais, culturais e ambientais próprias e que, portanto formam demandas específicas. As demandas são determinadas também pelos setores de atividades das quais depende a renda dos sistemas produtivos e dos indivíduos.

As atividades financeiras das famílias têm características específicas determinadas pelas suas diferentes fonte de receitas. Assalariados possuem comportamentos financeiros muito distintos de trabalhadores ou produtores autônomos. Já as características do comportamento financeiro dos autônomos dependerão das características financeiras das atividades econômicas nas quais estão envolvidos.

No caso de demandas financeiras de agricultores familiares e de pequenos negócios não agrícolas, é particularmente importante compreender as ligações entre os circuitos financeiros e os fluxos comerciais das atividades econômicas. O mercado financeiro oscila segundo a sazonalidade, a produtividade, o volume de negócios, a concentração de negócios, os custos e os resultados das atividades produtivas e pelas características comerciais. É por este motivo que os serviços financeiros, principalmente os informais, geralmente estão relacionados a serviços comerciais e seus principais agentes são os comerciantes. O planejamento de serviços financeiros destinados a atividades econômicas deve, portanto, levar em consideração cada mercado no qual se baseiam as atividades e os agentes comerciais envolvidos.

Cada contexto social e cultural constrói opções organizacionais bastante específicas. Cooperativas de crédito, instituições de microcrédito, são formadas a partir da iniciativa de grupos sociais, instituições públicas, movimentos sociais etc. que formam modelos organizacionais bastante heterogêneos, portanto se inserem e são influenciadas pelos mercados locais de formas muito diferentes. De igual maneira, atividades financeiras informais são resultado de inúmeras opções construídas pelas comunidades ao longo do tempo. Cada grupo social apresenta regras e organizações próprias para gerir as suas atividades financeiras.

Os fluxos de recursos das atividades financeiras e comerciais formam um sistema integrado e localizado, um mercado financeiro local que

possui regras e características próprias e específicas. Agentes e operações financeiras formais e informais se entrelaçam e são mutuamente dependentes. Agentes financeiros informais utilizam serviços formais para financiar as suas transações informais. Mecanismos informais são utilizados para que as pessoas e pequenos empreendimentos tenham acesso a serviços formais.

Os processos de decisão financeira por parte das famílias de baixa renda e pequenos negócios ocorrem num ambiente de altos riscos, altos custos de transação e grande restrição ao crédito. Em razão disto as pessoas e pequenos negócios recorrem usualmente a agentes financeiros informais. Este mercado financeiro informal, composto por comerciantes, fornecedores, agiotas, grupos solidários, parentes, amigos, vizinhos, empregadores etc. se entrelaçam com agentes formais, compostos por bancos, cooperativas de crédito, financeiras, organizações de microcrédito, empresas e comércio.

Este conjunto heterogêneo de agentes financeiros, que aparentemente não apresentam relações entre si, compõe na verdade uma densa rede de instituições financeiras ou não, que regulam as relações financeiras e os fluxos de informações necessárias ao funcionamento dos mercados. É muito importante que o planejamento de instituições de microfinanças leve em conta este ambiente externo, ou seja, os mercados financeiros locais e as condições do ambiente financeiro e social onde as instituições estão inseridas.

Arranjos institucionais nos mercados de microfinanças

A inserção de instituições de microfinanças nas redes de produção local amplia a capacidade de financiar adequadamente as demandas dos empreendimentos, com uma oferta adequada de serviços financeiros, crédito, poupança e seguros, orientados segundo as condições específicas da economia local e das variáveis gerenciais, comerciais e tecnológicas dos negócios locais. Serviços adaptados também às condições ambientais são fundamentais para a sustentabilidade das economias locais. Segundo Granovetter (2000), a existência de ligações estreitas entre as redes de financiamento e as redes técnicas e comerciais possibilita inovações

organizacionais que podem mais facilmente levar ao sucesso dos pequenos negócios.

Instituições financeiras inseridas e adaptadas a arranjos produtivos locais são conhecidas na literatura como *clusterbanks* (MYTELKA, 2001). A principal característica deste tipo de instituição é sua capacidade de oferecer serviços financeiros com baixos custos de transação em virtude da menor assimetria de informações proporcionada pela proximidade entre o agente financeiro e os empreendimentos de pequeno porte. O principal ponto de partida para o planejamento de instituições de microfinanças é o diagnóstico das demandas para as quais as organizações se destinam. Conhecer o ambiente socioeconômico, as características culturais do grupo social com o qual a instituição atua, conhecer as características ambientais e seus efeitos sobre as atividades econômicas e os comportamentos sociais, são pontos fundamentais para o planejamento de instituições de microfinanças. Com base neste diagnóstico, devem ser formulados os serviços financeiros e não financeiros a serem oferecidos pelo sistema.

O uso de tecnologias da gestão de serviços financeiros adequadas às microfinanças é essencial para a ampliação de público atendido e para penetração nas camadas mais baixas da pirâmide social. As tecnologias de microfinanças (PARENTE, 2003) devem ter processos específicos de análise, concessão e acompanhamento do crédito. Os agentes de crédito, ou agentes de desenvolvimento local e grupos solidários criam laços de cooperação, reduzem custos e riscos e ampliam o alcance dos serviços para pessoas que não tinham até então acesso a serviços financeiros formais. A oferta de serviços de capacitação integrados ao crédito (crédito assistido) através de parcerias entre as instituições de microfinanças e organizações de capacitação e assistência técnica amplia as condições de sustentabilidade dos negócios financiados e aumenta a segurança para as organizações de microfinanças. Os comitês de análise de projetos, formados por lideranças e técnicos locais, qualificam a análise dos projetos e constroem direcionamentos estratégicos fundamentais para o sucesso dos negócios financiados pelas instituições de microfinanças. Estes são sistemas de governança para microfinanças fundamentais para a sustentabilidade (MAGALHÃES, 2003).

Enquanto os bancos dispõem apenas de informações cadastrais sobre os seus clientes, as organizações de microfinanças dispõem de uma densa

rede de informações formada por associações comunitárias, sindicatos, associações. Esta rede de informações possibilita às organizações a obtenção de informações mais completas e uma análise mais precisa sobre os riscos do financiamento, reduzindo, assim, a assimetria de informações e a seleção adversa. Esta rede de informações permite também que as instituições operem com custos de transação mais baixos. A frequência e a continuidade das relações entre as instituições financeiras e os usuários, assim como de toda a rede de informações e relações promovem o fortalecimento de laços de confiança entre as organizações e os indivíduos.

Enfim, seria extremamente importante que os projetos de promoção da agroecologia estivessem integrados a projetos de organização de novos mercados, em especial, aos mercados de microfinanças.

Referências Bibliográficas

FERRARY, Michel. *Confiance et accumulation de capital social dans la régulation des activités de crédit*. In: Revue française de sociologie, juillet-septembre, XL-3. Paris, 1999.

GRANOVETTER, Mark (2001) - *A theoretical agenda for economic Sociology* - Department of Sociology - Stanford University - New York.

HUGON, Philippe. *Incertitude, précarité et financement local: le cas des économies africaines*. In: Tiers Monde. Institut d'Étude du Développement économique et social, Université de Paris – Panthéon-Sorbonne: Paris, 1996.

MAGALHÃES, Reginaldo. Cooperativas de crédito: organizações intermediárias e de proximidade. In: ABRAMOVAY, Ricardo (org.). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. Relatório final da pesquisa “Acesso a serviços financeiros como base do desenvolvimento local”: ADS/SEBRAE. São Paulo, 2003.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. *A importância das instituições e das redes sociais no desempenho dos mercados financeiros* - In: Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Sober: Juiz de Fora, 2003.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. Planejamento de instituições de microfinanças. In: ABRAMOVAY, Ricardo (org.). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. Relatório final da pesquisa “Acesso a serviços financeiros como base do desenvolvimento local”. ADS/Sebrae: São Paulo, 2003.

MYTELKA, Lynn. *A new initiative to strengthen local economies: the cluster bank*. Paper prepared for a meeting on the Programa Brasil Empreendedor Phase III. UNU/INTECH: Brasília, 2001.

STIGLITZ, Joseph E.; BRAVERMAN, Avishay and HOFF, Karla. *The economics of rural organization. Theory, Practice, and Policy*. Published for the World Bank, Oxford University Press, 1993.

ZELLER, Manfred; SCHRIEDER, Gertrud; BRAUN, Joachim von; HEIDHUES, Franz. *Rural finance for food security for the poor: implications for research and policy*. International Food Policy Research Institute: Washington, 1997.

Financiamento e crédito para produção e comercialização da agricultura familiar agroecológica/orgânica

Silvana Parente

Este artigo objetiva provocar o debate em torno do acesso ao crédito para produção e comercialização agroecológica, a partir do resgate das apresentações da mesa redonda e grupo de trabalho sobre Financiamento e Crédito no SEMINÁRIO “AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA E MERCADO NO NORDESTE DO BRASIL”, promovido pela DED-BioFach, em parceria com a Fundação Konrad Adenauer.

Pelo teor das apresentações, foram feitas as seguintes constatações:

- a) dificuldades que têm os agricultores familiares agroecológicos de acessar financiamentos; e
- b) desconhecimento por parte dos bancos sobre as especificidades da agricultura familiar e agroecologia.

Com base nessas constatações, é necessário analisar suas causas e efeitos, o que na prática significa aprofundar a análise sobre natureza e características da demanda por financiamento e a estrutura e características da oferta financeira no meio rural.

A oferta de crédito agrícola no Brasil foi, historicamente, liderada pelos bancos estatais, com apoio de fundos públicos. Normas emanadas

do Governo Federal, taxas subsidiadas, exigências burocráticas e regulamentos operacionais lineares para todo o País foram características da política governamental. O crédito era concentrado, voltado para a modernização da agricultura de caráter conservador e comercial, com o uso de tecnologias convencionais (não agroecológicas)

Nos meados dos anos 1990, o Governo Federal começa a desenhar uma política de financiamento para agricultura familiar, com o PRONAF-Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, o qual teve seus pilares no componente de crédito, buscando flexibilizar normas bancárias na tentativa de ampliar o acesso de agricultores familiares ao crédito. O grande avanço foi o reconhecimento das especificidades dessa categoria e a destinação de verba específica para o Programa, inclusive com destinação de recursos subsidiados.

No início dos anos 2000, apesar dos avanços ocorridos no PRONAF, a eficácia da política de financiamento começa a ser questionada, com relação ao seu nível de abrangência (percentual de agricultores com acesso), cobertura geográfica (distribuição entre estados e regiões) e efetividade (fortalecimento da estrutura dos agricultores familiares e relação custo-benefício da aplicação dos recursos públicos subsidiados).

Estudos realizados apontam que em 2002 foram realizadas 831 mil operações do PRONAF no valor global de R\$ 2.014,1 milhões, sendo 617 mil operações de custeio no valor de R\$ 1.299,8 milhões e 214 mil operações de investimento no valor de R\$ 714,3 milhões¹. Considerando que existem cerca de 4.200 mil agricultores familiares no Brasil, estima-se que o nível de penetração médio do PRONAF é de cerca de 20%, ressalvadas as diferenças regionais.

Segundo Parente (CEPAL-2003), o Programa tem conseguido reunir fontes diversas de recursos, para complementar os recursos escassos do orçamento da União, contando com dinheiro oriundo do FAT e dos fundos constitucionais regionais, além de garantir a equalização de taxas mediante destinação de recursos orçamentários para cobrir a diferença entre as taxas de captação de cada fonte de recurso e as taxas subsidiadas das operações ativas com os beneficiários finais.

Ocorre que, a despeito da flexibilização do PRONAF, a dificuldade de

1 Dados coletados no site www.pronaf.gov.br

acesso continua, diante da rigidez dos bancos oficiais na sua operacionalização. O centro da questão está na percepção de alto risco pelos bancos quanto ao segmento da agricultura familiar, e de custos elevados em realizar pequenos contratos, além da estrutura organizacional e perfil de recursos humanos inadequados para se relacionar com os agricultores familiares. Em função disso, os bancos tentam transferir riscos e custos para o Governo e na prática orientam o crédito para os grupos mais organizados que canalizam parte de sua produção para mercados estruturados. Ademais, os funcionários e gestores dos bancos desconhecem as especificidades da agricultura orgânica e as potencialidades e benefícios da agroecologia, mesmo que do ponto de vista meramente econômico-financeiro e de mercado.

“Para cada R\$ 1.000 aplicados, o governo gasta R\$ 60 para equalizar a taxa e subsidia diretamente R\$ 200 (rebate na prestação). Além disso, paga 8,48% de “spread” ao Banco do Brasil, o maior agente financeiro e R\$ 8,99 por cada contrato/mês realizado por conta de custos operacionais. Isso significa que para cada R\$ 1.000 o Governo gasta R\$ 450, ou seja 45%, sem falar da inadimplência que varia de banco para banco e é desconhecida” (CEPAL 2003).

Observa-se que os grupos de agricultores agroecológicos que estão mais organizados e acessando mercados têm mais oportunidade de se aproximar dos bancos oficiais e mostrar a sua diferença. Alguns conseguem acessar organizações microfinanceiras locais, onde se destacam as cooperativas de crédito de interação solidária, a exemplo das cooperativas do Sistema CRESOL no sul do País e do Sistema ASCOB-APAEB, na Bahia. Vale ressaltar que essas cooperativas já foram constituídas com base nos agricultores familiares, com missão desenvolvimentista e princípios da agroecologia (BITTENCOURT 2001).

Essas organizações financeiras, de base e caráter local, têm conseguido adotar tecnologias microfinanceiras inovadoras pela sua proximidade, pela atuação através de agentes de crédito, análise de risco baseada no caráter e visita “in-loco”, construção da garantia solidária e responsabilidade mútua pelas decisões etc.

O Sistema CRESOL está presente em 46 municípios da região Sul, com 20.540 associados, as quais apenas em 2001 repassaram R\$ 32 milhões do PRONAF, com um “spread” de apenas 3% e total garantia ao Banco do Brasil. Isso porque as cooperativas de crédito rural só podem acessar o PRONAF via bancos oficiais. Esse exemplo aponta para um caminho mais promissor caso as cooperativas de crédito pudessem acessar recursos do PRONAF diretamente, sem ser através de um agente financeiro oficial. É que por esse caminho ter-se-ia uma redução de custos operacionais (estima-se que o sistema cooperativista de crédito poderia trabalhar com “spread” de 6 a 8% para cobrir riscos e custos operacionais), taxas bem inferiores aos recursos que hoje ficam nos bancos oficiais para esse mesmo fim (cerca de 19% no caso do Banco do Brasil).

Além disso, a CRESOL utiliza metodologia de seleção, análise e acompanhamento mais adequado aos agricultores familiares e ao conjunto das atividades econômicas de cada município, primando pelos princípios do desenvolvimento local e da agroecologia, participação e controle social e agregação de valor aos agricultores nas cadeias produtivas.

Outras organizações não governamentais, como a Visão Mundial e a Cáritas Diocesana, têm apoiado grupos de produtores agroecológicos. O fortalecimento organizacional desses grupos e seu acesso a canais de comercialização permitem o acesso a essas fontes opcionais de financiamento.

À propósito, voltamos à nossa primeira constatação, sobre a dificuldade tão reclamada de falta de acesso. Verifica-se que existe debilidade também do lado da demanda, ou seja, os agricultores familiares enfrentam deficiências estruturais, têm baixo nível de organização e pouco acesso a serviços de apoio técnico, inclusive canais de comercialização, o que reforça o círculo vicioso da percepção dos bancos quanto à fragilidade da agricultura familiar em geral.

Existe, portanto, uma completa inadequação dos mecanismos operacionais dos bancos em relação aos agricultores familiares em geral, e desconhecimento sobre agricultura agroecológica. A seguir analisamos os pontos críticos dessa inadequação, esclarecendo desde já que não se trata de crítica aos bancos operadores, mas tão-somente uma reflexão construtiva de todo o processo de crédito, à luz dos princípios das microfinanças e das experiências acumuladas de sucesso.

a) Quanto aos produtos e política de crédito

Trata-se das atividades financiadas, finalidade do crédito, limites de financiamento, prazos e taxas. Conforme se observa no exposto, todos esses aspectos teoricamente foram desenhados para favorecer os pequenos produtores, dado que as linhas de financiamento do PRONAF e fundos constitucionais possuem os prazos mais elevados, as taxas mais subsidiadas e os limites muitas vezes até acima das necessidades dos produtores, sobretudo os mais pobres e na categoria de subsistência. Este ano o PRONAF menciona a linha PRONAF-Agroecologia.

Ocorre que um bom produto de microcrédito não necessariamente é aquele de maior prazo, menor taxa e maior valor, e sim aquele empréstimo com o *prazo adequado* no *valor necessário* para o produtor realizar sua atividade, gerar receita para a sustentabilidade de seu negócio familiar e pagamento de sua dívida. Portanto, quanto mais o crédito for próximo da sua realidade e coerente com o fluxo de receita de sua atividade no mercado, mais adequado será esse financiamento.

Em geral, os produtos de microcrédito são de pequena monta, com valores seqüenciados de acordo com a capacidade de evolução do produtor e de sua inserção no mercado e em prazos, os menores possíveis, para evitar acúmulos e endividamentos desnecessários.

Na prática, quando um produtor solicita um empréstimo, ele tende a pedir o máximo permitido na norma, porque ele sabe que não vai poder tirar outro empréstimo antes de liquidar este, além do tempo de espera que ele enfrenta.

Os técnicos que elaboram os projetos também, na intenção de ajudar o produtor, indagam de suas necessidades, muitas vezes induzindo a investimentos que não representam a realidade do produtor e sua capacidade de crescimento gradual.

Além disso, na prática, a maioria dos projetos é elaborada por técnicos que não necessariamente utilizam métodos participativos e técnicas de construir conjuntamente um plano de negócios simples, com práticas adequadas ao nível tecnológico do produtor e sua capacidade de acumulação e gestão da sua unidade familiar.

Outra limitação dos programas atuais é que tem como linha prioritária o financiamento de investimentos fixos. A necessidade de custeio e comercialização somente é atendida se integrada a um projeto de investimento. No caso da agroecologia, os indicadores técnicos utilizados pelos bancos quanto a produtividade e uso de insumos diferem da realidade praticada pelos agricultores.

b) Quanto aos requerimentos para acesso e percepção de risco

São documentos, elaboração de projetos, certidões negativas e garantias. Ao entrevistarmos alguns agricultores familiares, alguns deles disseram que não tinham interesse em tirar crédito porque sabiam que as exigências dos bancos eram tão grandes que eles nem tentavam. Alguns até tentaram mas não tinham as documentações exigidas. Às vezes é a própria falta de divulgação e acesso à informação que não aproxima dos bancos o produtor.

Examinando as normas dos programas atuais em termos de garantias, eles já evoluíram muito e não estão exigindo garantias reais. Todos os bancos exigem que os produtores tenham seus cadastros limpos nas centrais de risco (SPC, SERASA e CADIM), o que é salutar.

A prática usual dos bancos é exigir um projeto técnico, geralmente elaborado por um órgão de assistência técnica (público ou escritório credenciado). O atrelamento ao crédito à prestação de assistência técnica é uma faca de dois gumes. Se, por um lado, garante ao produtor o acesso à

assistência técnica, por outro lado, força que a assistência técnica a definir o modelo tecnológico e as necessidades de endividamento as quais nem sempre são aquelas mais adequadas ou que correspondam ao seu desejo e compromisso de executar.

Os bancos em geral costumam exigir que o produtor pertença a alguma organização para dela exigir o aval. Ocorre que a maioria das organizações no meio rural tem sido historicamente criada para fins de reivindicação e relacionamento com o Estado, não representando a realidade do capital social verdadeiro naquela comunidade. Alguns produtores nos disseram que os empréstimos só saíam para os que dirigiam a associação ou para os queridinhos deles. Oficiais dos bancos nos disseram que os dirigentes dão o aval mas não se comprometem com os empréstimos e depois se afastam daquela associação.

Além disso, as práticas políticas clientelistas geraram uma cultura de não-responsabilidade sobre o ato de tomar emprestado que tem prejudicado a boa prática bancária. Os seguidos perdões e/ou renegociações de dívidas rurais aprovados pelo Legislativo e pelo Executivo reforçam a cultura do não-pagamento, afastando cada vez mais os bancos dessa categoria de cliente.

Costumamos ouvir de gerentes e técnicos dos bancos, “os assentados são muito maus clientes e já têm a intenção de não pagar, os extrativistas e agroecologistas não tem visão de negócios”. Essas afirmações representam a percepção dos bancos com relação a agricultores familiares de baixa renda, ou seja, os bancos os consideram clientes de alto risco, com negócios frágeis e que não sabem geri-los.

A inadimplência da carteira rural dos bancos em geral não é divulgada, embora tenhamos tomado conhecimento in-

formalmente de que é bastante elevada. A inadimplência real retroalimenta a percepção dos bancos de elevado risco desse segmento, gerando um círculo vicioso que precisa ser rompido.

É necessário portanto construir e introduzir novas tecnologias creditícias no meio rural adequadas às características dos agricultores familiares e da agroecologia, considerando os princípios das microfinanças e o enfoque do desenvolvimento local (PARENTE 2002).

A abordagem das microfinanças rurais contrapõe-se aos seguintes pressupostos tradicionais do desenvolvimento rural:

- promover o desenvolvimento rural significa compensar os pequenos agricultores das políticas e tendências do mercado que privilegiam o setor urbano. Em contraposição a essa assertiva, a abordagem das microfinanças apresenta a possibilidade de promover o desenvolvimento rural e a redução da pobreza, levando em conta o meio rural como um todo e não apenas visualizando apenas o segmento agrícola. No caso da agroecologia, é necessário também construir social e ambientalmente os mercados. Isto significa o estímulo à formação de redes de consumidores e acesso a canais de comercialização externos aos territórios;
- os agricultores pobres não podem pagar taxas de juros. A abordagem das microfinanças mostra que os pequenos agricultores podem e estão desejosos de pagar taxas de juros razoáveis, se e somente se, os desembolsos de crédito forem apropriados e adequados à natureza de sua produção e comercialização. Isso significa que tão importantes quanto a taxa de juros são a adequação do crédito (em termos de oportunidade, montante, prazo e finalidade) e a continuidade dos serviços que possam ser facilmente acessados como uma oportunidade de melhoria de seus negócios;
- pequenos agricultores são muito pobres e incapazes de poupar. A abordagem das microfinanças mostra que, mes-

mo os agricultores pobres, poupam em determinado momento mesmo que em forma não monetária. A existência de baixos excedentes não é sinônimo de incapacidade para poupar, mesmo porque a poupança constitui uma parte importante de seus mecanismos de seguro. Canalizá-la para as organizações microfinanceiras rurais é essencial para reduzir a dependência de capital externo e ampliar o empoderamento dos agricultores junto às organizações microfinanceiras locais.

Ao lado desse debate, surgem também outras questões que tornam os serviços financeiros mais difíceis no meio rural. Primeiro, as atividades agrícolas, por natureza, são mais incertas, sazonais e conseqüentemente mais arriscadas, além de solicitarem recursos a mais longo prazo. Segundo, os custos de colocação dos empréstimos na zona rural são maiores, em razão da baixa densidade populacional, grandes distâncias e pouca infra-estrutura de estradas e telecomunicações (YARON 1994).

Como sair desse círculo vicioso das relações agricultor familiar (agroecológico)-bancos-mercado?

Os debates no Grupo de Trabalho durante o Seminário apontaram para algumas medidas que estejam ao pleno alcance dos agricultores agroecológicos e suas organizações, podendo ser divididas em duas estratégias:

- a) aproximação com os canais convencionais, isto é, bancos estatais
Para aproximação junto aos bancos, é necessário em primeiro lugar reunir e sistematizar informações sobre agroecologia, em geral, e sobre a situação atual dos grupos e experiências no Brasil. Segundo, trabalhar e difundir essas informações com os produtores e suas organizações como forma de se preparar para articulação com os bancos, em especial sobre as demandas financeiras e possíveis projetos a serem elaborados de acordo com as exigências dos bancos, mas levando em conta a realidade e as tecnologias agroecológicas. Em seguida, será necessário conseguir o apoio técnico para elaboração e acompanhamento

desses projetos com técnicos especializados em agroecologia. Como foi também constatada a carência desses profissionais, sugeriu-se que houvesse um esforço por parte das organizações de produtores para propor e/ou construir, em parceria, programa de capacitação de técnicos e multiplicadores em agroecologia. Também foi dito que seria necessário fazer eventos de sensibilização junto aos técnicos e analistas dos bancos.

b) construção de mecanismos financeiros alternativos, inclusive organizações microfinanceiras de base local e agroecológica

A idéia é, partindo dos grupos mais organizados, discutir a possibilidade de constituir uma organização microfinanceira local que poderia ser na forma de uma OSCIP - organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos ou na forma de uma cooperativa de crédito (podendo ser cooperativa de crédito rural ou de livre acesso) (PARENTE 2003).

As cooperativas de crédito podem captar poupança popular, podem desenvolver uma gama de serviços, exercitar os princípios da agroecologia, atuar de acordo com a matriz produtiva local, vir a acessar fundos públicos, enfim, podem demonstrar sustentabilidade com autonomia.

A modalidade de cooperativa de crédito rural teria a vantagem de partir da base dos produtores familiares e ser por eles controlada. A segunda, de cooperativa aberta e de livre acesso, por poder abrigar também consumidores e comerciantes de uma localidade, teria a vantagem de poder discutir também o consumo de produtos agroecológicos, fazendo melhor a conexão com canais de comercialização.

Independentemente do modelo jurídico, o importante é que a agroecologia necessita de organizações financeiras de base local que adotem tecnologias microfinanceiras ino-

vadoras, como já mencionado, com adoção de produtos e política de crédito adequadas, metodologia de microcrédito e gestão participativa e compartilhada.

A constituição de cooperativas de crédito, entretanto, requer um processo de formação de capital social, dado que seu crescimento e qualidade de sua atuação depende do número de associados e de um processo de organização e capacitação da comunidade.

O desafio será buscar apoio inicial para a constituição, em seguida para o fortalecimento institucional e ampliação do quadro de sócios, bem como para assistência técnica em microfinanças rurais. Uma solução intermediária poderia ser conseguir pequenos fundos para serem geridos pelas organizações de produtores agroecológicos, utilizando a tecnologia de bancos comunitários (informais), os quais poderiam ser um embrião de cooperativas de crédito de base local e agroecológica.

Bancos comunitários são grupos informais formados por 20 a 30 pessoas residentes em uma mesma comunidade que tenha uma identidade histórico-cultural própria. Apesar da informalidade do ponto de vista legal, a formação dos bancos comunitários exige um ritual metodológico a ser cumprido, necessário ao sucesso das operações financeiras realizadas ao interior do grupo.

Um banco comunitário nada mais é do que um grande grupo formado voluntariamente com a facilitação de um agente promotor (que pode ser um agente de crédito com a ajuda de um extensionista rural) com vistas a identificar as necessidades de crédito e oportunidades de poupança local, decidindo o que emprestar, para quem, quanto e quando pagar. Além disso, o banco comunitário deve ter regulamento próprio, onde serão definidas as regras de aces-

so, a política de crédito, as responsabilidades e punições dos participantes, respeitadas as normas gerais da fonte investidora. Esta tecnologia já está testada em outros países da América Latina, África e Ásia, onde ficou demonstrado que, quanto maior a responsabilidade do grupo na tomada de decisões, maior a taxa de retorno dos capitais.

Nada obstante, ainda é necessária a presença ativa da figura do agente de crédito nas etapas de formação e nivelamento do grupo, análise das propostas referendadas pelo grupo, acompanhamento da carteira do grupo (“banco comunitário”) e cobrança rigorosa dos princípios, obrigações e penalidades atribuídas pelo grupo aos seus participantes individualmente, participando ativamente das reuniões periódicas do banco comunitário.

Observadas as normas gerais estabelecidas para o Programa, os bancos comunitários poderão operar com capital de giro, individual e/ou grupal, investimento, individual e/ou grupal, poupança (depósitos em bancos) e cartão de crédito, em função das necessidades e capacidades de seus participantes avaliadas pelo próprio grupo e pelo agente. Para tanto, cada banco comunitário deverá ter uma conta ativa e uma passiva que será gerenciada pelo agente de crédito e gerida de forma participativa e transparente por parte de representantes eleitos pelo grupo (dirigentes delegados do banco comunitário)” (FAHEINA E PARENTE 2004).

Organizações na forma de OSCIP podem também ser o embrião de uma futura cooperativa de crédito, desde que tenham como missão, além da concessão de microcrédito, a construção do capital social na perspectiva de desenvolvimento local e da agroecologia.

Também se poderia pensar em articular com as cooperativas de conotação solidária nascente e já existentes (a exemplo

do sistema ECOSOL), no sentido de introduzir tecnologias de microcrédito inovadoras juntamente com as práticas agroecológicas.

O desafio das microfinanças no meio rural brasileiro passa, portanto, pela construção social de um novo mercado financeiro, mediante um processo de organização da demanda e do desenho e experimentação de produtos e tecnologias microfinanceiras mais adequados à base econômica local, em especial, a agroecologia.

Referências bibliográficas

- BITTENCOURT, Gilson. “Cooperativas de crédito solidário – Constituição e funcionamento”. *Estudos NEAD*, nº 04, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), Brasília, 2001.
- CEPAL, *Pobreza e Mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas*. Brasília, Escritório no Brasil/DFID, 2003.
- FAHEINA, Conceição e PARENTE, Silvana. *Microfinanças Rurais no Amapá*. Relatório de consultoria, mimeo, Macapá, 2004.
- PARENTE, Silvana. *Microfinanças*. Saiba o que é um banco do povo. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED), 2002.
- PARENTE, Silvana. *Microfinanças*. Passo a passo. Saiba como implantar e gerenciar uma organização de microcrédito. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED), 2003.
- YARON, Jacob. “Instituciones financieras rurales exitosas”, em revista *Finanzas e Desarrollo*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, março, 1994.

PARTE III

Certificação de produtos orgânicos
Legislação, normas e procedimentos

Legislação e normas para a certificação de produtos orgânicos: políticas públicas e garantias da qualidade

Jean Pierre Medaets
Kleber Pettan

Introdução

Os sistemas produtivos orgânicos¹ são considerados adequados ao modo de produção familiar. Partindo desta premissa, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) busca disponibilizar instrumentos de política pública que possam ser acionados pelos beneficiários do PRONAF interessados em proceder à transição para estes sistemas produtivos.

No caso brasileiro, o movimento orgânico atinge seu contorno mais específico nos anos 1980. Ao longo dessa década, alguns agricultores organizam-se ao redor de associações de produtores orgânicos criadas para a difusão das práticas das diferentes escolas (biodinâmica, natural etc). Grande parte da produção é comercializada em âmbito local, principalmente em feiras e lojas especializadas. O crescimento do mercado nacional e internacional abre possibilidades de comercialização para além dos circuitos locais, ao mesmo tempo em que amplia a necessidade de sistemas de garantia da qualidade.

1 Para evitar uma discussão que não seria pertinente ao conteúdo deste texto, as expressões orgânico e agroecológico serão aqui consideradas como sinônimas.

Como resultado, verifica-se a consolidação de um grupo de agricultores que se engaja na obtenção da certificação de sua produção. Darolt (2002) estima que existam no Brasil 14.866 propriedades certificadas e em transição, ocupando uma área de 275.000 hectares, produzindo 300 mil toneladas por ano e gerando um valor estimado de 200 milhões de reais.

Além destes agricultores envolvidos na produção orgânica certificada, o documento Novo Retrato da Agricultura Familiar indica que apenas 8,6% dos dois milhões de estabelecimentos agrícolas que possuem menor nível de renda obtida da propriedade utiliza adubos e corretivos, representando um grupo com grande potencial de adequação a sistemas produtivos fundamentados na baixa introdução de insumos químicos.

Por traz deste pano de fundo, o País desenvolve a regulamentação do setor de orgânicos. Este texto aborda um dos componentes deste esforço: aquele ligado à adequação do marco legal ao perfil da agricultura familiar².

O aspecto mais sensível neste processo de regulamentação refere-se à necessidade de assegurar ao consumidor a qualidade do produto orgânico. Segundo Azevedo (2000, pp. 36-37), os produtos são caracterizados pela “capacidade de os agentes assimilarem as informações relevantes para o estabelecimento de uma relação de troca.” O autor descreve um grupo de produtos onde cujas “informações relevantes sobre o produto não podem ser obtidas nem por inspeção direta ao produto, nem após o consumo.” Tais produtos são denominados *bens de crença* e os produtos orgânicos se incluem nesta categoria.

Portanto, para que o mercado destes produtos orgânicos funcione de maneira adequada, é necessário, entre outras coisas, um sistema de garantia da qualidade. Na medida em que boa parte da produção brasileira certificada de orgânicos é destinada ao mercado externo, a preocupação do MDA é de evitar que uma regulamentação altamente restritiva visando a compatibilização internacional destes sistemas de garantia possa resultar em um mecanismo de exclusão de agricultores familiares.

2 O MDA possui atualmente, sob a égide do PRONAF, um conjunto de instrumentos de incentivo à produção de orgânicos relacionados ao financiamento, à capacitação e assistência técnica e à comercialização que não serão tratados neste documento.

O marco legal da produção de orgânicos no Brasil

A observação do comércio de produtos orgânicos em âmbito mundial revela que os principais mercados consumidores destes produtos passam por um processo de regulamentação que, em algumas situações, atinge um conjunto mais expressivo de produtos de qualidade diferenciada. Tal regulamentação envolve o estabelecimento de um padrão nacional, contendo os requerimentos mínimos para a conformidade da produção orgânica, as características dos sistemas de garantia da qualidade, incluindo a estrutura e funcionamento das entidades certificadoras, as condições de credenciamento dos organismos certificadores e a informações a serem transmitidas aos consumidores na rotulagem e no uso de selos identificadores. Este processo visa, por um lado, a melhorar o funcionamento do mercado interno, por outro, a obtenção de equivalência entre os procedimentos nacionais e aqueles em curso nos países consumidores de nossos produtos.

É possível afirmar que a construção do marco legal da produção de orgânicos no Brasil ocorre com um envolvimento consistente das organizações dos produtores. Tal marco é composto de peças legais geradas no âmbito do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

No Executivo, a competência de regulamentação do setor é do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (MAPA). A primeira peça legal construída foi a Instrução Normativa nº 07, de 1999, que dispõe sobre as normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. Sua elaboração se deu com ampla participação dos movimentos sociais. A segunda peça legal é a Instrução Normativa nº 06, de 2002, que dispõe sobre os critérios de credenciamento de entidades certificadoras de produtos orgânicos e as diretrizes para procedimentos de inspeção e certificação. O conteúdo destes dois documentos indicava que o único sistema de garantia da qualidade aceito para a produção orgânica no Brasil seria a certificação por auditoria externa.

No Congresso Nacional, observa-se iniciativa de regulamentação do setor por intermédio do Projeto de Lei 659, de 1999. O Projeto recebeu um substitutivo que trouxe importante adequação, incluindo a possibilidade de aceitação dos diferentes sistemas de garantia da qualidade. É neste contexto que o MDA desempenha um importante papel, ao articular os diferentes grupos para que se estabeleça um consenso a per-

mitir que outros sistemas de garantia além da certificação por auditoria externa também possam ser aceitos pelo aparato legal. A estratégia utilizada para isso é o fortalecimento do Grupo de Agricultura Orgânica (GAO)³, ambiente informal ao qual é atribuído o mandato para discussão do marco legal da produção de orgânicos. A proposta do GAO é apresentada ao relator do Projeto no Senado Federal que acolhe as sugestões apresentadas pelo Grupo. O Projeto é aprovado, convertendo-se na Lei 10.831, de dezembro de 2003.

Considerando-se o aspecto das garantias da qualidade, a Lei 10.831, 2003, abre as seguintes prerrogativas:

Art. 3º Para sua comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento.

- 1º No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador o rastreamento do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento.

- 2º A certificação da produção orgânica de que trata o caput deste artigo, enfocando sistemas, critérios e circunstâncias de sua aplicação, será matéria de regulamentação desta Lei, considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no País.

Portanto, a referida Lei abre espaço para outros sistemas de garantia da qualidade que se manifestam na produção de orgânicos no Brasil, além da certificação por auditoria externa.

Sistemas de garantia da qualidade

Como mencionado, este documento se ocupa de seus componentes mais polêmicos da construção do marco regulatório da produção de

3 O GAO é composto por um conjunto expressivo de entidades do movimento orgânico, incluindo o MDA e o MAPA, certificadoras nacionais e internacionais, ONGs de assessoria, empresas produtoras e de comercialização.

orgânicos: os sistemas de garantia da qualidade da produção orgânica existentes hoje no Brasil e seu encaixe neste marco regulatório.

Garantia relacional

O mercado de produtos orgânicos desenvolve-se a partir da comercialização em circuitos curtos, principalmente em feiras locais. Os exemplos espalham-se pelo Brasil e pelo Exterior, onde grande número de consumidores mantém-se fiel a estes espaços de troca. Neste sistema, a garantia é passada diretamente pelo produtor ao consumidor na forma de relacionamentos interpessoais, normalmente caracterizados pela tendência de longo prazo e, muitas vezes, envolvendo efeitos de reputação de produtores e de organizações de assessoria privadas ou governamentais.

Como apresentado há pouco, o parágrafo primeiro do artigo terceiro da Lei 10.831 reconhece a existência deste sistema de garantia da qualidade, permitindo que os produtores nele envolvidos possam se enquadrar sem modificação de seu padrão produtivo e comercial.

Em algumas regiões do País, estas feiras movimentam quantidades expressivas de produtos orgânicos, significando oportunidades para a estruturação de redes de circulação dos excedentes gerados por estes grupos de produção.

Garantia de terceira parte: certificação por auditoria externa

Uma segunda estratégia para assegurar ao consumidor a procedência e a qualidade dos produtos orgânicos é a certificação por auditoria externa. Neste caso, a verificação da conformidade com os padrões é feita com o uso do ferramental disponibilizado pela avaliação de conformidade. Os produtores passam por um período de conversão, ao longo do qual devem estabelecer os registros demandados e cumprir os requerimentos estabelecidos no padrão de produção seguido. Decorrido tal período, o organismo certificador realiza o procedimento de avaliação de conformidade, que consta de inspeção externa realizada nas propriedades e realização de análises laboratoriais.

A decisão sobre a certificação não é tomada pelos indivíduos que realizam as inspeções e sim de forma centralizada pelo organismo certificador. Portanto, como exigido pelo padrão ISO⁴ de certificação, verifica-se uma separação entre as funções de inspeção e certificação. Os documentos de todos os procedimentos de certificação desde a solicitação, passando pela concessão e manutenção do certificado, são mantidos no organismo certificador. A seleção destes inspetores é fundamentada em um conjunto de requerimentos que reduzem a possibilidade de outra relação entre o inspetor e o inspecionado que não seja a inspeção.

Portanto, no caso da certificação por auditoria externa, a garantia quanto à qualidade do produto é dada por uma terceira parte: nem pelos produtores nem pelo Estado. A garantia é atestada por meio de certificados emitidos a partir da avaliação da conformidade da produção aos padrões estabelecidos.

Diferentemente da garantia relacional, em que a confiança é transmitida em uma relação direta, no caso da garantia de terceira parte observa-se um processo de intermediação da confiança. Não são os produtores que asseguram aos compradores e consumidores a qualidade do produto e sim o organismo certificador.

Garantia solidária: certificação participativa

Além dos mecanismos de transmissão de confiança na identificados, observa-se também o surgimento de ordenamentos sociais mais complexos, normalmente em rede, voltados para este fim. Farina (2002, p. 9), referindo-se à abordagem dos sistemas agroindustriais, cita Lazzarini et al. : “a literatura econômica e de administração, contudo, tem enfatizado a importância das interdependências horizontais, que ocorrem entre os agentes do mesmo segmento do sistema, exigindo a incorporação do conceito de redes.” Para Farina (op.cit., p. 10), “redes densas, decorrentes de fortes laços afetivos e sociais criados por relações repetidas, facilitam a emergência de confiança e de normas sociais que promovem a cooperação e reduzem os custos de transação.”

4 International Organization for Standardization (ISO) é uma organização não governamental estabelecida em 1947, cujo objetivo é promover o desenvolvimento de padrões e atividades correlatas para facilitar as trocas internacionais e os intercâmbios intelectuais, científicos e tecnológicos. Constitui-se como uma federação mundial de organismos nacionais de padronização.

No caso brasileiro, desenvolve-se uma iniciativa denominada “Certificação Participativa”, envolvendo número expressivo de produtores e colocando-se como alternativa ao sistema formal de certificação por auditoria externa. Tal movimento se desenvolve inicialmente na Região Sul do Brasil, no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia, disseminando-se pela região Norte, onde se cria a Associação de Certificação Socioparticipativa e encontrando-se em implementação na região Centro-Oeste, pela Articulação de Certificação Participativa da Rede Cerrado. Neste sistema, produtores, assessores técnicos e consumidores estabelecem um sistema articulado de confiança onde cada produtor, técnico, e, algumas vezes, consumidores envolvidos atestam solidariamente a responsabilidade do outro.

Algumas interpretações da expressão solidariedade ajudam a compreender os princípios deste mecanismo de transmissão de confiança.

- a) Relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo sinta-se na obrigação moral de apoiar o(s) outro(s): solidariedade de classe.
- b) *Jur.* Vínculo jurídico entre os credores (ou entre os devedores) duma mesma obrigação, cada um deles com direito (ou compromisso) ao total da dívida, de sorte que cada credor pode exigir (ou cada devedor é obrigado a pagar) integralmente a prestação objeto daquela obrigação.

Zolin e Hinds (2002) indicam que a confiança é um “estado psicológico” determinado pelas relações estabelecidas entre os atores. “A confia em B com respeito a X (onde “X” é o objeto em torno do qual se desenvolve a confiança) em um contexto Y”. No caso da Certificação Participativa, o objeto em torno do qual se desenvolve a construção da confiança é o produto agroecológico. Tal produto traz consigo componentes da visão de mundo assumida pela Rede Ecovida, tendo como um de seus princípios “Trabalhar na construção do comércio justo e solidário”, estabelecendo como um de seus objetivos “Aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores”.

Considera-se ainda o trabalho da Rede Ecovida de Agroecologia, pensa-se que ela seja capaz de gerar um bem coletivo inclusivo⁵ que é a

5 Olson (1971) caracteriza um bem coletivo inclusivo como aquele que, consumido por uma pessoa, não impede o consumo por outra.

Certificação Participativa na medida em que a inclusão de novos grupos de produtores que buscam a certificação não ameaça a oferta do serviço aos demais grupos já envolvidos. Como mencionado por Olson (1971), observa-se o engajamento dos atores na provisão de um bem coletivo quando ele representa um ganho individual superior ao seu custo. Neste caso, o ganho superior dos grupos que optam pela certificação participativa é a comercialização de seus produtos em canais como a merenda escolar, o varejo supermercadista e redes de lojas localizadas em centros urbanos mais populosos.

Diferentemente da garantia de terceira parte, que realiza um processo de intermediação da confiança, no caso da garantia solidária, o fluxo de confiança se dá diretamente entre a produção e o consumo.

Análise comparativa entre a garantia de terceira parte e a garantia solidária

Portanto, considerando-se os sistemas de garantia de terceira parte e solidária, poder-se-ia fazer uma analogia pela qual cada um deles teria uma “linguagem” diferente, a garantia de terceira parte, fundamentada em registros mais rigorosos, em inspeções externas e análises laboratoriais para a redução do oportunismo. A garantia solidária, baseada na “conformidade social” a um objetivo comum, na ampliação da comunicação entre os grupos, na reputação, em um mecanismo de exclusão, quando os acordos estabelecidos no âmbito dos grupos não são cumpridos e na busca do envolvimento dos consumidores. As diferenças entre os sistemas podem ser observadas no quadro 1.

Quadro 1 – Sistemas de garantia da qualidade

Componentes do sistema de garantia da qualidade	Garantia solidária	Garantia de terceira parte
Padrões	Construção em processo de revisão periódica	Construção em processo de revisão periódica
Meios de Verificação a) Inspeção b) Registros c) Documentação	a) Não existe inspetor externo. b) Realizados de maneira não sistemática c) Mantida descentralizada.	a) Existe inspetor externo b) Realizados de maneira sistemática c) Mantida centralizada
Organismo Certificador a) Funções de certificação e assessoria técnica b) Decisão de certificação c) Técnico	a) Integradas b) Descentralizada c) Residente na comunidade	a) Separadas d) Centralizada c) Externo
Comunicação da Qualidade	Selo, reputação do produtor e da assessoria técnica e influência dos componentes de avaliação social da conformidade	Selo, reputação do produtor e do organismo certificador

Fonte: Adaptado de Medaets, 2003

Este quadro permite observar os grandes aspectos de diferenciação entre os dois sistemas de garantia abordados.

Conclusões

No que se refere às garantias da qualidade para a produção orgânica, considera-se que a Lei 10.831 traz avanços para se obter um marco legal favorável à agricultura familiar, entretanto, os grupos sociais que tiveram suas demandas atendidas têm, em conjunto com o Estado, a enor-

me responsabilidade de fazer com que estes mecanismos funcionem apropriadamente, de forma a assegurar a transparência do mercado brasileiro de orgânicos. Além disso, estaremos diante do desafio de demonstrar que o que funciona para o Brasil pode ser compatibilizado com o sistema de garantia prevalecente no ambiente internacional.

Existe um conjunto de diferenças entre a certificação por auditoria externa: as atividades de certificação não são separadas das atividades de assessoria, a decisão de certificação é descentralizada, o técnico convive com os produtores no ambiente local e o controle da qualidade da produção não é feito por inspetores formados e sim por técnicos e produtores capacitados na produção agroecológica.

Em última análise, a grande diferença entre os dois sistemas é que, diferentemente do caso da garantia solidária, em que o fluxo de confiança vai da produção ao comprador ou consumidor, no caso da garantia por terceira parte, existe um processo de intermediação da confiança realizada pelo organismo certificador.

O que se espera de um sistema de certificação é que a aplicação sistemática de seu método reduza significativamente a assimetria de informações e a possibilidade de manifestação do oportunismo. Considera-se que o sistema de garantia solidária, funcionando com requerimentos adequados de registro e com a aplicação sistemática do método, possui toda a possibilidade de dar credibilidade a um processo produtivo orgânico.

Apesar de seguir procedimentos bastante diferentes do padrão ISO, o crescimento da Certificação Participativa indica que a credibilidade obtida pelo sistema deveria respaldar uma discussão, buscando a equivalência com o sistema de certificação por auditoria externa.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, P.F. *Nova Economia Institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura*. *Agricultura*, São Paulo, 47(1):33-52, 2000.
- BÖRKEY, P.; GLACHANT, M.; LÉVÊQUE, F. *Voluntary Approaches for Environmental Policy in OECD Countries: An Assessment*. CERNA, Centre d'économie industrielle Ecole Nationale Supérieure des Mines de Paris, 1998.
- BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei nº 659, de 1999.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Instrução Normativa nº 07, de 1999*.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Instrução Normativa nº 06, de 2002*.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília, 2000.
- DAROLT, M.R. *Agricultura Orgânica: inventando o futuro*. Londrina: IAPAR, 2002.
- FARINA, E.M.Q. *Estudo do Sistema Agroindustrial de Produtos Orgânicos no Estado de São Paulo*. Impresso, 290 p., 2002.
- MEDAETS, J.P.M. *A Construção da Qualidade na Produção Agrícola Familiar: sistemas de certificação de produtos orgânicos*. Tese de doutorado defendida no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, 2003.

Rede Ecovida de agroecologia e certificação participativa em rede: uma experiência de organização e certificação alternativa junto à agricultura ecológica familiar no sul do Brasil

Luiz Carlos Rebelatto dos Santos

“O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um ‘penso’, há um ‘pensamos’. É o pensamos que estabelece o penso e não o contrário. Esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isso mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediador da comunicação”.

Paulo Freire

Introdução

A agroecologia é um tema abordado de forma crescente nas mais diversas instâncias da sociedade. Como ciência, é estudada por pesquisadores, professores, acadêmicos, técnicos e agricultores. Como movimento, adquiriu uma força cada vez maior nos últimos anos. Como oposição ao modelo agrícola vigente, é apontada como a base para um novo modelo de desenvolvimento, edificado sobre a ética e o cuidado com a terra e com as pessoas e expresso por práticas sustentáveis.

A certificação dos produtos oriundos da agroecologia e de sistemas orgânicos de produção, que se diferenciam da agricultura química, também se revela como assunto de importância relevante. Os debates em

torno deste tema nem sempre se mostram amigáveis; pelo contrário, muitos desentendimentos são verificados, seja por questões metodológicas, seja por questões de princípios. As metodológicas dizem respeito, basicamente, às formas de como a certificação é realizada; já as de princípios remetem aos impactos causados pela adoção de uma ou outra forma, ou ainda se a certificação está contribuindo ou não para a promoção da agroecologia.

No desenvolvimento da agroecologia, podemos notar a modificação dos procedimentos de certificação provocada, segundo boa parte dos estudiosos do tema, pelo distanciamento cada vez maior entre produtores e consumidores. Este fato dificultaria a geração de credibilidade estabelecida pela venda direta dos produtos e tornaria necessária a presença de algum mecanismo que garanta que o produto foi elaborado dentro das normas e especificações que lhe confere a qualidade orgânica. Este mecanismo deveria ser posto em prática por organizações independentes dos setores produtivos e de consumo – as *certificadoras*.

Atualmente, os procedimentos das certificadoras estão cada vez mais especializados, sendo que algumas realizam apenas o serviço de certificação, sem qualquer relação ou compromisso com a promoção da agroecologia, enfocando, somente, a verificação do cumprimento das normas. Esta prática leva à criação de um verdadeiro mercado de certificação, no qual diversas organizações lutam acirradamente pelo seu espaço. Cada vez fica mais claro que a produção de produtos orgânicos e os processos de certificação decorrentes não têm conseguido contribuir para a modificação da realidade agrícola de uma maneira mais ampla, constituindo-se, apenas, em uma oportunidade de acessar um mercado diferenciado.

Frente a esta realidade, a Rede Ecovida de Agroecologia surge numa perspectiva de articular experiências concretas de agroecologia e construir um processo diferente de certificação denominado “*participativo em rede*” que contrapõe o modelo vigente. A Ecovida origina-se do trabalho de Ongs e de organizações de agricultores no sul do Brasil, que há mais de 30 anos desenvolvem atividades de organização social, produção e comercialização de alimentos e produtos produzidos sem agroquímicos sob princípios de respeito ao meio ambiente, de solidariedade, cooperação, resgate da cultura local e de valorização das pessoas e da vida.

A certificação de produtos orgânicos

A certificação de produtos orgânicos produziu ao longo dos últimos anos muitos debates, na sua maioria acalorados, acerca de seu conceito e finalidades, de quem faz as normas e, principalmente, das formas de como o processo é realizado. Com o crescimento do mercado mundial de produtos orgânicos *in natura* e processados na ordem de 30% ao ano nos últimos 10 anos e o aumento da possibilidade de exportação, verifica-se uma profunda preocupação no estabelecimento de normas de produção e transformação para estes produtos, bem como no controle da qualidade para evitar possíveis contaminações.

A necessidade da certificação para os produtos agroecológicos surge a partir do interesse de diferenciar a qualidade destes produtos aos consumidores. Com o aumento do uso de produtos químicos na agricultura (agrotóxicos, adubos sintéticos, hormônios e tantos aditivos para processamento de alimentos), aqueles que produziam de uma forma natural, sem agredir o ambiente e sem utilizar estes produtos nocivos à saúde e ao ambiente resolveram “proteger” a identidade de seus produtos e garantir ao consumidor alimentos de melhor qualidade. Neste sentido, a própria marca do produto expressava qualidade. O rótulo identificando que aquele produto foi produzido por tal associação ou empresa, ou a proximidade do agricultor com o consumidor através da venda direta, era suficiente para estabelecer a confiança e a qualidade. A este processo inicial de certificação dá-se o nome de autocertificação. Assim, o fato de determinado agricultor entrar e permanecer em uma associação de produtores orgânicos identificava o fato de que este cumpria as normas estabelecidas por ela mesma e de acordo com os princípios da agricultura orgânica.

O crescimento da produção e da comercialização dos produtos orgânicos e a modificação das relações comerciais, marcada principalmente pelo distanciamento entre agricultores e consumidores, imprimiram uma nova face ao processo de certificação. Ele tornou-se mais especializado e burocrático, dando origem à certificação por inspeção ou por auditoria. Esta forma de certificação é realizada por uma terceira parte não envolvida com a produção nem com o consumo do produto, sendo responsável por verificar se o produto foi elaborado dentro das normas estabelecidas. Esta terceira parte, denominada de *certificadora*, pode ser

uma organização não governamental e sem fins lucrativos ou uma empresa que, credenciada pelo órgão responsável em determinado território, passa a realizar seu trabalho.

A certificação por auditoria mostra uma série de limites. Apesar de ser o método mais amplamente utilizado pelas certificadoras e aceito nos mais diversos mercados, ele não acompanha a velocidade da conversão dos sistemas produtivos de convencionais para agroecológicos. De acordo com Santos, 2002, estes limites podem ser:

1. Documentação extensa - há uma sobrevalorização dos documentos, dos relatórios e papéis gerados a partir do processo de certificação. A pessoa responsável por estes documentos tem que ser muito capacitada, o que limita um trabalho mais amplo.
2. Resistência a adequações - os princípios e métodos preconizados pela certificação por auditoria estão de tal modo arraigados nas certificadoras e na legislação correspondente que se mostram resistentes às mudanças e adequações, sendo cada vez mais especializados e burocratizados.
3. Pouco adequado à agricultura familiar - uma propriedade ou empreendimento familiar pode ser caracterizada pela diversificação de atividades em relação à sua dimensão, apresentando muitas relações de ordem social e ecológica, se comparada com um grande empreendimento. Pelo fato de os métodos aplicados pela certificação por auditoria seguirem os padrões ISO¹, mais adequados aos processos industriais, e as normas de produção terem sido elaboradas, na sua maioria, em regiões de clima temperado², a certificação por auditoria mostra-se pouco adequada à agricultura familiar. Além disso, a certificação por auditoria demanda um bom desenvolvimento técnico e gerencial, características pouco frequentes na agricultura familiar.

1: International Standards Organization (Organização de Normas Internacionais).

2: O clima temperado apresenta comportamentos diferentes do tropical. Um exemplo disso é a decomposição da matéria orgânica que ocorre numa taxa seis vezes menor no primeiro. Outra questão que justifica um tratamento diferenciado aos sistemas orgânicos de produção sob clima tropical (de países em desenvolvimento) é que ainda podemos encontrar áreas virgens ou pouco contaminadas, se comparadas com propriedades européias.

4. Sobrevalorização do inspetor - a figura do inspetor como observador, neutro ao processo, responsável maior pela credibilidade, faz dele a principal personagem da certificação, podendo acarretar uma desvalorização de quem produz.
5. Custos altos - os valores cobrados pelo processo podem torná-lo inacessível para a maioria dos agricultores familiares, impondo, em última instância, a necessidade do prêmio, da maior remuneração pelo produto. O aumento abusivo do preço pode contribuir para a diminuição do consumo dos produtos orgânicos.
6. Produto x Processo - a proibição ou permissão de certos insumos não reflete, necessariamente e por si, a melhoria da propriedade como um todo, rumo a uma 'ecologização' dela. A presença do inspetor, avaliando o uso de produtos permitidos ou o não-uso dos proibidos, não implica diretamente a visualização da transição agroecológica de um agroecossistema. Questões como sustentabilidade e ética, apesar de estarem presentes nas normas, são preteridas em relação à listagem de produtos e à contabilidade do empreendimento. Na prática, alguns produtos certificados como orgânicos podem apresentar gastos energéticos maiores do que os produzidos em uma agricultura não orgânica.
7. Centralização da certificação - todo este procedimento vertical e centralizado na certificadora e nos técnicos pode apresentar uma capacidade multiplicadora limitada, não dando conta da rapidez com que se desenvolvem os processos, pois a agroecologia desenvolve-se mais rápido do que a certificação.
8. Técnico e Ambiental x Social e Ético - os aspectos técnicos e ambientais são, em alguns casos, mais valorizados do que o aspecto social.
9. Desconfiança - já foram relatados casos de fraudes em produtos certificados como orgânicos. Isto tem posto em dúvida a eficiência deste tipo de certificação. Apenas a presença do inspe-

tor no empreendimento pode não ser suficiente para garantir o processo.

10. Direcionamento aos interesses do mercado - a existência de um mercado diferenciado que paga mais pelo produto é, muitas vezes, o principal motivador da produção orgânica. A certificação por inspeção passa a ser condição para o acesso a este mercado que é, no caso do Brasil, majoritariamente para exportação. A promoção da agroecologia fica em segundo plano.

Rede Ecovida de Agroecologia - histórico

A Rede Ecovida de Agroecologia mostra-se mais antiga do que sua criação em 10 de novembro de 1998. Ela surge no sul do Brasil como resultado de processos históricos realizados por organizações não governamentais³ na construção de uma alternativa ao modelo de agricultura em curso caracterizado pela chamada revolução verde. Tal modelo imprimiu mudanças significativas na agricultura mundial através do aumento do uso de máquinas agrícolas, sementes híbridas, fertilizantes químicos e agrotóxicos, artificializando, em muito, o processo de produção de alimentos. Segundo Almeida *et al* (2001), este modelo dá hoje mostras evidentes de incompatibilidade com a manutenção da capacidade produtiva, com a equidade social e com o equilíbrio dos ecossistemas.

Há mais de 30 anos vem-se construindo, na região Sul, alternativas concretas de organização, produção, processamento e comercialização com base numa nova ética, compreendida como valores e princípios de respeito ao ambiente, de solidariedade, de cooperação, de respeito às diferenças, de resgate da cultura local, de valorização dos seres humanos e da vida. Esta visão de agricultura – que traz consigo uma proposta de desenvolvimento sustentável – é chamada de AGROECOLOGIA. Segundo Altieri (2001), agroecologia é entendida como “uma ciência que emprega metodologias para estudar as relações em agroecossistemas e

3: Como a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa).

avaliá-los. Como parte deste sistema, as questões humanas e sociais são fundamentais, do ponto de vista técnico, ela trabalha com princípios e não receitas”.

Foi este contexto que motivou o surgimento da Rede Ecovida, como processo de evolução e consolidação de alternativas desenvolvidas ao longo dos anos, agregando entidades de agricultores familiares, instituições de assessoria como as ONGs⁴, organizações de consumidores⁵, processadores e comerciantes de produtos ecológicos em pequena escala, além de pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia.

A Rede Ecovida desenvolve diversas atividades de promoção da agroecologia, dentre elas a certificação de produtos ecológicos através de um processo criado a partir da realidade do sul do Brasil e centrado na agricultura familiar organizada, chamado Certificação Participativa em Rede. A Rede Ecovida definiu-se pela utilização da denominação “produto ecológico” em vez de “produto orgânico” por entender que desenvolve uma agricultura ecológica sob os princípios da agroecologia e não apenas uma agricultura de substituição de insumos (de químicos para orgânicos) cujos produtos também podem, segundo a legislação, receber a denominação “orgânico”.

O debate em torno da certificação tomou proporções mais significativas no Brasil a partir de 1994, quando o Ministério da Agricultura iniciou o processo de normatização da produção, da certificação para o fornecimento de um selo de qualidade e da comercialização de produtos orgânicos⁶. Inicialmente, ele foi realizado sem a participação dos diversos atores interessados no tema, o que gerou a mobilização por parte das instituições que defendiam uma ampla discussão em torno do assunto. Após embates iniciais, o Ministério convidou as organizações e pessoas que representavam a diversidade de experiências no Brasil. Com

4: Como ONG's de referência no sul do Brasil citamos: a Assesoar no PR, criada em 1966, o Centro Vianeí em SC, criado em 1983 e o Centro Ecológico no RS criado em 1985.

5: As organizações de consumidores são representadas por grupos e cooperativas de consumo, associações de moradores e de bairro. Em relação às cooperativas, podemos citar a Coopet em Três Cachoeiras – RS.

6: Esta “decisão” do Ministério da Agricultura é verificada a partir de pressões de produtores, exportadores e certificadoras para acessar outros mercados, como o da Comunidade Econômica Européia. Para isso, o Brasil necessita de um sistema de normas e de certificação oficial que respalde os produtos orgânicos.

o novo processo, verifica-se uma clara divergência entre as diferentes instituições envolvidas. Por um lado, as que seguiam o modelo proposto pela Ifoam, representado pela presença de uma certificadora externa e inspetores ou auditores desconectados das iniciativas a serem certificadas. Por outro lado, as organizações que defendiam a idéia de que o selo orgânico era desnecessário. Argumentava-se, inclusive, que era preciso colocar um “selo vermelho” naqueles produtos produzidos com agrotóxicos e não um “selo verde” nos orgânicos por diversos motivos, dentre eles: processo oneroso, sobrepreço dos produtos, elitização do consumo, desrespeito às iniciativas locais, não-conformidade com o processo histórico desenvolvido pela agricultura ecológica familiar e a sobrevalorização da exportação. Ainda havia o posicionamento de pessoas que sustentavam a idéia de que, caso a certificação fosse imprescindível, ela poderia ser realizada pelos pequenos agricultores reunidos em grupos e associações ou ainda por empresas com fins lucrativos, como em outros países.

Após um longo debate, a Instrução Normativa nº 007 foi elaborada e publicada em maio de 1999. Ela almeja ser uma proposta de normatização que contempla a diversidade dos processos desenvolvidos no Brasil, inclusive as formas pelas quais a certificação é realizada. Podemos observar este fato em seu conteúdo que diz: “(...) as certificadoras adotarão o processo de certificação mais adequado às características da região onde atuam, desde que sejam observadas as exigências legais...” (DESER, 1999, p.10).

Paralelo a este debate nacional, ocorria em Santa Catarina, uma forte pressão por parte de órgãos públicos para a criação de um comitê, que monopolizaria todo o processo de certificação. Este fato não só se mostrava contrário às deliberações nacionais como se desvinculava dos processos agroecológicos desenvolvidos no Estado. Isto acarretou uma forte mobilização das organizações dos agricultores e das ONGs que começaram a pôr em prática a idéia da constituição de uma “rede de certificação participativa”, primeiro nome dado à Rede Ecovida de Agroecologia. Assim, os debates em torno de uma nova proposta de certificação foram se consolidando, agregando organizações parceiras no Paraná e no Rio Grande do Sul.

O processo iniciado em novembro de 1998 em Santa Catarina e ampliado em 2000 para o sul do Brasil apontou alguns pontos importantes, que caracterizavam a proposta:

- necessidade e possibilidade de reconhecimento e respaldo mútuos entre os grupos e associações de agricultores ecologistas e as organizações de assessoria em agroecologia;
- as organizações participantes (grupos, associações e ONGs) formam uma rede, sem hierarquias e orientada por princípios e objetivos definidos para a promoção da agroecologia;
- a certificação deve ser participativa, ou seja, a responsabilidade de garantir qualidade do produto é compartilhada pelos agricultores, técnicos e consumidores; e
- necessidade de criar uma marca e um selo para o mercado, que represente a Rede. A marca será utilizada para caracterizar o processo: material de divulgação (jornais, revistas, *folders*, *banners*,...), material didático (livros, cartilhas, vídeos,...). Os selos seriam colocados nos produtos para retratar sua qualidade.

Organização e funcionamento

Conceito

A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares ecologistas e suas organizações, organizações de assessoria e simpatizantes com a produção, o processamento, a comercialização e o consumo de produtos ecológicos. A Rede trabalha com princípios e objetivos definidos e tem como metas fortalecer a agroecologia em seus mais amplos aspectos, produzir e disponibilizar informações entre os participantes e criar mecanismos legítimos de credibilidade e garantia dos processos desenvolvidos por seus membros.

Princípios da Rede Ecovida

- ter na agroecologia a base para o desenvolvimento sustentável⁷;
- trabalhar com agricultores e agricultoras familiares e suas organizações;

7: Há cerca de 70 definições sobre desenvolvimento sustentável. Na verdade, esta expressão é utilizada por qualquer pessoa ou organização com interesse e fim diverso. Entretanto, entendemos que não se constrói o desenvolvimento sustentável sem sustentabilidade ambiental, social e econômica, aspectos estes presentes na agroecologia.

- ser orientada por normas própria de funcionamento e de produção;
- trabalhar na construção de mercado justo e solidário⁸; e
- garantir a qualidade através da certificação participativa.

Objetivos da Rede Ecovida

- Desenvolver e multiplicar as iniciativas agroecológicas;
- incentivar o associativismo na produção e no consumo de produtos ecológicos;
- gerar, articular e disponibilizar informações entre organizações e pessoas;
- aproximar, de forma solidária, os agricultores e os consumidores;
- ter uma marca e um selo que expressam o processo, o compromisso e a qualidade; e
- fomentar o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular.

A Rede Ecovida de Agroecologia é constituída por núcleos regionais que são formados pelos membros da Rede em determinada região geográfica com características físicas e organizacionais semelhantes e também chamados de “nós” (Ilustração I página 10). Os núcleos promovem a troca de informações, credibilidade e produtos – os “fluxos”. Do ponto de vista jurídico, a Rede Ecovida mostra-se informal, sem personalidade jurídica. Uma associação foi criada a fim de responder pela certificação perante os órgãos competentes quando for necessário - a Associação Ecovida de Certificação Participativa. Esta respalda o processo gerado e desenvolvido nos núcleos regionais.

Atualmente, a Rede Ecovida conta com 21 núcleos regionais em distintos estágios de organização, que abrangem 170 municípios e reúnem aproximadamente 2.400 famílias de agricultores organizados em 270 grupos, associações e cooperativas; 30 ONGs; 10 cooperativas de consumidores; e dezenas de pequenas agroindústrias e comercializadoras de produtos ecológicos; além de vários profissionais. Quanto à comercialização, há aproximadamente 135 feiras ecológicas em todo o sul do Brasil ligadas à Ecovida. Apesar das feiras se constituírem na forma de co-

8: A Rede Ecovida acredita ser possível aproximar os agricultores e os consumidores a fim de que ambos construam um mercado onde a remuneração pela atividade e pelos produtos agropecuários seja justa, sem a exploração de quem produz nem de quem compra.

mercialização mais estimulada pela Rede, seus integrantes também realizam vendas em supermercados e no mercado externo, além de experiências de comercialização nos chamados mercados institucionais⁹ em municípios e estados.

Certificação Participativa em Rede (CPR) - caracterização e funcionamento

A principal característica da Certificação Participativa é que ela prescinde da figura do inspetor como o maior responsável pela credibilidade, fato este característico da certificação por auditoria. Isto acontece, pois a Certificação Participativa é composta por uma série de instrumentos capazes de propiciar, simultaneamente, a verificação do cumprimento das normas e o aperfeiçoamento do processo produtivo através de mecanismos como: organização de base - agricultores fazendo parte de um grupo ou associação; proximidade com os consumidores – através da venda direta e das visitas às propriedades; acompanhamento técnico – por parte de alguma organização de assessoria ou pessoa capacitada na área; controle interno – realizado periodicamente pelos outros membros do grupo e “olhar externo” – realizado por um conselho de ética formado por pessoas não ligadas ao empreendimento ou organização a ser certificada.

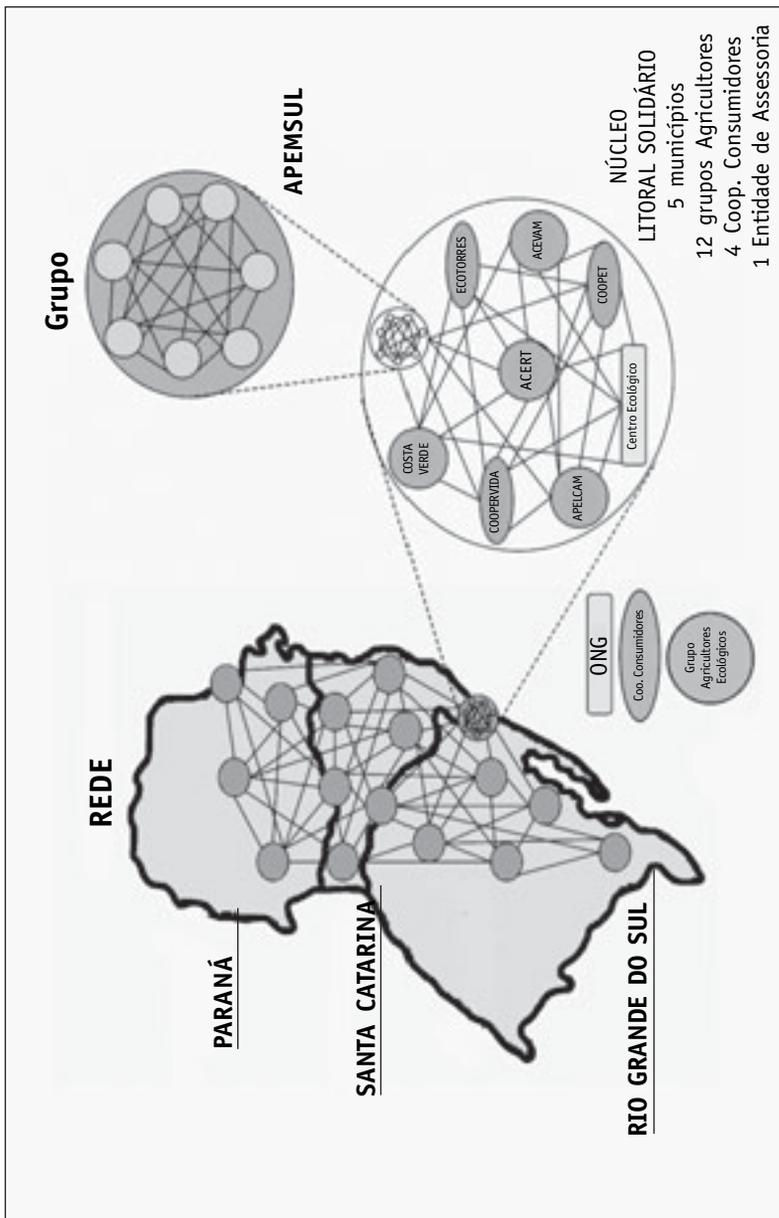
Outra característica importante da CPR é que ela acontece de forma descentralizada, ou seja, o mais próximo possível do processo em certificação. Isso traz vantagens como: conhecimento e respeito da realidade local, diminuição de custos e acompanhamento mais direto.

Podemos afirmar que a CPR está edificada sobre quatro pontos:

- a) garantia entre agricultores (dentro do grupo e entre grupos);
- b) relação próxima entre agricultores e consumidores (visitas e venda direta);
- c) acompanhamento técnico pela assessoria; e
- d) olhar externo do Conselho de Ética.

9: É o caso da merenda escolar, hospitais e restaurantes de instituições públicas. Esta forma de comercialização mostra-se como uma excelente alternativa para a ampliação da proposta agroecológica junto com a agricultura familiar.

Ilustração 1: A Rede Ecovida de Agroecologia e seus Componentes



A Certificação Participativa realizada pela Ecovida pode ser definida como um *processo de geração de credibilidade em rede realizado de forma descentralizada, respeitando as características locais, que visa aprimorar a Agroecologia e assegurar a qualidade de seus produtos através da participação, aproximação e compromisso entre os agricultores, os técnicos e os consumidores*. Este processo possui os seguintes princípios:

- a) confiança - esta é a base do processo. Parte do princípio de que os agricultores, técnicos e consumidores desenvolvem suas ações de forma responsável e verdadeira, com o objetivo de aprimorar a agroecologia. Estes, devidamente conscientes e capacitados, possuem as condições necessárias para atestar e melhorar a qualidade dos produtos ecológicos.
- b) Participação - acredita que a certificação pode se dar de forma participativa, ou seja, os princípios e normas construídos são colocados em prática e verificados com o envolvimento efetivo dos agricultores e suas organizações, de técnicos, de organizações locais e regionais de assessoria e dos consumidores. Este trabalho não fica restrito aos técnicos “altamente” capacitados.
- c) Descentralização - respeita e prioriza as iniciativas e organizações locais, através da valorização de suas particularidades e capacidade própria de assumir as principais atribuições e responsabilidades na certificação e na garantia da qualidade.
- d) Organização de base - uma característica fundamental da certificação participativa é a sua ligação com a base, ou seja, com os grupos e associações de agricultores e com as organizações dos consumidores. Neste sentido, a participação do maior número de atores possível permitirá melhor compreensão e prática de todo o processo. Quanto mais dinâmico e organizado for o grupo, tão mais fácil será de trabalhar e gerar credibilidade.
- e) Formação de rede - quando se mostra sem hierarquias, respeita as iniciativas regionais e busca estabelecer uma conexão entre elas atra-

vés da construção de diretrizes e princípios comuns e o cumprimento mútuo de regras e procedimentos estabelecidos participativamente.

- f) Transparência - as informações estão disponíveis e não são confidenciais no processo de certificação e da obtenção da qualidade.
- g) Olhar externo - garante a presença de pessoas e organizações não envolvidos diretamente com o processo produtivo que será certificado através da comissão ou conselho de ética estabelecidos no grupo comunitário, articulação municipal ou no Núcleo Regional.
- h) Adequação à produção familiar - é adequada à realidade e características da agricultura e do empreendimento familiar, pois incentiva o trabalho associativo e as pequenas iniciativas de processamento e comercialização, além de simplificar os registros, fazendo com que a prática – o que é feito na propriedade ou agroindústria - “fale mais alto” do que os relatórios e os papéis.
- i) Processo pedagógico - a certificação participativa pode ser um processo educativo e pedagógico importante, por ser realizado pelas pessoas e organizações próximas à realidade local, que conhecem melhor a situação e podem contribuir nas mudanças necessárias. É importante que a certificação contribua para a melhoria da compreensão de todos os atores que participam da construção da agroecologia. Somente assim podemos tê-la como parceira na multiplicação do número de iniciativas agroecológicas e da oferta de produtos saudáveis.

É dentro de cada núcleo regional que a CPR é desenvolvida. O processo é reconhecido mutuamente entre os demais núcleos que, interligados, estabelecem a Rede Ecovida. Isto permite a circulação de informações e mercadorias entre os núcleos, aumentando a credibilidade dentro e fora da Rede, alimentando constantemente todo o processo.

De uma maneira geral, a CPR ocorre como um passo além da participação da Rede Ecovida. Isto significa dizer que a organização pode estar na Rede e não ser certificada, mas nunca o contrário. A tabela a seguir sintetiza o processo de Certificação Participativa em Rede.

Tabela 1: Certificação Participativa em Rede e suas características.

Espaço ou abrangência ↓	Público de trabalho	Mecanismos de controle	Denominação da fase
Unidade Produtiva ↓	Agricultor(es)	Curso(s), normas, acompanhamento, croquis, planos de conversão etc.	Formação, Informação e Compromisso
Organização ↓	Grupos Associações Cooperativas	Visitas alternadas, reuniões, pactos de responsabilidade, intercâmbios, comissão de ética e suspensões	Auto-fiscalização e Auto-regulação
Núcleos Regionais ↓	Organizações que compõem a Rede em certa região	Conselho de ética, formação periódica, participação de consumidores, representatividade e suspensões	Responsabilidade Mútua e "Olhar externo"
Associação Ecovida	Conselhos e comissões	Conselhos definidos legalmente	Legal

Fonte: SANTOS, 2002.

Passos para a obtenção do selo ecovida

Para a utilização do selo Ecovida, alguns passos precisam ser seguidos. Estes passos são o mínimo estabelecido pela Rede. Cada núcleo pode aprimorá-los ou torná-los mais específicos.



Tabela 2: Passos para a obtenção do selo Ecovida.

Passos	Informações
1. Integrar a Rede Ecovida	Através do Núcleo, o grupo integra-se à Rede Ecovida.
2. Solicitar a certificação ao Núcleo Regional	O Núcleo deve ter seu Conselho de Ética em funcionamento.
3. Preencher o Formulário para Requerimento da Certificação	Para cada unidade de produção é preenchido um formulário que contém as informações sobre o processo produtivo.
4. Encaminhá-los ao Conselho de Ética	De acordo com dinâmica interna, os formulários são encaminhados ao Conselho para análise.
5. Análise dos formulários pelo Conselho de Ética	O Conselho pode solicitar mais informações se for necessário, a fim de compreender melhor o processo produtivo.
6. Visita à unidade de produção	O número de unidades visitadas deve ser representativo à realidade de cada grupo.
7. Parecer do Conselho de Ética	Aprovação ou rejeição. São apontadas as melhorias necessárias.
8. Aprovação da certificação pelo Núcleo	O Núcleo aprova a certificação e autoriza o uso do selo. O Núcleo pode emitir diplomas ou declarações para os membros.

Fonte: SANTOS, 2004.

Considerações finais

Entendemos que a construção de um processo participativo de certificação justifica-se pela incompatibilidade que o outro modelo tem frente à agroecologia desenvolvida no Brasil e na América Latina. Se requisitos como respeito às culturas locais, manutenção e ampliação da biodiversidade, multiplicação das iniciativas agroecológicas e acesso amplo aos produtos de qualidade a preços justos aos produtores e consumidores fazem parte da proposta, o processo de certificação adotado deve contribuir e não dificultar o alcance destes objetivos.

Partindo das constatações e das impressões destacadas ao longo do trabalho da Rede Ecovida, podemos identificar possíveis limites e desa-

fios que a certificação participativa em rede apresenta. Este exercício deve ser entendido, ora na forma de fatos reais, ora como projeções mais ou menos pessimistas, tratando-se de um momento reflexivo que nos leva a um aprofundamento do debate. Estes limites e desafios são apontados sob as perspectivas interna e externa de atuação da Rede.

Limites internos

A heterogeneidade no nível de organização dos núcleos regionais Ecovida apresenta-se como um primeiro limite. Esta remete a uma *questão estrutural*, representada pela falta ou escassez de recursos humanos e financeiros para promoção da dinâmica organizativa dos núcleos: reuniões, visitas, intercâmbios etc. A não-cobrança pelo processo de certificação¹⁰ além da inexistência de orçamento específico para apoiar o processo, somadas à falta de estrutura dos agricultores familiares, impõem limites ao desenvolvimento mais rápido da proposta.

Outro aspecto que faz parte do limite organizacional do núcleo é a *filiação* de organizações que há pouco tempo iniciaram seu trabalho em agroecologia. Isto traz inconvenientes, tanto do ponto de vista do controle interno da propriedade - pela presença simultânea de áreas de manejo convencionais, em transição e ecológicas - quanto por falta de clareza do agricultor ou da associação quanto à agroecologia. Por vezes, isso se verifica pela presença de atividades de transição mais lenta, como o fumo, a horticultura especializada em poucos produtos (tomate, batata) e a avicultura ou suinocultura integradas às agroindústrias. Este aspecto reflete na heterogeneidade da organização do núcleo e no desnivelamento dos interesses, dos grupos e das associações, em integrar o processo, o que causa alguns problemas como a busca exclusiva pelo selo de qualidade em detrimento da construção da proposta, como se a Rede Ecovida fosse apenas uma certificadora.

Com relação às *normas*, dois pontos merecem destaque. O primeiro consiste na dificuldade de *criação de normas* mais adequadas e condizen-

11: Apesar de 50% do valor das anuidades permanecerem para as atividades do núcleo regional, observa-se que é insuficiente para a viabilização de todo o trabalho. A maioria das ONG's possui projetos estruturais, mas, como a Rede Ecovida é uma iniciativa recente, boa parte destas ONG's não tem contemplados nestes projetos atividades e orçamento específico para apoiarem a implementação da Rede em suas regiões.

tes com as realidades tropicais ou subtropicais ou ainda para sistemas agroflorestais. A segunda diz respeito à *apropriação e verificação* deles por parte dos agricultores, técnicos e consumidores. Esta questão aborda aspectos informativos e formativos, uma perspectiva educativa quanto ao acesso, entendimento e prática das normas.

Limites externos

A *dificuldade na relação* com outras instituições certificadoras em estabelecer a reciprocidade de processos distintos revela-nos, apesar da falta de debate sobre o assunto, algumas possíveis explicações. A primeira delas é a dúvida quanto à credibilidade do processo. A segunda refere-se à ausência do volume costumeiro de documentos exigidos. Uma terceira explicação diz respeito ao fato de que a certificação consiste numa prestação de serviços que pode dar bons retornos às certificadoras. Uma quarta razão pode vir à tona diante da incapacidade de compreender que diferentes realidades culturais, organizacionais e até mesmo ambientais podem demandar processos diferenciados de geração de credibilidade.

Já o *mercado de grande escala*, representado pelos supermercados e pela exportação, vem a reboque dos desentendimentos entre as certificadoras. Algumas destas espalham informações distorcidas, afirmando que somente elas estão credenciadas a emitir certificados de qualidade. Na verdade, o processo de credenciamento brasileiro ainda não está concluído, pois oficialmente nenhuma entidade certificadora está legalmente constituída para atuação no Território Nacional. O que está em vigor é a legitimidade construída ao longo dos anos de desenvolvimento da agroecologia e de processos de certificação no Brasil.

Com relação aos *processos de exportação*, a questão é ainda mais delicada. Isto ocorre porque a possibilidade de intervenção na elaboração das leis e das normas acerca da certificação e da circulação de mercadorias é pequena. Os países em desenvolvimento têm dificuldades em participar das definições da legislação internacional. Assim, os países desenvolvidos definem suas normas e os interessados em acessar seus mercados devem seguir as orientações, independentemente das suas realidades internas. Tudo passa a ser uma questão de mercado, onde quem compra define as regras.

Desafios internos

Vários são os desafios que se põem frente ao processo desenvolvido pela Rede Ecovida de Agroecologia. *O principal deles é o de organização de base.* Se houver organização dos agricultores e dos consumidores, estes serão capazes de consolidar o processo em curso. A Rede será fortalecida e poderá apresentar resultados cada vez mais consistente; propondo para a sociedade uma nova forma de entender e praticar a agroecologia, a certificação participativa em que mostra como uma consequência desta ação coletiva. A cidadania construída através da produção e consumo de produtos, cuja produção respeita a terra e as pessoas, mostra que o processo vai muito além de questões meramente mercadológicas.

Do ponto de vista *estrutural*, a realização e implementação de projetos que apóiem recursos financeiros para a organização dos núcleos regionais, das organizações de agricultores e de consumidores e de apoio à conversão de sistemas produtivos têm se mostrado como um caminho promissor. Alguns projetos em curso servem de exemplo: Projeto Pampa, no Rio Grande do Sul, projeto *certificação participativa em rede: um processo de certificação adequado à agricultura familiar ecológica no Sul do Brasil* - financiado pelo CNPq, e o projeto de consolidação da Rede Ecovida com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Neste sentido, a possibilidade de haver mais organizações articuladas em rede pode dar um novo dinamismo ao processo desenvolvido pela Ecovida.

A partir da consolidação do trabalho, outro desafio que se apresenta é o de *inclusão de um maior número de iniciativas* em agroecologia, sejam elas de produção, processamento, comercialização, consumo ou assessoria.

É fato que o processo de certificação participativa em rede deve ser aperfeiçoado. Por se tratar de algo novo, ele carrega consigo algumas dificuldades ou limitações. A capacitação de todos os participantes do processo no núcleo regional (agricultores, consumidores e técnicos) torna-se fundamental, pois o adjetivo *participativo* traz consigo um peso de responsabilidade e não um jogo de “empurra-empurra!” Por este motivo, a construção e aplicação das normas e procedimentos acordados na Rede Ecovida e nos núcleos regionais devem ser objeto constante de

aperfeiçoamento e adequação. Isto permitirá a constante evolução do processo e aumento da credibilidade.

Desafios externos

A aprovação da lei nº 10.831, de 23/12/03, que trata da agricultura orgânica e da certificação, está permitindo o delineamento de novos horizontes. O conteúdo desta lei respeita as diversas iniciativas em curso no País, pois é resultado de um trabalho árduo realizado por diversas organizações congregadas em torno do GAO – Grupo de Agricultura Orgânica, formado a partir do ENA – Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em 2002 no Rio de Janeiro. O GAO tem a tarefa de construir, junto com o Governo Federal, a normatização da produção orgânica brasileira. A lei nº 10.831 prevê a possibilidade de sistemas distintos de certificação, além da não-obrigatoriedade da certificação em casos de comercialização direta de agricultores aos consumidores.

Assim, o primeiro desafio colocado é o de *caracterizar* a Certificação Participativa em Rede e inseri-la na regulamentação da lei. Para tanto, está se construindo no País, através de oficinas regionais e locais, o consenso nacional da CPR, a partir da experiência da Rede Ecovida no Sul e da ACS – Associação de Certificação Socioparticipativa na Amazônia. Este processo tem se mostrado rico, pois se percebe a demanda concreta das bases por um sistema mais adequado à produção familiar. Esta realidade não está restrita ao Brasil. Em abril de 2004, foi realizado no Rio Grande do Sul o Seminário Internacional de Certificação Alternativa, evento que contou com a participação de 38 organizações de 21 países. Este seminário apontou que existe uma clara necessidade de se buscar opções de certificação mais adaptadas econômica, social e culturalmente às diferentes realidades dos pequenos produtores de todo o mundo do que a certificação hoje conhecida como de terceira parte.

O debate travado em torno da certificação pode gerar um momento reflexivo e avaliativo de como está a prática da agroecologia no Brasil. Este momento permitirá um resgate dos princípios da agroecologia e de seus desdobramentos. Um destes desdobramentos refere-se à comercialização dos produtos orgânicos. Será que o caminho assinalado pelas grandes redes de supermercados, pela exportação e pelo preço altamente

diferenciado, pela ocupação de um nicho de mercado, estará, de fato, sintonizado com o caminho de uma transformação mais abrangente da base social e ecológica de nossa agricultura preconizada pela agroecologia? Segundo Meirelles (2002), a construção de um mercado alternativo de produtos orgânicos faz-se necessária através da criação de espaços de circulação de mercadorias que busquem a inclusão social e o benefício de todos os participantes, pautados por valores como transparência, solidariedade, complementaridade e integração entre produtor e consumidor.

Por fim, cabe mencionar o desafio que a Rede Ecovida de Agroecologia tem no cenário nacional. Entendemos que os agricultores familiares e agroextrativistas organizados representam não somente a base da Rede, como o principal segmento que deve ser apoiado pelos governos e pelas políticas públicas nos mais diversos níveis. A Rede Ecovida apresenta um grande acúmulo de experiências em agroecologia que podem e devem ser multiplicadas. Aliados ao compromisso com a agricultura familiar, estes fatores podem contribuir significativamente na transformação da realidade agrícola e rural da região Sul e, quem sabe, do Brasil.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, S.G. de; CORDEIRO, A.; PETERSEN, P. *Crise sócio-ambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

ALTIERI, M. *Palestra em aula*. Florianópolis, novembro de 2001.

DESER, Boletim do. *Normatização de produtos orgânicos no Brasil*. Instrução Normativa nº 007/99 de 17 de maio de 1999, Curitiba, agosto de 1999, nº 104.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06. Ministério da Agricultura. Janeiro de 2002.

MANUAL DE CERTIFICAÇÃO: *normas de produção, regulamentos, contratos, formulários e estatutos*. São Paulo: Associação de Agricultura Orgânica (AAO), 1998. 64p.

MEIRELLES, Laércio R. *Comercialização e Certificação de Produtos Agroecológicos*. Texto produzido para o Encontro Nacional de Agroecologia, Rio de Janeiro, julho de 2002.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. *Normas de Organização e Funcionamento*. Lages, maio de 2000. 12p.

_____. *Diretrizes para Obtenção da Qualidade Agroecológica*. Florianópolis, out 2001. 18p.

SANTOS, L.C.R. *A Certificação sob os Pontos de Vista Teórico, Técnico e de Relação com a Sociedade*. Apontamentos para subsidiar a discussão do Painel: As Necessidades e Limites dos Processos de Certificação no Seminário de Comércio Justo e Solidário em São Paulo. Florianópolis, junho de 2002.

_____. *A certificação participativa de produtos ecológicos desenvolvida pela Rede Ecovida de Agroecologia – limites e desafios*. Florianópolis, 2002. 28p. Monografia (especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. *Formação e consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia e sua experiência de certificação participativa*. In: Comércio ético e solidário no Brasil. França, C.L. de (org). São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES, dez 2003, pp.125-134.

_____. (coord.); FONSECA, M.F. *Construindo a certificação participativa em rede no Brasil: cartilha para subsidiar as oficinas locais*. Florianópolis: Grupo de Agricultura Orgânica, 2004.

_____. (coord.); OLIVEIRA, D. *Caderno de formação em certificação participativa*. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

Implementação de uma Política Pública de Promoção de Agroecologia no Espírito Santo como Estratégia de Desenvolvimento Local Sustentável: a Contribuição da Cooperação Alemã

Projeto Desenvolvimento Local Sustentável Espírito Santo GTZ/GFA

0 Espírito Santo: visão geral

O Estado do Espírito Santo tem uma área total de 46.184,1 km², e uma população de 3.097.232 habitantes, sendo que 634.183 se encontram no meio rural. A capital do Estado é a cidade de Vitória, que junto com as cidades de Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana e Guarapari formam a Região Metropolitana de Vitória, que concentra 1.425.587 de habitantes. Tem sua economia baseada na indústria siderúrgica, petrolífera e de celulose, mineração de granito e mármore e na agropecuária. Detém um grande complexo portuário, com 7 portos ao longo de sua costa, concentrados na Região Metropolitana de Vitória.



Atualmente conta com 78 municípios, distribuídos em 12 microrregiões geográficas, reunidas em 4 mesorregiões geográficas - Noroeste, Litoral Norte, Central e Sul - com três grandes regiões de relevo - Litoral, Tabuleiros e Área Elevada do Interior - que determinam, juntamente com outros fatores, a diversidade dos solos do Estado. Dentro de uma estratégia de desenvolvimento territorial, em 2003 foram definidos 12 territórios, dos quais dois - Caparaó e Colatina- já estão constituídos e recebendo recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA.

A vegetação presente no Espírito Santo é representada por cinco tipos diferentes de formações vegetais do bioma da Mata Atlântica e de seus ecossistemas associados: a floresta ombrófila densa, a floresta estacional semidecidual, a floresta ombrófila aberta, as áreas com influência fluvial ou fluviomarinha e áreas com influência marinha – restingas.

O clima do Espírito Santo é classificado como tropical subquente e semi-úmido, com uma temperatura média anual em torno de 26°C e precipitação entre 800 e 2.000 mm anuais. No Estado são registrados fenômenos de déficit hídrico de longa data, sendo que atualmente cerca de 68 % do Estado apresentam um déficit hídrico anual de no mínimo 200 mm; no entanto, este problema vem tomando maiores dimensões recentemente, acarretando redução da vazão mínima dos principais rios capixabas, diminuição da produtividade na agricultura e pecuária, além de incidir fortemente na economia regional, aumentando o desemprego e reduzindo os ingressos financeiros. O aumento do uso da água para a irrigação e drenagens de várzeas certamente contribui neste processo, mas o principal fator diagnosticado é a degradação do solo e a remoção da cobertura florestal, acarretando na diminuição da capacidade de retenção da água do solo e, conseqüentemente, reabastecimento do lençol

freático, bem como no assoreamento de nascentes e cursos de água. Tal situação levou no ano de 1998 à inclusão de 27 municípios do norte do Estado na área de abrangência da SUDENE.

O meio rural do Estado do Espírito Santo pode ser caracterizado como predominantemente da agricultura familiar. O número total de estabelecimentos rurais no Estado é de 73.288, abrangendo uma área geográfica de 46.098,77 km² e um valor bruto de produção igual a R\$ 1.082.501.367,00, segundo dados do IBGE, 1995/1996. Com base em critérios do PRONAF, 56.744 dessas propriedades (77%) são consideradas da agricultura familiar e ocupando uma área geográfica de 14.060 km² (31%), o que representa, em média, 24,78 ha para cada propriedade. O valor bruto anual da produção agropecuária proveniente da agricultura familiar corresponde a R\$ 388.280.000,00 .

A agricultura familiar é responsável ainda por 60% da área plantada e 65% do valor da produção das culturas temporárias, além de empregar 70% da força de trabalho fixada pela agricultura. No caso do café, principal cultura agrícola do Estado, a agricultura familiar responde por 58% da produção, que é responsável por 70% da sua renda familiar. Além, portanto, da sua importância social, a agricultura familiar ocupa destacado papel econômico no Estado.¹

Área em Uso Agrícola e sua Participação na Produção do Estado do Espírito Santo

Atividade	Área ha	Percentual sobre a área agrícola produtiva
Café	550.000	11,91
Pastagem/Produção Animal	1.821.069	39,43
Fruticultura	65.000	1,41
Olericultura	9.530	0,21
Culturas Alimentares Temporárias	118.600	2,57
Culturas Diversas	68.666	1,49
Florestas Plantadas (eucalipto)	189.600	4,11
Área em pousio	320.450	6,94
Outros	1.475.496	31,95
Total	4.618.411	100,00

Fonte: adaptado de PEDEAG 2003

Histórico - da agricultura alternativa à agroecologia como opção para o desenvolvimento sustentável

Pode-se considerar a década de 1980 como um marco para o início da agricultura orgânica no Estado do Espírito Santo. A participação da sociedade civil e algumas ações governamentais foram instrumentos importantes para que a discussão e realização de ações hoje caracterizadas como de agricultura orgânica conquistassem seu espaço no Estado.

A participação de um grupo de técnicos e agricultores no Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa de 1986, a vinda do Projeto de Tecnologias Alternativas-PTA da ONG FASE (mais tarde denominada de APTA), a criação dos CEIERS (centros estaduais integrados de educação rural) através de uma parceria da Secretaria Estadual de Agricultura-SEAG, Secretaria Estadual de Educação-SEDU e Prefeituras Municipais de Águia Branca, Boa Esperança e Nova Venécia (Vila Pavão, após sua emancipação política), as experiências do Centro Natural Augusto Ruschi- “Hortão” de Cachoeiro de Itapemirim foram algumas das iniciativas que deram apoio ao surgimento e desenvolvimento da agricultura orgânica no Espírito Santo.

O movimento de agricultura orgânica, iniciado no Estado nesta época, era realizado pelo que se denominava informalmente “rede de agricultura alternativa²”, formada por instituições não governamentais como a APTA, CIER, Grupo Kapi’xawa (Grupo de Estudantes da Faculdade de Agronomia de Alegre -UFES), Projetos da Igreja Luterana (Associação Diacônica Luterana, Projeto Guandu e mais recentemente os Projeto Denes e BASES), Pastoral da Terra da Igreja Católica (CPT), associações de agricultores, sindicatos dos trabalhadores rurais (STR) do norte do Estado e algumas escolas famílias agrícolas-EFA. Esta rede de agricultura alternativa foi apoiada desde meados dos anos 1980 com recursos humanos e financeiros da cooperação alemã, através do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social-SACTES (atualmente DED) e pela Central Protestante de Desenvolvimento-EZE (atualmente EED).

1 Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba - Agricultura Familiar, INCAPER, Vitória, maio de 2003

2 **Agricultura alternativa** é um movimento que surge no final dos anos 1970 e se contrapõe à revolução verde, preconizando uma agricultura de baixos insumos, sem agrotóxicos, baseada em princípios ecológicos e com adequação social. No Brasil, ganha destaque no início dos anos 1980, quando são realizados diversos encontros nacionais “EBAA’s” e com o surgimento do “Projeto Tecnologias Alternativas”, da ONG FASE.

Deve-se destacar também o pioneirismo de grupos de agricultores na implantação de sistemas agroecológicos, preocupados com os casos de intoxicação por agrotóxicos utilizados nas lavouras, sobretudo os produtores de hortaliças da região Centro-serrana. Ao aprofundar-se este histórico, é importante que não se omitam personagens e instituições com papel relevante neste período, como é o caso do trabalho da APSAD-Vida (Associação dos Produtores Santamarienses em Defesa da Vida), pioneiro na produção comercial de alimentos orgânicos por agricultores familiares do Espírito Santo, atuante desde 1986 e constituída formalmente em 1989.

A formação do consórcio Santa Maria-Jucu, alertando para os problemas de poluição dos mananciais que abastecem a grande Vitória, em grande parte causada pelos agrotóxicos aplicados na produção de olerícolas na região serrana, também contribuiu para que iniciasse um repensar do padrão agrícola adotado.

Quanto ao trabalho realizado por instituições governamentais, a criação dos CEIER's a partir de 1982 contribuiu para a experimentação em agricultura alternativa com a participação de alunos, pais e professores. A EMCAPA (atualmente INCAPER) iniciou em 1990 os primeiros trabalhos de pesquisa em Olericultura Orgânica, no Centro Regional de Desenvolvimento Rural Centro-Serrano, através da implantação de um Sistema Integrado de Pesquisa em Agricultura Orgânica, o que resultou numa importante contribuição para o desenvolvimento da agricultura orgânica capixaba. É neste cenário que o INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural vem atuando, através do trabalho de pesquisadores e extensionistas comprometidos com a agricultura orgânica.^{3/4}

3 **Agricultura orgânica** é uma forma de produção que vem sendo propagada desde início do século XX e que tem a sua regulamentação no Brasil através da Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente orgânico de produção agropecuária ou industrial. O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei. In: Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, www.planetaorganico.com.br/lei23dez_03.htm

4 *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba* - Agricultura Orgânica, INCAPER, Vitória, junho de 2003.

Em relação ao envolvimento do poder público deve-se salientar que diversas prefeituras no Estado foram sensibilizadas e estão apoiando a agricultura orgânica. Destaca-se nesse sentido a Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jequitibá, que em 2003 recebeu do SEBRAE-ES o prêmio de “Prefeito Empreendedor do Ano”, em função do trabalho de apoio à agricultura orgânica desenvolvido no Município e no Estado.

O cenário de instituições envolvidas na cadeia produtiva dos orgânicos e os circuitos de comercialização foram se modificando, culminando com a criação de uma certificadora estadual: a Associação de Certificação de Produtos Orgânicos do Espírito Santo: a Chão Vivo. A partir de uma articulação do Fórum de Agricultura Familiar, a CHÃO VIVO é criada oficialmente em 16 de novembro de 1999, como uma entidade sem fins lucrativos, com sede em Santa Maria de Jetibá. Atualmente tem 149 propriedades certificadas e em conversão, tendo atuação no Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Além disso no Estado ainda existem propriedades certificadas pela AAO e IBD.⁵

Restrita durante muito tempo quase que à produção de olerícolas por agricultores da região Centro-Serrana, especialmente os de Santa Maria de Jetibá, a agricultura orgânica, nos últimos anos, vem contando com iniciativas de produção em vários locais do Estado, no sentido de ofertar um leque mais variado de produtos orgânicos ao mercado. Podemos destacar a conversão de sistemas de produção de café conilon e arábica e frutas tropicais nos últimos anos. Atualmente existem diversas experiências agroecológicas presentes em 42 dos 78 municípios do Espírito Santo. Segundo estimativas, a produção agroecológica, orgânica e em conversão totaliza 1,5 % da área agrícola do estado.⁶

Nesses quase 20 anos, o movimento que surge a partir da “agricultura alternativa” ganha reconhecimento através da base científica da agroecologia, que estabelece as bases para a construção de estilos de agricultura sustentável e de estratégias de desenvolvimento rural susten-

5 *Curriculum Chão Vivo*, mimeo., Santa Maria Jetibá, 2004

6 *Pesquisa da Cadeia de Produção e Comercialização de Café Arábica Proveniente da Agricultura Familiar do Estado do Espírito Santo*, Ruralter, GTZ/GFA, Vitória, Fevereiro 2004.

tável. Miguel Altieri, para quem a agroecologia⁷ constitui um enfoque teórico e metodológico que, lançando mão de diversas disciplinas científicas, que reúne vários campos de conhecimento, pretende estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica, foi, entre outros, quem influenciou fortemente esse processo no Brasil e também no Espírito Santo.⁸

À medida que a sociedade estabelece uma relação direta entre saúde e qualidade da alimentação, cresce a demanda de produtos orgânicos. Assim a abertura e o crescimento constante do mercado para os produtos orgânicos vem a fortalecer as iniciativas agroecológicas.⁹

Um outro fator que vem a fortalecer a agroecologia é a reorientação, por parte do Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA, da política de assistência técnica e extensão rural, enfocada na busca do desenvolvimento sustentável, que a produção seja compatibilizada com a conservação e preservação ambiental mediante opções tecnológicas e institucionais que respeitem simultaneamente as imposições ecológicas e econômicas.

Agroecologia: o desafio de sair do “demonstrativo” para se tornar política pública de desenvolvimento local sustentável

Os dados ora apresentados sobre a agricultura familiar do Espírito Santo mostram a importância socioeconômica da agricultura familiar para o Estado; contudo, a persistirem os problemas existentes no setor a tendência é de agravamento da situação num futuro próximo. Portanto,

7 O termo “Agroecologia” deixa de ser compreendido como uma disciplina científica que estuda os agroecossistemas, ou seja, as relações ecológicas que ocorrem em um sistema agrícola, para tornar-se mais uma prática agrícola propriamente dita, ou ainda um guarda-chuva conceitual que permite abrigar várias tendências alternativas. Globalmente, pode-se dizer que a agroecologia (incluindo todas as suas correntes: orgânica, biodinâmica, natural, ecológica, permacultura) emerge como uma nova visão de mundo (chamada no meio acadêmico de “paradigma”), que eleva a agricultura a um novo patamar, que supõe uma diferenciação social. O recurso às tecnologias sustentáveis passa por um investimento em equipamentos e técnicas específicas e por um acesso privilegiado à informação. In: *História da Agricultura Orgânica*, www.planetaorganico.com.br/histaorg3.htm.

8 Caporal, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio, *Agroecologia: Enfoque Científico e Estratégico para Apoiar o Desenvolvimento Rural Sustentável*, Série Programa de Formação Técnico-Social da EMATER/RS, Sustentabilidade e Cidadania, texto 5, 2002.

9 *Agricultura Orgânica Familiar do Espírito Santo: Uma atividade que já virou tradição*, folder SEAG-ES/INCAPER/FAF/PRORENDA, 2003.

mudanças bem amplas são necessárias, como por exemplo a pesquisa em tecnologias apropriadas, o aumento da consciência com a preservação ambiental e outras. Associado a isso, problemas ambientais como a degradação de solo e dos recursos hídricos podem comprometer a base produtiva.

Nesse contexto, a agricultura familiar configura-se como segmento indissociável do desenvolvimento local. Consolidar esse segmento passa a ser uma questão estratégica central, em virtude de sua capacidade de geração de emprego, renda e alimentos, além de fator determinante para o resgate da cidadania da população que vive no meio rural.

Da mesma forma, é fundamental que as políticas públicas que originam estas mudanças levem em consideração a diversidade de situações verificadas no campo e pequenas cidades, as quais diferem enormemente em termos sociais, econômicos e políticos. Para isso, é necessário definir estratégias diferenciadas e desencadear ações específicas, de modo a assegurar que o desenvolvimento dessas regiões ocorra de forma equilibrada, no sentido da promoção do bem-estar coletivo.

Para a Secretaria da Agricultura do Estado do Espírito Santo, que elaborou o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba -PEDEAG, o cenário desejável que a agricultura familiar capixaba espera alcançar, dentro de um horizonte de tendências nos próximos 10 anos, é de uma agricultura com as seguintes características:

- capaz de assegurar qualidade de vida e cidadania aos que preferam habitar e/ou trabalhar fora das aglomerações metropolitanas e demais centros urbanos;
- uma numerosa base social de agricultores familiares adotando tecnologias capazes de engendrar simultaneamente o aumento de produtividade e a conservação dos ecossistemas;
- capaz de criar opções de trabalho, principalmente, para os jovens rurais, que têm migrado para as grandes cidades trazendo-os de volta à terra natal para reiniciar suas vidas na propriedade rural paterna a partir da montagem de novos negócios nas proximidades;
- fornecedora de alimentos e outros produtos e serviços de qualidade e valor que atendam as novas exigências de mercado, quer seja, interno ou/e externo;

- plena consciência quanto à prática da agroecologia em todas as atividades agropecuárias e florestais;¹⁰

Para viabilizar este cenário, está em curso, por parte da SEAG, uma reestruturação do Serviço de Assistência Técnica e Extensão-ATER no Estado, que vai ao encontro das propostas formuladas na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão, implementada pelo MDA.

Segundo essa política, o objetivo geral da ATER é estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da agroecologia como eixo orientador das ações.¹¹

Fica evidente assim, que há uma grande concordância entre as esferas governamentais federais e estaduais em relação aos rumos que devem ser traçados para a agricultura familiar e o papel de destaque que a agroecologia tem nesse processo. Por sua vez, isso vem ao encontro do processo de promoção da agroecologia e do movimento de fortalecimento da agricultura familiar, que ocorreu nos últimos anos no Estado.

Diante deste quadro, o desafio é: como sair do nível das experiências demonstrativas para uma agroecologia amplamente aceita, incorporada e implementada, tanto por parte dos agricultores como dos técnicos? Como promover o que está se chamando de “transição agroecológica” ou de “modernização ecológica da agricultura brasileira”?¹²

É justamente neste contexto que o Projeto Desenvolvimento Local Sustentável-Espírito Santo atua desde 2000 e desenvolve estratégias e ações para contribuir nessa transição e consolidação agroecológica voltada para o desenvolvimento local.

A partir de uma articulação entre APTA e INCAPER, no final dos anos 1990, surgiu a proposta do Pro-renda Rural Espírito Santo (atual Projeto DLS,) que iniciou suas atividades em 2000. Trata-se de uma cooperação entre a SEAG, através do INCAPER e a GTZ (Cooperação

10 *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba* - Agricultura Familiar, INCAPER, Vitória, maio de 2003.

11 *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão* - MDA/SAF, apresentação PowerPoint, Brasília, maio 2004.

12 MARTINS BARBOSA, Eduardo, *Estratégias de Desenvolvimento Local com Enfoque Agroecológico*, Encontro Nacional de Agroecologia, Rio de Janeiro, maio de 2002, in: www.encontroagroecologia.org.br.

Técnica Alemã), cuja primeira fase foi executada de outubro de 2000 a setembro de 2003, com o nome de Pro-renda Rural-Espírito Santo e atualmente se encontra na 2ª fase prevista de outubro de 2003 a dezembro de 2006, com a denominação de Projeto Desenvolvimento Local Sustentável-Espírito Santo. Este projeto está integrado ao Programa de Desenvolvimento Regional no Nordeste para o Combate à Pobreza da GTZ.

Em sua primeira fase de atuação, o PRO-RENDAS - ES teve como objetivo “a população rural de baixa renda e instituições prestadoras de serviços nas áreas piloto do projeto desenvolvendo seu potencial para incremento sustentável da produção e da renda”. Assim sendo, o foco de atuação do Projeto foi colocado, de forma prioritária, em oito municípios no Estado, que funcionaram como áreas-piloto. Nas áreas, funcionaram equipes locais compostas por funcionários do INCAPER e das ONGs parceiras atuantes na região.

Neste período inicial, o projeto alcançou avanços qualitativos importantes, entre os quais se destacam a promoção da agricultura agroecológica, incluindo o suporte ao sistema de certificação de produtos orgânicos, o fortalecimento institucional na área de educação diferenciada rural e a participação voltada ao desenvolvimento local. A gestão participativa do projeto, com coordenadores(as) por parte do INCAPER, da GTZ e da sociedade civil, esta foi escolhida a partir do Fórum da Agricultura Familiar, e avaliada como uma fortaleza importante do projeto. Os avanços qualitativos, as condições propícias por parte do governo e o interesse das ONG's em participar ativamente dessa parceria com o Estado foram determinantes para a continuidade do projeto.

Para a segunda fase, foi definido que o foco de atuação do Projeto fosse alterado, abandonando a ênfase nas áreas-pilotos (municípios) e se buscase uma atuação de abrangência regional e estadual. Isso significou, ao mesmo tempo, que o Projeto deixasse de privilegiar as ações diretas nos municípios-piloto e passasse a assumir, muito mais, um papel de articulação de entidades governamentais e não governamentais na realização de ações diretas ou de políticas públicas de interesse para a agricultura familiar nas temáticas contempladas pelas linhas de atuação do Projeto e que alcançassem uma abrangência regional e/ou estadual. Com isso, o Projeto orientou-se em sua nova fase, na direção de priorizar

atividades nas seguintes temáticas, que tenham um efeito multiplicador muito mais amplo do que na fase-piloto:¹³

- **agroecologia**, com o objetivo de - construção de políticas públicas e consolidação de processos de produção e de comercialização agroecológica para a agricultura familiar;
- **conselhos e desenvolvimento territorial**, com o objetivo de - “capacitar agentes de desenvolvimento local e assessorar na elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento territorial”;
- **parcerias ambientais**, com o objetivo de - “articular e integrar estratégias de promoção da agroecologia e do desenvolvimento territorial nos projetos de manejo e conservação dos recursos naturais (Combate à Desertificação e Convivência à Seca e Corredores Ecológicos)”;
- **educação do campo - gênero e geração**, com os objetivos de - “contribuir na formulação, fortalecimento e difusão de experiências de Educação do Campo” e “Construir um processo de debates e de ações sobre gênero e geração nos segmentos organizados do campo, fortalecendo a participação das mulheres e jovens”;¹⁴

Cada uma dessas linhas temáticas é coordenada por uma representação governamental e não governamental, respectivamente, que, junto com a Coordenação Geral, apóiam e monitoram as atividades planejadas.

Nessa segunda fase, atualmente executada pela empresa de consultoria alemã GFA, a serviço da GTZ, a abordagem do projeto enfoca o desenvolvimento local como uma “metodologia para promover o desenvolvimento sustentável por meio da participação multissetorial de diversos agentes, governamentais, sociais e empresariais, no planejamento, na execução, no monitoramento e na avaliação de ações integradas e convergentes em localidades determinadas”.

Nesse sentido, há a compreensão de que todo desenvolvimento é local, porque ocorre em algum território. O conceito de “local” não se

13 DELGADO, Nelson Giordano e DUCHROW, Anselm, *Missão de Apoio ao Planejamento do Projeto “Desenvolvimento Local Sustentável: PRO-RENTA Espírito Santo”* -Relatório Final, SEAG-ES, GTZ, Vitória, Abril de 2003.

14 SCHMIDT, Hans Christian, *Projeto Desenvolvimento Local Sustentável Espírito Santo*, GTZ/GFA, apresentação PowerPoint, maio 2004.

confunde com o conceito de “município”, como querem alguns. No debate sobre a temática do desenvolvimento, o conceito de “local” surge em relação com o conceito de “global”, seja numa relação de oposição, seja num vínculo de integração, soberano ou subordinado, do local no global. Assim, o “local” pode ser definido como qualquer porção territorial que se distingue a partir de determinados elementos de identidade, critério de escolha do “sujeito” que desenha o território.

Não há, porém, como promover o desenvolvimento sem estimular o protagonismo local. Isso implica alterar as condições que possibilitaram a concentração do conhecimento, do poder e da riqueza, gerando, como conseqüência, pobreza e exclusão social. Portanto, promover o desenvolvimento significa promover mudanças - políticas, econômicas e sociais - e para isso é necessário que haja agentes, técnicos e instituições qualificadas e fortalecidas.

O protagonismo local é o fenômeno pelo qual os agentes locais se reconhecem como sujeitos do seu próprio destino. Tornam-se atores sociais. Logo, trata-se de um processo de empoderamento, de ampliação da esfera pública, de transformação nas relações entre sociedade, mercado e Estado.¹⁵

O desenvolvimento do território depende da construção e multiplicação das redes de atores locais, de cidadãos, de protagonistas das mudanças políticas, econômicas e sociais. As redes locais devem buscar conectar os atores mais importantes para o planejamento e a gestão do desenvolvimento territorial: empresários, líderes comunitários, líderes das organizações da sociedade civil; representantes políticos em todos os níveis, representantes de instituições públicas e privadas que interferem nas políticas de desenvolvimento (agências de fomento, bancos, órgãos públicos etc.).¹⁶

O importante é que uma agenda de ações focada no desenvolvimento local deverá ter como objetivo principal o fomento ao empreendedorismo e o incremento do protagonismo local, ou seja, a constituição e o fortalecimento das redes de atores locais capazes de liderar o processo de

15 DE PAULA, Juarez, *Todo processo de desenvolvimento é uma experiência de aprendizado*, SEBRAE Nacional.

16 COELHO, Franklin, *Desenvolvimento Econômico Local no Brasil: as experiências recentes num contexto de descentralização*, CEPAL/GTZ, Santiago, Chile, 2000.

mudanças. Trata-se, portanto, de implementar ações que busquem induzir ou promover a emergência de atores sociais aptos a protagonizarem as mudanças políticas, econômicas e sociais que vão deflagrar um desenvolvimento endógeno e sustentável.¹⁷



O processo de participação, articulação e construção de parcerias sempre foi um elemento estratégico, desde o início do projeto. Diversas entidades parceiras governamentais e não governamentais têm papel na gestão do projeto e na promoção da agricultura familiar e agroecologia. Esse processo está sendo ampliado e intensificado nessa segunda fase, incorporando novos atores governamentais, privados e da sociedade civil, com um enfoque de construção de alianças estratégicas para o desenvolvimento local. Está sendo construída uma rede estadual agroecológica, que incorpora as famílias rurais e as entidades envolvidas na promoção do desenvolvimento sustentável.

17 PAULA, Juarez de, Todo processo de desenvolvimento é uma experiência de aprendizado, SEBRAE Nacional.

Para concretizar este processo, o projeto DLS realiza ações como:

- identificação, sensibilização, mobilização e organização dos atores locais;
- fortalecimento do capital humano (desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e competências das pessoas);
- fortalecimento do capital social (desenvolvimento dos níveis de confiança, cooperação, organização e participação social);
- promoção da cultura de cooperação (reciprocidade, cooperativismo, associativismo) e do empreendedorismo (plano de negócio);
- capacitação de técnicos e lideranças e mobilização de saberes locais;
- capacitação para o planejamento participativo e a gestão compartilhada do desenvolvimento local dentro de uma visão compartilhada de futuro e a partir de potencialidades, vocações e oportunidades; e
- capacitação em elaboração, negociação e gestão de projetos.

Para o projeto DLS, isto significa centrar esforços na elaboração de uma agenda de desenvolvimento rural (territorial) focada na agricultura familiar, tendo como referência a agroecologia. A implementação de processos mesmo que lenta e gradativa dessa agenda é o principal elemento de acúmulo de experiência, capaz de ser posteriormente traduzida em propostas de políticas públicas para negociação e implementação junto ao poder local. É sabido que o trabalho de desenvolvimento local, fortalecendo os processos endógenos, é uma prática nova, um aprendizado que reeduca e por isso muitas vezes é um processo lento de superação de hábitos, métodos e perspectivas que cercam os diversos atores envolvidos.¹⁸

Para a viabilização do funcionamento de redes, a circulação de informação, gestão de conhecimento e o intercâmbio têm papel essencial.¹⁹ O projeto desenvolve ações específicas para isso, como a elaboração de um informativo periódico, o desenvolvimento de uma *home-page*, realização e diagnósticos e eventos de intercâmbio de experiências.

18 MARTINS BARBOSA, Eduardo, *Estratégias de Desenvolvimento Local com Enfoque Agroecológico*, Encontro Nacional de Agroecologia, Rio de Janeiro, maio de 2002, in: www.encontroagroecologia.org.br.

19 WHITAKER, Francisco, *Rede: Uma Estrutura Alternativa de Organização*.

No âmbito da capacitação, o projeto desenvolve de forma modular diversos cursos: agroecologia, agentes de desenvolvimento local (territorial) e empreendedorismo. O curso de agroecologia, voltado para técnicos de entidades governamentais e não governamentais atuantes na assistência técnica e extensão, repassa conteúdo sobre conceitos e técnicas agroecológicas e de metodologias que promovam o técnico como facilitador de processos. O curso de de agentes de desenvolvimento local (territorial), direcionado a técnicos e lideranças, visa a promover a capacitação de 25 agentes multiplicadores que atuam em atividades de qualificação e acompanhamento técnico aos conselhos territoriais e municipais de desenvolvimento rural sustentável e em outras organizações ligadas ao desenvolvimento local.

Para a consolidação e difusão da agroecologia, a viabilização econômica das unidades de produção e maior integração da agricultura familiar no mercado são de fundamental importância. O fortalecimento das organizações da agricultura familiar através do desenvolvimento de habilidades empreendedoras, da melhoria da capacidade da gestão das lideranças, significa um grande desafio. Um curso de empreendedorismo, que está sendo desenvolvido, voltado para lideranças de associações e técnicos de uma articulação de café agroecológico e orgânico, vem ao encontro desse desafio. Com base na metodologia CEFE (Competências Econômicas e Formação de Empreendedores), utiliza um sistema orientado para a ação e métodos de aprendizagem vivenciais, a fim de desenvolver e melhorar a gestão de empreendimentos e as competências pessoais no terreno da geração de renda, emprego e desenvolvimento econômico.²⁰

Uma nova estratégia incorporada pelo Projeto voltada ao desenvolvimento econômico local é da parceria pública privada-PPP. O objetivo da PPP é a realização de projetos que, ao mesmo tempo, fazem sentido tanto sob o ponto de vista da política de desenvolvimento como na perspectiva empresarial. Assim, através de investimentos da parte privada e pública, busca-se viabilizar atividades conjuntas, aproveitando sinergias para alcançar maior desenvolvimento dos objetivos comuns dos dois setores de maneira mais eficiente e sustentável.

20 SCHMIDT, Hans Christian, *Metodologia CEFE: Uma abordagem de ação e aprendizagem vivencial para trabalhar a produção e o mercado*, mimeo. Curso de Formação de uma Rede de Agentes de Desenvolvimento Local na Amazônia, Módulo IV, Projeto DLS Pará Seagri-PA/GTZ/GFA, Novembro 2003.

Essa estratégia se diferencia da concepção clássica de PPP normalmente usada, que é a do setor privado assumindo investimentos que tradicionalmente estavam restritos ao setor público, principalmente em projetos de infra-estrutura, e tendo alguma forma de remuneração posterior para o retorno do investimento.²¹ A concepção usada se aproxima mais do que tradicionalmente é definido como responsabilidade social, o entendimento de que ao poder econômico e político de cada organização corresponde uma responsabilidade para com a sociedade.²² Assim sendo, a denominação mais adequada é a de PPP para o Desenvolvimento Sustentável.

Numa fase inicial, esse instrumento foi apresentado às entidades parceiras, sendo definidos os passos necessários para a sua incorporação ao projeto. Em seguida, foram identificadas e contactadas diversas empresas, que apresentaram potencial de cooperação. A definição de critérios e a elaboração de um formulário específico para PPP foram de extrema importância, possibilitando uma análise e avaliação objetiva das propostas, por parte das empresas.²³

Concretamente, estão sendo desenvolvidas parcerias com três empresas locais. Com uma empresa de torrefação de café, está sendo desenvolvido um café orgânico proveniente da agricultura familiar. Com uma empresa de comercialização de produtos orgânicos, estão sendo desenvolvidas ações para o esclarecimento de consumidores a respeito de produtos orgânicos; e, com uma empresa produtora de polpa de fruta, promover a diversificação da produção familiar e de sua capacitação empreendedora. Além disso, está sendo concretizada uma parceria com uma empresa importadora de café alemã na promoção de um projeto de cafeicultura sustentável para o Espírito Santo.

Através da parceria de maior integração da agricultura orgânica familiar no mercado através da BioFach, a parceria público-privada já vem trazendo os primeiros resultados em relação à concretização de negócios e na maior profissionalização dos agricultores. A viabilização

21 LACERDA, Antônio Correa de, PPP-Parcerias Público-Privadas, *Revista Brasil Alemanha*, Ano 12, nº 3, São Paulo, abril de 2004.

22 RICCÓ, Luciana, Ação Social entre Empresas Alemãs, *Revista Brasil Alemanha*, Ano 12, nº 3, São Paulo, abril de 2004.

23 SCHMIDT, Hans Christian, *Parceria Pública Privada – PPP no âmbito do Projeto “Desenvolvimento Local Sustentável”- Espírito Santo*, mimeo., GTZ/GFA, maio 2004.

de um *stand* e a participação de técnicos e lideranças na BioFach Brasil 2003 através do projeto foi essencial para isso. Além disso, foram realizados dois seminários BioFach no Espírito Santo, com o Planeta Orgânico e SEBRAE, um sobre sistema agroflorestal e mercado de café orgânico e outro sobre experiências de comercialização de produtos orgânicos no varejo. O projeto DLS também desenvolve ações integradas com o DED no Nordeste no âmbito do Projeto “Desenvolvimento do Mercado para Alimentos Orgânicos e Produtos Naturais no Nordeste e na Região Norte/Amazonas do Brasil”, uma experiência-piloto PPP do DED com a BioFach.

Importante de destacar neste campo de apoio à comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos é o apoio que o projeto vem dando às iniciativas de feiras, desde a primeira fase. O projeto apoiou a implantação da primeira feira de produtos orgânicos de Vitória, a “Feira do Barro Vermelho”, que recentemente completou dois anos. Trata-se de uma articulação entre produtores familiares rurais com uma associação de moradores de um bairro de Vitória. Essa experiência já é referência no Estado, tendo influenciado a criação de outras feiras semelhantes em diversas cidades do Espírito Santo.

Ao falar de comercialização de produtos orgânicos, tem que ser levada em conta a importância da certificação neste processo. Para dar resposta à ampliação da produção e comercialização de produtos orgânicos no Estado, é criada a certificadora CHÃO VIVO, em 16 de novembro de 1999, como uma entidade sem fins lucrativos, com sede em Santa Maria de Jetibá. Fundada a partir de uma articulação do Fórum de Agricultura Familiar, a Chão Vivo tem na agricultura familiar seu público preferencial e vem recebendo apoio institucional por parte do Projeto DLS desde a primeira fase de execução do projeto.

Além da certificação, a Chão Vivo presta assessoria nas áreas de produção, beneficiamento, comercialização e realiza formação e capacitação de consumidores, comerciantes, técnicos e produtores rurais. Atualmente esta engajado com outras entidades parceiras ligadas ao projeto a viabilizar a certificação participativa no Estado, nos moldes do processo implantado pela entidade Ecovida no sul do País. Atualmente tem 149 propriedades certificadas e em conversão, tendo atuação no Espírito

Santo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.²⁴ Com apoio do projeto DLS, está sendo prevista a viabilização da certificação internacional para a Chão Vivo ao longo deste ano, um passo importante para a conquista de mercado para produtos estratégicos como o café.

O trabalho de fortalecimento da agroecologia e agricultura orgânica desenvolvido pelas diversas entidades com apoio do projeto levaram, no final de 2003, à criação da Gerência da Agricultura Orgânica, por parte da Secretaria de Agricultura do Espírito Santo. As diversas ações que vem sendo desenvolvidas pelo projeto atualmente estão direcionadas para a consolidação dessa Gerência, como estratégia de implementar de fato uma política pública exitosa de promoção à agroecologia e agricultura orgânica no Estado.

Considerações finais

Acredita-se que, por meio da estruturação de redes envolvendo governo, sociedade civil e iniciativa privada, o fortalecimento das organizações da agricultura familiar, da capacitação de técnicos e lideranças e a internalização de metodologias nas entidades de assistência técnica e extensão rural, e da abertura de canais de comercialização, se esteja no rumo certo para a viabilização de uma política pública de desenvolvimento local sustentável baseada na agroecologia.

Considerando, porém, que este processo é recente, ainda existem vários desafios para o projeto e entidades parceiras, para que se possa avaliar de fato que esse processo se encontre consolidado, destacando os pontos a seguir.

Fundamentais são a maior inserção dos produtores ao mercado e a viabilidade econômica dos sistemas de produção. Há a necessidade de serem feitas análises e estudos de viabilidade econômica a partir das experiências; porém estas análises também deveriam levar em conta a valoração ambiental dos sistemas agroecológicos, valorando e dando visibilidade às contribuições desses sistemas em

24 Currículum Chão Vivo, mimeo., Santa Maria Jetibá, 2004.

relação à conservação de solo, recursos hídricos e biodiversidade, bem como aos aspectos sociais.²⁵

Outra questão que precisa ser equacionada relaciona-se ao crédito. É necessário que haja maior acesso a linhas específicas de crédito para a agroecologia e a produção orgânica, que levem em consideração as especificidades deste tipo de produção e seus benefícios diretos e indiretos. Um exemplo claro é a necessidade de crédito, principalmente na fase de conversão do sistema de produção e em investimentos de infraestrutura de beneficiamento e comercialização. Já existem conversas nesse sentido com o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo-BANDES e que estão apontando soluções que vem ao encontro dessas demandas.

Em relação à ATER, é importante investir mais e continuamente na capacitação de técnicos e lideranças em agroecologia, empreendedorismo e metodologias participativas e promover o intercâmbio de experiências e a integração em rede. Também é relevante intensificar a pesquisa sobre agroecologia e produção orgânica, dando maior ênfase à pesquisa participativa. Assim será possível disponibilizar um serviço mais eficiente de apoio técnico de produção, organização e de comercialização à agricultura familiar agroecológica e orgânica.

Pensando no conjunto da cadeia de produção, é preciso que sejam feitos maiores investimento junto aos consumidores, pois ainda há um grande nível de desinformação no que respeita a questão de qualidade, preço e mesmo falta de clareza em relação a denominações de produtos (por exemplo natural, hidropônico, orgânico). Para isso será necessário desenvolver material de comunicação e campanhas educativas e de *marketing* veiculadas pelos diversos meios de comunicação, o que necessita de investimentos consideráveis.

Os mercados institucionais, ou seja, aqueles formados a partir de demandas de produtos e serviços para fins do uso no âmbito das instituições públicas (alimentação escolar, distribuição de alimentos à populações carentes, fornecimento a hospitais, presídios, creches etc.), são um instrumento importante, mas pouco explorado com o objetivo de favo-

25 NAVARRO, Manuel González de Molina, Agroecología: Bases Teóricas para una Historia Agrária Alternativa, Agroecologia y Desarrollo, *Revista de CLADES*, Numero Especial, dezembro 1992.

recer os pequenos e médios agricultores.²⁶ Aqui são necessárias adequações nas licitações, que não levem apenas em conta o custo do produto, mas que valorizem produtos orgânicos e a economia local/regional. Como exemplo, pode ser citada a experiência da Cooperativa Solidária de Alimentos Orgânicos do Espírito Santo (O Broto), do Município da Serra, que disponibiliza cestas básicas orgânicas para 200 famílias carentes, a preços populares.²⁷

26 FONSECA, M^a Fernanda de A. C., TEIXEIRA, Vanessa L. , *Mercado Orgânico e Institucional: Alternativas à Agricultura Familiar*, www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/S_I00183.html, Instituto de Economia-UNICAMP 2000.

27 *Atitude Agroecológica*: Informativo da Agroecologia Capixaba, Ano 1, Nº 1 julho/agosto 2004, Projeto DLS-ES.

Referências Bibliográficas

- *Agricultura Orgânica Familiar do Espírito Santo*: Uma atividade que já virou tradição, folder SEAG-ES/INCAPER/FAF/PRORENDA, 2003.
- *Atitude Agroecológica*: Informativo da Agroecologia Capixaba, Ano 1, Nº 1 julho/agosto 2004, Projeto DLS-ES.
- CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio, Agroecologia: Enfoque Científico e Estratégico para Apoiar o Desenvolvimento Rural Sustentável, Série Programa de Formação Técnico-Social da EMATER/RS, Sustentabilidade e Cidadania, texto 5, 2002.
- COELHO, Franklin, Desenvolvimento Econômico Local no Brasil: as experiências recentes num contexto de descentralização, CEPAL/GTZ, Santiago, Chile, 2000.
- *Curriculum Chão Vivo*, mimeo., Santa Maria Jequitibá, 2004.
- DELGADO, Nelson Giordano e DUCHROW, Anselm, *Missão de Apoio ao Planejamento do Projeto “Desenvolvimento Local Sustentável: PRORENDA Espírito Santo”* -Relatório Final, SEAG-ES, GTZ, Vitória, Abril de 2003.
- LACERDA, Antônio Correa de, PPP-Parcerias Público-Privadas, *Revista Brasil Alemã*, Ano 12, nº 3, São Paulo, abril de 2004.
- PAULA, Juarez de, *Todo processo de desenvolvimento é uma experiência de aprendizado*, SEBRAE Nacional.
- FONSECA, M^a Fernanda de A. C., TEIXEIRA, Vanessa L. , *Mercado Orgânico e Institucional: Alternativas à Agricultura Familiar*, www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/S_I00183.html, Instituto de Economia-UNICAMP 2000.
- *História da Agricultura Orgânica*, www.planetaorganico.com.br/histaorg3.htm.
- Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, www.planetaorganico.com.br/lei23dez_03.htm.
- BARBOSA, Eduardo Martins, *Estratégias de Desenvolvimento Local com Enfoque Agroecológico*, Encontro Nacional de Agroecologia, Rio de Janeiro, maio de 2002, in: www.encontroagroecologia.org.br.
- NAVARRO, Manuel González de Molina, *Agroecología: Bases Teóricas para una Historia Agrária Alternativa*, Agroecología y Desarrollo, Revista de CLADES, Número Especial , dezembro 1992.
- *Pesquisa da Cadeia de Produção e Comercialização de Café Arábica Proveniente da Agricultura Familiar do Estado do Espírito Santo*, Ruralter, GTZ/GFA, Vitória, Fevereiro 2004.

Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado
no Norte e Nordeste do Brasil

- *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba - Agricultura Familiar*, INCAPER, Vitória, maio de 2003.
- *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba - Agricultura Orgânica*, INCAPER, Vitória, junho de 2003.
- *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba - Silvicultura*, INCAPER, Vitória, outubro de 2003.
- *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão* - MDA/SAF, apresentação PowerPoint, Brasília, maio 2004.
- RICCÓ, Luciana, Ação Social entre Empresas Alemãs, *Revista Brasil Alemanha*, Ano 12, nº 3, São Paulo, abril de 2004.
- SCHMIDT, Hans Christian, *Metodologia CEFÉ: Uma abordagem de ação e aprendizagem vivencial para trabalhar a produção e o mercado*, mimeo. Curso de Formação de uma Rede de Agentes de Desenvolvimento Local na Amazônia, Módulo IV, Projeto DLS Pará Seagri-PA/GTZ/GFA, novembro 2003.
- SCHMIDT, Hans Christian, *Parceria Pública Privada – PPP no âmbito do Projeto “Desenvolvimento Local Sustentável- Espírito Santo*, mimeo., GTZ/GFA, maio 2004.
- SCHMIDT, Hans Christian, *Projeto Desenvolvimento Local Sustentável Espírito Santo*, GTZ/GFA, apresentação PowerPoint, maio 2004.
- WHITAKER, Francisco, *Rede: Uma Estrutura Alternativa de Organização*.

Certificação orgânica: desafios e oportunidades para a agricultura familiar. Experiência da Associação CHÃO VIVO

Hélio Orlando Menegueli

1 Histórico

A agricultura orgânica no Estado do Espírito Santo começou a se destacar há mais de 20 anos, sendo impulsionada pelos trabalhos dos movimentos sociais, principalmente as organizações não governamentais. Embora muitos agricultores já produzissem suas culturas sem uso de insumos químicos, não diferenciavam seus produtos. Em 1985, surgiu em Santa Maria de Jetibá, município da região serrana do Espírito Santo, a Associação dos Produtores Santamarienses em Defesa da Vida - APSAD-VIDA, tendo a agricultura orgânica como base de trabalho e obtenção de renda, um fato marcante para o movimento orgânico estadual. Também é em torno dessa época que algumas escolas com pedagogia de alternância, destacando-se os CEIERs – Centro Estadual Integrado de Educação Rural e posteriormente a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária – EMCAPA, hoje Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER, da Fazenda Experimental Mendes da Fonseca, começaram a desenvolver pesquisas na área de agricultura orgânica, culminando hoje com diversos trabalhos científicos desenvolvidos e já adotados por diversos agricultores.

Com o aumento desta atividade e o crescimento do número de agricultores (as) praticantes, uma das necessidades surgidas foi a melhor identificação dos produtos orgânicos oferecidos em diversos canais de comercialização. Nos debates do Fórum Estadual de Agricultura Familiar, criou-se espaço de articulação onde se reuniram 19 entidades não governamentais com propostas para certificação dos produtos, o que foi tentado junto às certificadoras existentes na época. Tal proposta tornou-se inviável pelas dificuldades enfrentadas pelos nossos agricultores (as) nos momentos necessários, principalmente os custos para os agricultores (as) familiares e por não terem afinidade por parte das certificadoras com a realidade do Estado nem dos agricultores(as). Em função destes e de outros problemas, o Fórum Estadual da Agricultura Familiar, junto a diversos técnicos (as) em agricultura orgânica de outras entidades e agricultores (as), discutiram e criaram em 16 de novembro de 1999 a Associação de Certificação de Produtos Orgânicos do Espírito Santo – CHÃO VIVO.

A Associação CHÃO VIVO tem como missão: “Promover a agricultura orgânica, visando à melhoria da qualidade de vida dos agricultores(as) e consumidores(as) e a proteção do ecossistema, através da obtenção de produtos saudáveis e do desenvolvimento e implementação de um modelo de produção agropecuária, que inclua ecossistemas ricos em vida silvestre e áreas protegidas, mescladas com as unidades de produção e outras atividades, encerrando-se num sistema de agricultura socialmente mais justo, ambientalmente sustentável, tecnicamente correto e economicamente viável”.

A Associação CHÃO VIVO foi criada nos moldes de uma certificadora de atuação por auditoria, em razão da necessidade e urgência no processo de certificação e também pela regulamentação existente na época, no entanto, a Entidade é composta em seu quadro social por agricultores (as), estudantes (as), consumidores (as), técnicos (as) e pesquisadores(as), sendo todos envolvidos na causa do desenvolvimento do setor orgânico e muitos são ligados diretamente à agricultura familiar. Este processo de constituição da Entidade veio da demanda real por parte dos agricultores(as), como também para contrapor o modelo de desenvolvimento agrícola baseado na utilização de agroquímicos e no uso dos recursos naturais de forma irresponsável e insustentável. Além de ser um

sistema que tem como princípio a qualidade de vida de quem produz e de quem consome, é também uma opções de renda mais sólida e independente para os agricultores (as).

Desde sua criação, a CHÃO VIVO sempre buscou a adoção de um processo diferenciado de certificação - a certificação participativa - no entanto, não conseguiu implementar em virtude da falta de organização da cadeia produtiva orgânica, ou melhor, do produtor (a) ao consumidor (a), e também da falta de conhecimento do processo, por isso sua atuação se concentrou mais na capacitação e fomento a inclusão de agricultores (as) familiares neste processo, o que possibilitou o atendimento a mais de 2000 famílias através de capacitações e do processo de certificação e também foi feito um trabalho muito forte junto aos consumidores (as), através de palestras, programas de rádio e televisão para divulgar a agricultura orgânica. A Chão Vivo teve participação efetiva na criação de duas feiras orgânicas, participou na criação de uma cooperativa de consumidores carentes que recebem produtos orgânicos diretamente de uma cooperativa de produtores, com preços populares.

Com uma atuação o mais participativa possível e com um diferencial de não apenas uma prestadora de serviços, mas, sobretudo, uma parceira do produtor (a) orgânico, a CHÃO VIVO passou a ser muito solicitada a desenvolver estes trabalhos em outros estados, como Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Nestes estados, o trabalho é em parceria com a Cooperativa Agropecuária Familiar Orgânica do Semi-Árido – COOPERVIDA e com o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, onde é desenvolvido um trabalho-piloto com 30 famílias, desenvolvendo um processo de certificação em grupo, objetivando-se, após o processo de capacitação, a adoção da certificação participativa.

No Nordeste, a proposta inicial era de se discutir um processo próprio de certificação mais adequado ao semi-árido, através do estudo e proposição das normas orgânicas adequadas para a região e também da criação de uma certificadora regional, no entanto, este processo é lento, pois exige um estudo detalhado tanto das condições naturais para a proposição das normas e a disponibilidade de infra-estrutura necessária, principalmente recursos humanos. Por isso, definimos, conjuntamente com o público parceiro, que priorizaremos o trabalho de organização e capacitação para adotar a certificação participativa, onde a CHÃO VIVO

dará apoio e, se necessário, conforme a legislação a ser regulamentada, se responsabilizará pelo processo legalmente.

Estamos também iniciando uma articulação para atuar na região amazônica do baixo Tocantins/Pará, para a certificação de famílias que atuam com o agroextrativismo e também com a agricultura.

A CHÃO VIVO também faz parte do Grupo de Agricultura Orgânica (GAO), grupo nacional que tem o papel de discutir o marco legal da agricultura orgânica no Brasil, sendo responsável pela elaboração da lei em vigor, de nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. A partir de agora vem o debate para a regulamentação. E estamos trabalhando para a certificação participativa e para isso estamos executando um projeto chamado Construindo a Certificação Participativa em Rede no Brasil, que consiste em se realizar oficinas locais, junto aos agricultores (as) e entidades de apoio para difundir a certificação participativa e subsidiar o trabalho de regulamentação da lei.

2- Princípios orientadores da entidade

2.1 Construção do Agroecossistema

Em virtude da grande devastação de florestas, da redução da biodiversidade da flora e da fauna, e de outras agressões ao meio ambiente - o que redundou numa brutal alteração na ecologia da quase totalidade - das regiões do Planeta - torna-se imperativo que os agricultores envidem esforços para restabelecer essas perdas, visando a reconstruir um sistema de produção harmônico com o meio ambiente onde se situa.

- Uma propriedade orgânica fundamentalmente tem que se preocupar em buscar primariamente diversificar a paisagem geral, de forma a restabelecer a cadeia alimentar entre todos os seres vivos do agroecossistema.
- A monocultura não será permitida porque representa um dos maiores problemas do modelo agrícola praticado atualmente, pois o monocultivo torna o sistema de produção mais instável e sujeito às adversidades do meio.

- A diversificação é o ponto-chave para a manutenção da fertilidade dos sistemas, para o controle de pragas e doenças e para a estabilidade econômica regional, além de ser um fator marcante de redução de riscos.
- A Associação CHÃO VIVO vislumbra um panorama rural que inclua agroecossistemas ricos em vida silvestre e áreas protegidas, intercaladas com as unidades de produção e áreas sob outros usos, todas manejadas segundo os princípios agroecológicos.

2.2 Preservação dos ecossistemas naturais

A exploração dos recursos naturais para fins agropecuários, com a finalidade de gerar alimentos para a população, deve ser realizada de forma responsável e equilibrada, conservando ao máximo as características naturais do ecossistema local.

- Não incentivar o desmatamento de áreas de reserva e de novas áreas em estágio avançado de sucessão florestal, para fins de cultivo, em desrespeito à legislação vigente, além de reduzir ou evitar impactos da atividade produtiva sobre as áreas de conservação.
- Áreas classificadas como ‘sem aptidão agrícola’ devem ser reflorestadas ou manejadas para alcançar suas características naturais. Os reflorestamentos devem ser realizados com espécies nativas, de modo a proporcionar um habitat adequado à vida silvestre local. Na impossibilidade de emprego de espécies nativas, tolera-se o uso de espécies exóticas, adaptadas à região, desde que não comprometam o ecossistema local.
- Adotar ações de proteção às espécies ameaçadas de extinção, proibindo-se a caça, a pesca e a coleta comercial da flora e fauna. Para fins de estudos científicos ou controle de pragas agrícolas, estas ações podem ser permitidas, após ouvido o Departamento Técnico da CHÃO VIVO.

2.3 Recuperação da biodiversidade

É recomendável compor uma diversidade de espécies vegetais e animais no agroecossistema, de interesse comercial ou não, especialmente dos remanescentes dos biomas brasileiros e das espécies em extinção. Também recomenda-se proceder ao manejo correto da vegetação espon-

tânea dentro dos sistemas orgânicos de produção, fornecendo abrigo para insetos predadores e ambiente para propagação de microrganismos benéficos.

- Conservar a vida silvestre, estabelecendo corredores biológicos e manutenção de áreas de refúgio, fora da área cultivada, visando a unir fragmentos florestais com áreas arborizadas, parques e reservas.
- A coleta de produtos naturais para subsistência deve ser realizada de forma controlada e de acordo com as formas permitidas pela legislação nacional e local.
- Está proibido o uso de organismos transgênicos, incluindo sementes, mudas ou insumos.

2.4 Conservação da fertilidade dos solos

O solo é um dos pilares dos sistemas orgânicos de produção. O emprego de um manejo correto é imperativo, como forma de alcançar a sua conservação, sua fertilização e um bom nível de nutrição de plantas ao longo dos anos.

- Adotar práticas de manejo e conservação adequadas, tendo preferencialmente a microbacia como unidade de planejamento, visando à manutenção e à melhoria da fertilidade, da matéria orgânica, da biota do solo, da estrutura e textura, além de evitar o acúmulo de resíduos poluentes indesejáveis.

2.5 Preservação dos recursos hídricos

Este princípio visa a orientar e regular as ações para a manutenção dos recursos hídricos naturais e o uso correto da água na atividade de produção agrícola e industrial.

- Deve-se buscar sempre a redução da quantidade de água utilizada e aumentar o seu reuso. Todas as águas residuais geradas na unidade de produção devem ser tratadas, utilizando-se tecnologias ambientalmente aceitáveis, antes de serem reutilizadas ou devolvidas à natureza.
- Eliminar fontes de contaminação das águas superficiais e subterrâneas, com atenção especial para os adubos orgânicos, compostos químicos, combustíveis e lubrificantes.

- Estabelecer um planejamento de uso adequado de águas subterrâneas, especialmente tratando-se da captação de água em poços para irrigação, com vistas a manter a capacidade natural de reabastecimento do lençol freático pelo regime de chuvas da região.
- Realizar periodicamente o monitoramento das características químicas e biológicas das diferentes fontes de água, visando a assegurar sua qualidade. Águas residuais devem ter atenção especial, com um sistema próprio de monitoramento, de acordo com as peculiaridades de cada caso.

2.6 Cumprimento das legislações e normas

Para a certificação orgânica, exige-se o cumprimento dos princípios e normas da certificadora CHÃO VIVO, das legislações nacionais sobre agricultura orgânica e das demais legislações gerais que incidem sobre a unidade produtiva.

- Exige-se que os agricultores certificados pela CHÃO VIVO cumpram o disposto no Manual de Qualidade, nas normas técnicas e nos regulamentos da certificadora, além do cumprimento da legislação nacional, estadual e municipal, pertinente ao assunto, e outras de amplitude maior que se apliquem à unidade produtiva e aos seus responsáveis.
- A certificação concedida pela CHÃO VIVO é voluntária e suas exigências não substituem as regulações governamentais, isto é, cumprir os regulamentos da CHÃO VIVO não é motivo para substituir a responsabilidade no cumprimento da lei.

2.7 Processo participativo

A criação, a normatização e a operacionalização da Associação de certificação de produtos orgânicos do Espírito Santo – CHÃO VIVO, foram e continuarão sendo fruto de processo participativo de envolvimento de todas as partes interessadas no desenvolvimento da agricultura orgânica.

- A CHÃO VIVO e seus parceiros definem, de forma direta e indireta, toda organização da entidade, num processo participativo e transparente de negociação, envolvendo: agricultores familiares e suas organizações, técnicos, organizações não governamentais, instituições de governo, consumidores, dentre outros.

- Todas as pessoas físicas ou jurídicas, que tenham ou não alguma relação formal com a CHÃO VIVO, podem encaminhar, diretamente à entidade, qualquer sugestão ou reclamação que venha a contribuir com o crescimento e o desenvolvimento da agricultura orgânica.
- A responsabilidade compartilhada com todos os atores do processo é um elemento de geração de credibilidade e por consequência o apoderamento dos agricultores (as) na condução de seu próprio desenvolvimento.

2.8 Relação justa com os trabalhadores

O correto desenvolvimento da agricultura orgânica pressupõe o bem-estar social e econômico, além de proporcionar boa qualidade de vida aos trabalhadores e suas famílias.

- A empresa ou produtor deve implementar uma política social que incorpore o cumprimento da legislação trabalhista nacional.
- Não se permite discriminação baseada em raça, sexo, religião, posição política, nacionalidade, afiliações sindicais, escolha sexual ou estado civil, quando da seleção e contratação de trabalhadores.
- Quando a propriedade depender de trabalhadores temporários, estes devem ter os mesmos direitos e benefícios daqueles permanentes.
- A inserção de menores de idade na execução de atividades de trabalho deve seguir as orientações da legislação e do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- A inserção social e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores incluem salários justos, assistência médica, escolas, lazer, capacitação, água potável, instalações sanitárias e boas condições de moradia.
- É recomendável que todas as unidades de produção certificadas implantem um sistema de participação dos trabalhadores nos lucros advindos da produção.

2.9 Caráter comunitário

Toda propriedade ou unidade de produção apresenta efeitos sociais, econômicos e ambientais sobre a região onde se insere. O sistema de certificação da CHÃO VIVO deseja que os agricultores sejam colaboradores ativos na comunidade e que suas propriedades façam parte das

ações de conservação do meio ambiente da região.

- Deve-se controlar e evitar a possibilidade de contaminação da unidade produtiva sobre a vizinhança e a comunidade.
- Recomenda-se que a CHÃO VIVO e as unidades certificadas enviem esforços para trabalhos de educação ambiental, treinamentos e empregos aos residentes da comunidade.
- Contribuir com ações de proteção ambiental e auxiliar na realização de infra-estruturas comunitárias, como escolas, estradas coletivas etc).

2.10 Relação com os consumidores

O aumento na demanda dos consumidores por alimentos saudáveis, social e ambientalmente corretos, é o que conduz a expansão da agricultura orgânica em todo o mundo. O consumidor exige não só um produto sem resíduos danosos à sua saúde, de melhor valor biológico e com preços acessíveis, mas, a cada dia, entende a necessidade de exigir que os produtos se originem de propriedades ou unidades de produção ecologicamente corretas, onde os trabalhadores são respeitados em sua plenitude.

- A certificação e o selo de qualidade orgânica são utilizados para estabelecer uma relação de informação e confiança entre os produtores e os consumidores.
- É recomendável que o sistema de venda seja aquele que aproxime, ao máximo possível, os consumidores dos produtores, visando a um crescimento e a uma conscientização mútua, em prol da ecologia e da qualidade de vida de ambos.
- Os consumidores têm o direito de reclamações e busca de informações sobre os produtos que lhes são oferecidos, estando a Associação CHÃO VIVO e as unidades de produção à sua disposição para tal.
- O fomento a organização dos consumidores e a sua participação no processo de certificação é um dos desafios prioritários da CHÃO VIVO.

2.11 Auto-sustentação e viabilidade econômica

Os sistemas de produção devem maximizar a utilização e a reciclagem de recursos internos, de forma a elevar a auto-sustentabilidade e a rentabilidade do sistema, comprovando a plena viabilidade econômica da

atividade, visando a garantir a permanência das unidades já certificadas e estimular a entrada de outras na cadeia produtiva da agricultura orgânica.

- Na análise de viabilidade econômica da unidade de produção, devem-se levar em conta, também, os custos sociais e ambientais do sistema de produção, além de demonstrar a sustentabilidade econômica a curto, médio e longo prazos.
- A unidade produtiva deve maximizar a diversificação, para obter maior estabilidade no processo de venda, superando as variações climáticas e as sazonalidades nos preços.
- Deve-se promover a integração das atividades produtivas e efetivar o aproveitamento ou reciclagem de seus produtos, subprodutos e resíduos gerados internamente, como forma de reduzir custos e aumentar a eficiência econômica.

2.12 Busca da sustentabilidade

O alcance da sustentabilidade plena é um objetivo utópico, porém deve ser almejado a todo instante pelo agricultor ou empresa.

- Os pontos de partida na busca da sustentabilidade, extraídos dos princípios e normas da CHÃO VIVO, são: construção do agroecossistema produtivo, controle dos impactos ambientais, manejo ecológico do solo, manejo agroecológico dos sistemas produtivos, condições seguras e saudáveis para os trabalhadores e boa inserção social da unidade produtiva.
- O programa de certificação da CHÃO VIVO estimula e baseia suas ações nos três campos da sustentabilidade, em seu sentido amplo: o bem-estar humano, a viabilidade econômica e a conservação da biodiversidade e outros recursos naturais
- O cumprimento dos princípios e critérios estabelecidos no manual de qualidade é condicionante vital para o estabelecimento da sustentabilidade na prática da agricultura orgânica, em seu estágio maior de possibilidade, de acordo com as condições e peculiaridades do local e da região.

3 Atuação

A CHÃO VIVO tem três níveis de atuação, a saber:

a) **capacitação** - é prioritário na visão da entidade, pois permite ao agricultor(a) apoderamento da tomada de decisão na condução da unidade produtiva, diminuindo a dependência de técnicos externos, o que muitas das vezes é o principal empecilho à adoção do sistema orgânico. Para desenvolver este trabalho, a CHÃO VIVO busca parceiros através de projetos, junto a entidades nacionais e internacionais. Vale ressaltar que este processo é desenvolvido com toda a cadeia produtiva, do produtor ao consumidor, abordando não apenas o sistema de produção, mas também os aspectos de organização social, qualidade de vida, saúde e outros afins.

b) **Consultoria** - é oferecida por membros da entidade, pois em seu quadro social estão os profissionais de destaque do setor no Estado do Espírito Santo e também pelo processo de capacitação onde a CHÃO VIVO prepara profissionais para o mercado de trabalho, sempre priorizando aqueles formados em sistemas diferenciados de ensino, como as escolas famílias agrícolas, pedagogia de alternância ou quaisquer que tenham afinidade com a questão agrária, sobretudo a agricultura familiar. As consultorias podem ou não ser cobradas, dependendo do caráter do projeto a ser desenvolvido e do público a ser atendido, mas de um modo geral a CHÃO VIVO não presta consultoria pessoal e sim a grupos organizados.

c) **Processo de certificação** - é a atuação principal da entidade e tem um corpo técnico e funcional, independentemente das outras frentes de atuação. Tem a seguinte estrutura:

- Departamento Técnico - formado por três membros escolhidos na assembléia geral e tem a função de analisar a viabilidade técnica da certificação, além de ser responsável pelas recomendações técnicas para a adequação das unidades de produção; e sobretudo, é responsável pela indicação do técnico/inspetor para a unidade de produção e pela capacitação técnica de seu corpo executivo.
- Departamento de Certificação - analisa, de acordo com o parecer do Dep. Técnico e das outras documentações apresentadas, a possibilidade da certificação das unidades de produção. É formado por três

membros - o seu diretor é escolhido em assembléia geral e os demais escolhidos pelo seu diretor, no entanto, é recomendável a participação de um agricultor(a) para a avaliação dos processos e sobretudo para avaliar a viabilidade de execução das adequações solicitadas. É responsável pelas atualizações das normas e também das respostas aos interessados.

- Departamento de Recursos é formado por três membros escolhidos em assembléia geral e tem a função de analisar as reclamações provenientes dos clientes/parceiros.
- Corpo de Inspectores é um grupo de profissionais capacitados pela CHÃO VIVO, de áreas diferentes, sendo profissionais autônomos contratados para executar as inspeções nas propriedades.

Se o processo for certificado, o interessado receberá a autorização para usar o selo de qualidade orgânica da CHÃO VIVO, sendo regulado por um contrato entre as partes.

Selo de Qualidade orgânica CHÃO VIVO e a Marca



Associação de Certificação
de Produtos Orgânicos do ES

- A certificação é de um processo e não de um produto.
- É garantia de procedência.
- Assegura, pela integração com agricultores(as) e outros atores da cadeia produtiva e pelas inspeções, o processo saudável de produção do alimento, protegendo os consumidores (as), agricultores (as), comerciantes (as) e industriais.

- Representa a garantia de conformidade dos produtos orgânicos com normas nacionais e internacionais de produção.
- Comprova a procedência dos produtos orgânicos, indicando que uma propriedade ou indústria satisfaz as diretrizes de produção e processamento estabelecidas pela certificadora segundo a legislação específica.

4 Desafios e possibilidades

Desde sua criação, a CHÃO VIVO não tem a pretensão de ser uma certificadora de atuação mercadológica, ou seja, sua criação foi para atender uma demanda específica da agricultura familiar no Espírito Santo, no entanto, com sua atuação marcante no setor, identificamos também esta demanda em outras regiões, onde estamos atuando como parceiros e não como prestadores de serviços, sendo do nosso interesse que estas regiões “caminhem com suas próprias pernas”; não pretendemos que eles sejam eternamente dependentes de nossa atuação.

Os desafios para a certificação orgânica da agricultura familiar são em dois níveis, a saber:

- a) **a organização da agricultura familiar** é o maior desafio deste setor, de se organizar para buscar mercados diferenciados, pois, com o crescimento do setor orgânico e com a falsa expectativa de altas remunerações e de retorno rápido, provocou a inserção de grandes projetos na agricultura orgânica, muitas vezes com altos investimentos em *marketing* e em estruturas de processamento, o que provoca uma desvantagem em relação ao agricultor(a) familiar orgânico, se analisado de forma isolada, no entanto, este tipo de empreendimento muitas das vezes não é sustentável em longo prazo, principalmente pela dependência excessiva da importação de energia para o sistema (mão-de-obra e insumos).

A agricultura familiar é o segmento que mais se adapta ao desenvolvimento da agricultura orgânica, principalmente pela relação com a terra, feita de forma mais direta e emocional, como também pela facilidade de assimilação dos conceitos de qualidade de vida e da importância da

solidariedade no processo, principalmente no envolvimento do consumidor. Com isso, abrem frentes de mercados não acessíveis por outros segmentos, que é o mercado ético e solidário.

b) **Credenciamento internacional** - devemos também considerar que a agricultura familiar organizada possa se inserir em outros mercados, sobretudo os de exportação. Com isso, as entidades certificadoras com atuação nacional ficam desqualificadas, pois o credenciamento internacional é extremamente caro e é inviável, dependendo do volume trabalhado, obrigando os interessados a buscarem outras certificadoras que tenham tais credenciamentos, que são muito caros e não reconhecem o trabalho histórico desenvolvido no processo de construção da conversão que há maior atenção ao produto e não ao processo.

Com a regulamentação da lei que trata da agricultura orgânica no Brasil, espera-se que isto seja facilitado, no entanto, o que vai determinar ou não tais facilidades é o próprio mercado, por isso, a importância da organização e da inserção em mercados diferenciados. A CHÃO VIVO, para sanar dificuldades, está buscando o reconhecimento internacional através de uma parceria com uma entidade que tem credenciamento em todos os mercados possíveis, o que vai possibilitar aos grupos organizados e certificados pela CHÃO VIVO exportarem seus produtos a valores acessíveis à agricultura familiar.

O processo de certificação, quando adotado de acordo com as regulamentações vigentes, torna-se um processo caro, exigindo uma infraestrutura física, de pessoal e também de procedimentos fora das possibilidades de entidades com poucos recursos. Então, o grande desafio é tornar este processo acessível aos agricultores (as) familiares e ao mesmo tempo torná-lo com credibilidade em todos os mercados possíveis, caso contrário, o processo de certificação será excludente, pois vai beneficiar apenas os grupos mais favorecidos economicamente, servindo ainda mais para o aumento das desigualdades no campo e nas cidades, o que não é objetivo de nosso trabalho.

Certificação socioparticipativa na Amazônia: valorizando a identidade sócio-etno-ambiental na floresta

Marcelo Nunes
Márcia Costa

A população rural do Estado do Acre é formada por colonos, ribeirinhos, extrativistas, pecuaristas e diversas etnias indígenas.

O agroextrativismo¹ desenvolvido pelas famílias no meio rural tem possibilitado a manutenção de 90% de floresta preservada, conforme ZEE 2000. Sabe-se que são os grandes proprietários de terras, os madeireiros e pecuaristas que mais influenciam no avanço do desflorestamento.

Temos um Brasil que se “desenvolveu”, a exemplo do sul e sudeste, em detrimento de suas florestas e dos povos que nelas viviam. E é este modelo de desenvolvimento excludente e poluidor que precisamos conter na Amazônia, no cerrado e na caatinga, biomas que ainda conservam suas características originais. O cultivo de grãos é propagado por toda a Amazônia, e muitas áreas de mata já estão sendo abertas para esta atividade e também para a implantação de pastagens para a pecuária, que cresce ano a ano, pressionando ainda mais a floresta.

1: Agroextrativismo diz respeito às atividades produtivas que fazem uso de recursos agrícolas e extrativistas na mesma área, de maneira a desenvolver uma interação sustentável entre o ser social, produtivo e ambiental.

Necessitamos mudar de postura perante a cultura externa de desenvolvimento, que desconsidera a realidade sociocultural das populações tradicionais, valoriza os cultivos exóticos, o plástico, os insumos químicos, enfim, de tudo, menos a floresta, seus povos e sua diversidade de produção.

É necessário reconhecer e valorizar, também valorando, os esforços realizados por estas comunidades, que enfrentam dificuldades de toda ordem, pois a maioria não tem acesso a serviços de saúde e educação, sofrendo ainda com a inexistência e precariedade de ramais² etc., tudo isso causando uma sensação de incapacidade, de falta de entusiasmo e mesmo baixando sua auto-estima.

Esta situação é desconfortante. Muito trabalho já foi realizado para a melhoria na qualidade de vida de quem vive, sobrevive e conserva a floresta e seus recursos naturais. Investimos em pesquisas que viessem a qualificar o trabalho extrativista, reduzindo seus impactos, recuperando áreas alteradas através do uso de tecnologias alternativas, como a implantação de sistemas agroflorestais e demais consórcios. Ao mesmo tempo, porém, em que notamos esses avanços, vê-se um retrocesso quando estes povos deixam suas áreas e colocações³ e partem para os centros urbanos em busca de opções mais rentáveis.

Para contrapor esta realidade, que em alguns casos se mostra cruel, é preciso que, juntos, sociedade civil e governo busquem meios de valorizar não somente os produtos diferenciados da floresta, que por si já deveriam ter um valor agregado, mas principalmente a maneira diferenciada de produzir conservando os recursos naturais, que vem sendo desenvolvida durante anos de parcerias entre comunidades e entidades de pesquisa e assessoria técnica na região.

Uma das formas de promover os povos da floresta seria pela agregação de valor social e ambiental à sua produção, que, em muitos casos, sequer consegue colocação nos mercados, em virtude da dificuldade de retirada dos produtos das áreas e também de ação de atravessadores, sendo beneficiários diretos desta situação, quando compram a produção das famílias a preços irrisórios.

2: Ramais ou varadouros são estradas de chão abertas na floresta para possibilitar o acesso e a retirada da produção de propriedades rurais e colocações.

3: Colocação é a menor unidade de produção dentro do seringal, como uma propriedade familiar rural, em geral compreende uma ou várias estradas com seringueiras.

O baixo volume de produtos que chega aos mercados não é valorado ao ponto de cobrir seus custos de produção e transporte. Isto se dá pelo total desconhecimento, por parte de comerciantes e do consumidor, dos entraves e complicações para que esses produtos cheguem ao mercado.

O mecanismo de valorização desenvolvido por nós é a Certificação Socioparticipativa, que se dará através da reorganização destas comunidades, quando então poderão construir os parâmetros socioambientais locais, a serem alcançados na questão social, na produção e no beneficiamento dos seus produtos. Com normas próprias de organização e funcionamento, terão autonomia para impulsionar os trabalhos de valorização, gerando credibilidade junto a mercados justos e solidários. O objetivo principal é o de que possamos fortalecer e consolidar uma **identidade comum na floresta**, respeitando-se as diferenças etnoculturais de sua diversificada população.

A Certificação Socioparticipativa é uma nova ferramenta na construção e na promoção coletiva do desenvolvimento local. Por meio dela, vê-se a credibilidade gerada pelo envolvimento de parceiros locais, em busca do fortalecimento da agricultura familiar da floresta, representada por agricultores, ribeirinhos, extrativistas e povos indígena. Também legítima, perante a sociedade e junto aos mercados consumidores, o trabalho diferenciado destas populações quando na manutenção e conservação do bioma Amazônia.

Por ser um mecanismo em desenvolvimento, precisa de muita dedicação por parte de comunitários e de organizações de apoio. Ainda não temos produtos certificados no mercado, mas já estão envolvidas comunidades que comercializam com diversos centros urbanos nacionais e internacionais. Participam diretamente cerca de 200 famílias produtoras e organizadas em grupos nos Estados do Acre, Rondônia e Amazonas, que buscam o fortalecimento e comprometimento com as suas comissões de ética, co-responsáveis pelo monitoramento participativo de parâmetros socioambientais nas comunidades.

Neste processo, a certificação é acima de tudo um compromisso de melhoria de qualidade na organização comunitária e na produção, que exige a participação e o envolvimento de grupos comunitários e de outros atores que atuam no meio rural, como as organizações da sociedade civil e os órgãos governamentais. Um dos passos para a certificação é a

elaboração coletiva de normas e acordos locais, como os parâmetros socioambientais específicos de cada comunidade e o seu monitoramento (normas de boas práticas no uso dos recursos naturais e na convivência comunitária). Os acordos estabelecidos beneficiam a obtenção da produção agroecológica e também servem de orientações para uma boa convivência comunitária, harmoniosa com o ambiente.

As normas coletivas são elaboradas em comum acordo entre os comunitários, entidades de assistência técnica e assessoria, entidades de pesquisas e órgãos do governo. Funcionam como um acordo entre os atores locais, responsáveis e compromissados com o desenvolvimento local.

Através do Grupo de Trabalho de Certificação – GTC (formado por entidades parceiras e lideranças comunitárias que, desde junho de 2002, com apoio do projeto Nova Proposta de Desenvolvimento Sustentável para o Vale do Acre, financiado pelo FUNBIO, vem refletindo e elaborando materiais que garantam a certificação em todas as suas demandas), foram elaborados os Parâmetros Socioambientais Básicos (normas básicas que orientam a organização comunitária e a lida com o ambiente), para avaliar o nível de empoderamento dos comunitários nas boas práticas e atividades desenvolvidas na floresta.

O grupo ainda se encarregou de construir a proposta de ter uma organização jurídica (certificadora) para garantir e registrar o conhecimento acumulado em solo, água, biodiversidade e gestão de recursos florestais, servindo, portanto, como garantia perante mercados diferenciados que valorizem o serviço socioambiental.

Após um ano e meio de encontros e discussões do GTC, foi criada, em agosto de 2003, a Associação de Certificação Socioparticipativa da Amazônia – ACS, uma certificadora comunitária, sem fins lucrativos, com a missão de desenvolver nas comunidades da Amazônia um programa de certificação que garanta a qualidade e a sustentabilidade dos processos e produtos do agroextrativismo da região, primando pelo empoderamento dos comunitários, priorizando comunidades, pequenas empresas e lojistas sensíveis às questões socioambientais.

A ACS é constituída por parceiros locais, com um quadro funcional que conta com a colaboração de entidades governamentais e não governamentais de assessoria e assistência técnica, organizações de agriculto-

res, de extrativistas e de povos indígenas e futuramente organizações de consumidores assim que forem organizadas.

Um dos objetivos da ACS é possibilitar aos comunitários a obtenção de **três tipos de certificação**, sendo: **de origem** (quando garante pelo rastreio da origem do produto amazônica); **socioambiental** (garantindo o cumprimento de normas que elejam a qualidade social e a conservação dos recursos naturais para o desenvolvimento sustentável); e **orgânica** (quando são utilizadas normas internacionais de produção).

As comunidades que vivem na floresta, e que hoje promovem ou podem vir a promover sua conservação via adoção de práticas sustentáveis, empregadas na produção, são parceiras e beneficiárias da ACS, cujo resultado da Certificação Socioparticipativa é dado por indicadores positivos do programa de monitoramento de suas atividades socioambientais.

A ACS está pronta a avaliar o desenvolvimento das atividades e ações comunitárias e a propor melhorias de qualidade no que já é feito. Ainda se encarrega do registro e legitima, perante a sociedade, o modo e meio de produção diferenciado das famílias agroextrativistas, por meio de suas câmaras e conselhos. Entidades de pesquisa e assessoria técnica que são parceiras estarão envolvidas na busca de tecnologias necessárias e adaptadas para a região, quando na adequação e sustentabilidade do modo de produção.

O desenvolvimento do processo é animado e realizado por profissionais habilitados que estão permanentemente junto às comunidades, levantando informações sobre a situação social, ambiental e econômica das famílias, também capacitando comunitários para o monitoramento participativo. Este é o corpo de verificação da ACS, cuja função é levantar indicadores de desenvolvimento por intermédio do monitoramento de parâmetros socioambientais definidos para a região, juntamente com os comunitários. Os indicadores de desenvolvimento compõem um parecer / documento que é encaminhado às Câmaras Técnica de Ética e ao Conselho de Certificação.

O processo de Certificação Socioparticipativa é todo documentado, através de cadastro, diagnóstico, contrato, acordos, indicadores do monitoramento de parâmetros socioambientais, pareceres das Câmaras Técnica e de Ética e parecer final do Conselho de Certificação.

Os membros da ACS são eleitos em assembléia geral pelos sócios, colaboradores e parceiros da certificação socioparticipativa. A ACS envolve organizações não governamentais, governamentais, comunitários, profissionais autônomos, comerciantes e, em breve, consumidores.

Oficinas comunitárias

As atividades da ACS são desenvolvidas em oficinas comunitárias, denominadas de oficinas do programa participativo para certificação, onde os comunitários são convidados a refletir sobre temas importantes para o seu empoderamento, despertando um senso crítico e levantando a auto-estima dos indivíduos.

Estamos conduzindo a segunda leva de oficinas. As primeiras foram realizadas de junho a dezembro de 2003 e aconteceram em 15 comunidades do AC, RO e AM, e onde abordamos os seguintes temas: **Organização comunitária** (família e suas necessidades básicas; grupos de afinidade e a capacitação para os processos de produção; comunidade e a gestão do desenvolvimento local); **Agroextrativismo; agregação de valor** (social, quando registra e valoriza os processos de organização familiar e comunitária e garante a segurança alimentar, o lazer, a educação e o bem viver das famílias; ambiental, quando se estabelecem em comunidade, alternativas de bom uso para a conservação e recuperação dos recursos naturais; e econômica, quando valoriza economicamente a atividade produtiva sustentável e reduz a atuação de atravessadores); **Qualidade de produto e de processos de produção; Certificação Socioparticipativa e oportunidades**; entre outros.

As famílias, ainda em transição, participam do plano de eliminação progressiva – PEP (nos casos em que existem indícios de uso de produtos químicos proibidos, por exemplo) e do plano de uso e boas práticas de manejo dos recursos naturais (quando são utilizadas técnicas inadequadas de produção, como o uso do fogo, caça predatória, para recomposição da mata ciliar e recuperação de áreas alteradas).

PARTE IV

Serviços, Informações e Anexos

Produtores/grupos/associações de produtores orgânicos que participaram do levantamento

Pernambuco

- **ECOORGÂNICA**

Rua Projetada do Distrito Industrial 2, s/n

Vitória de Santo Antão -PE

TEL: (81) 3658-1304

Contato: Antônio Roberto M. Pereira

- **COOPAG**

TEL: (81) 3533-6410

Contato: Luiz Afonso

- **Assentamento Perseverança**

TEL: (81) 9913-0334

Contato: Edvaldo ou Rodrigo

- **Mulheres de Carolina**

Distrito de Carolina Sertânia - PE

TEL: (87) 3802-2047 (orelhão da comunidade)

- **Acocama/Agrovila Nova Esperança C/o CAATINGA**

Av. Engenheiro Camacho, N° 457 –

CEP 56.200-000 Ouricuri

TEL: (87) 38 74 12 58

Produtos: *mel, caprinos, ovinos*

Bahia

- **Centro de Associações do Litoral Norte -CEALNOR**

Rua Joaquim Dantas,79 - Rio Real - Bahia

TEL: (75) 426-1719

FAX: (75) 426-1840

E-mail: cealnor@terra.com.br

Contato: Martin Van Gastel

Produtos: *suco conc. de laranja, suco conc. de maracujá polpa de maracujá, polpa de abacaxi, farinha de mandioca, aipim, laranja, maracujá, abacaxi, milho, feijão, mel*

- **Cooperativa dos Produtores Orgânicos do sul da Bahia**

Rua Jasmim, nº 25 - Nelson Costa

CEP 45.656-140 Ilhéus- BA

TEL: (73) 632 3031

E-mail: cabruca@cabruca.com.br

Contato: Lúcia Estrela

- **ACARASA**

Associação dos Assentados de Reforma Agrária de Serra Azul

Assentamento de Serra Azul- Xique-xique- BA

TEL: (74) 661 13 55

E-mail: opara@fundifran.org.br

Contato: Carmem Lúcia de Miranda Alves

Produtos: *gergelim, melância, mamão, banana, abóbora, caprinos semoventos, carne beneficiada, peixe, ovos.*

- **Fazenda Gurgel LTDA**

Fazenda Gurgel, Município de Conceição do Almeida

Em Salvador: Rua Hilton Rodrigues, 316, aptoº 1201

CEP 41.830-635 Pituba- BA

TEL: (71) 359 3759

E-mail: mrcaldas@globo.com

Contato: Mario Robert Schlaepfer Caldas Santos

Ceará

- **Associação para o Desenvolvimento Agroecológico e Cultural de Mauriti (ADAC)**

e Condomínio das Produtoras Orgânicas de Mauriti

TEL: (88) 552 1201 (STR Mauriti)

E-mails: cidatm@zipmail.com.br/strmauriti@zil.com.br/

evanildopt@hotmail.com

Contato: Aparecida, Rita de Cássia, Aldemir Martins
Produtos: *hortaliças e frutas (banana, manga, coco, cajú)*

• **Associação dos Fruticultores de Itapajé**

TEL: (85) 346 1666

E-mail: arnobioalbanu@ligbr.com.br

Contato: Arnóbio de Castro Lima

Produto: *banana orgânica*

• **Instituto Elo Amigo- Iguatu**

TEL: (88) 581 65 75/581 50 81 (Agropolo Centro Sul)

E-mail: eloamigo@eloamigo.org.br

Produto: *hortaliças, frutas e criação de pequenos animais*

• **Cooperativa Mista dos Cafeicultores Ecológicos
do Maciço de Baturité**

Rua Joaquim Alves Nogueira, 596 - s/n - Centro

Guaramiranga - CE

TEL: (85) 226 6575/9981 9572

E-mails: comcafe@secrel.com.br / intercom@secrel.com.br

Contato: Antonio Eugênio

Produto: *café*

• **APOI - Associação dos Produtores Orgânicos da Ibiapaba**

Rua Pedro Oliveira Freire, 231

TEL: (88) 9962 7528/ 626 24 98

E-mails: apoi@ligbr.com.br/ jenipaporganico@hotmail.com

Contato: Diana Pereira Gomes

Produtos: *hortaliças e frutas (banana, maracujá, melancia, abacate)*

• **Grupo de produtores agroecológicos familiares de Choró Limão**

Rua N.Sra. De Fátima s/n

CEP 63.950-000 Choró Limão -CE

TEL: (88) 438 1129

E-mail: strchoro@quixadanet.com.br

Contato: Eliane Lobo Ramos

Produtos: *algodão, milho, feijão, gergelim*

• **Pequenos Produtores de Beberibe**

Comunidade de Palmeira -CE

TEL: (85) 378 0003

Contato: Francisco Flávio da Silva

Produtos: *cera de olho, cera de palha*

• **Rede de Assentamentos de Miraíma**

Sindicato dos Trabalhadores Rurais- Miraíma-CE

TEL: (88) 630 1330

Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado
no Norte e Nordeste do Brasil

Contato: Assis

Produtos: *pó cerífero tipo 1*

• **Associação dos Moradores de Pirapora**

Pirapora - Caucaia- CE

TEL: (85) 387 9002

Contato: Dona Nair

Produtos: *farinha, castanha, coco, pescado*

• **Associação Comunitária de Coqueiro**

Coqueiro - Caucaia- CE

TEL: (85) 3061 0380

Contato: Dona Nenen

Produtos: *castanha, caju, farinha, coco, goma*

• **Associação Conjunto de Agricultores e Pescadores de Pitombeira**

Pitombeira - Caucaia- CE

TEL: (85) 387 9005

Contato: Socorro

Produtos: *farinha, coco, pescado*

• **Associação Comunitária Rural de Carnaúba**

Comunidade Carnaúba - Pentecoste- CE

TEL: (85) 352 1157

Contato: Expedito Soares de Paiva

• **APOI-Associação dos Produtores Organicos Ibiapaba**

Rua Pedro Oliveira Freire, 231

TEL: (88) 626 2498

Contato: Diana Pereira Gomes

• **ADEC**

Rua Odilon Aguiar s/n Tauá - CE

TEL: (88) 437 1253

Contato: Francisco das Chagas Loiola Maia

Produtos: *algodão, milho, feijão, gergelim*

• **Comunidade Juá**

Comunidade Juá – Irauçuba - CE

TEL: (88) 635 2120

Contato: Danilo Camelo Oliveira

• **Aliança Social**

TEL: (85) 9994 0773

E-mail: wangles@terra.com.br

Contato: Wangles Maia Moura

• **Associação Comunitária do Xixá**

Comunidade Xixá - Pentecoste- CE

TEL: (85) 352 1157

Contato: Iêda Maria de Sousa Santos

• **Associação dos Fruticultores do Município de Itapajé**

Rua: Jandira Bastos Magalhães, 1700. Loja D-07

Bairro Paulo Viera de Mesquita – Itapaje

TEL: (85) 346 1666

E-mail: arnobioalbanu@ligbr.com.br

• **Pequenos Produtores de Beberibe**

Comunidade de Palmeira - Beberibe

TEL: (85) 37 80003

Email: oscar@sertão.org.br

Contato: Francisco Flávio da Silva

Produtos: *cera*

Rio Grande do Norte

• **Associação de Moradores para Desenvolvimento de Carnaúba do Padre**

Carnaúba do Padre

TEL: (84) 247 5092

Contato: Tiago de Castro

• **Grupo de Produtores Orgânicos de Baraúna**

Baraúna (P.A's: Caatinga, Rancho do Pereiro, Olho d'água da Escada, Poço Baraúna I e Tiradentes)

TEL: (84) 320 2539

Contato: Maria da Paz

Produtos: *mamão, gergelim, pimentão, milho, mel*

• **Associação de Mulheres de Carnaúba dos Limas e Pau D'óleo**

Sítio Carnaúba dos Limas

TEL: (84) 502 3299

Contato: Cristiane Araújo de Melo

• **COOPERCAJU- Cooperativa de Beneficiadores Artesanais de Castanha do Rio Grande Norte**

Rua Projetada s/n Vila Rio Grande do Norte

CEP 59.663-000 Serra do Mel- RN

TEL: (84) 334 0013

Contato: José Alves da Silva

Produto: *castanha orgânica (in natura)*

• **Associação de Mulheres de Nova Descoberta**

Sítio Nova Descoberta

TEL: (84) 21 61 31

Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado
no Norte e Nordeste do Brasil

E-mail: rosilvado@aacrn.org.br

Contato: Claudenires

- **APOB- Associação dos Produtores Orgânicos do Projeto Boqueirão**

Vila Assis, P.A Boqueirão, Touros / RN

TEL: (84) 221 61 31/ 99 84 84 83

E-mail: aacrn@aacrn.org.br

Contato: José Targino Sobrinho

Produto: *abacaxi orgânico*

- **Associação Agroecológica ARAGRESTE**

Povoado Cangandu

TEL: (82) 99 97 31 67

Email: rudsonarmento@yahoo.com.br

Contato: Esmeralda Porto Lopes/Rudson Sarmiento Maia

Produto: *hortaliças*

- **Associação Agroecológica do Vale do Mundáu - AGROVALE**

TEL: (82) 99 97 31 67

Email: rudsonarmento@yahoo.com.br

Contato: Evandro, Rudson Sarmiento Maia

Produtos: *frutas e hortaliças*

- **Associação Agroecológica de Maragogi - AGROMAR**

Assentamento Bom Jesus

TEL: (82) 99 97 31 67

Email: rudsonarmento@yahoo.com.br

Contato: José Gomes/ Rudson Sarmiento Maia

Produtos: *frutas*

Maranhão

- **Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco**

Rua Nova Brasília nº 200 Nova Brasília- MA

Lago do Junco-MA

TEL: (99) 642 2152

E-mail: assemacomercio@ig.com.br

Contato: Mayk Ohnee

Produtos: *óleo de babaçu*

- **Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis**

Av. Getúlio Vargas nº 1113, Laranjeira

Esperantinópolis- MA

TEL: (99) 642 2152

E-mail: assemacomercio@ig.com.br

Contato: Mayk Ohnee

Produtos: *farinha de babaçu*

• **AMTR- Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais**

Travessa 1º de Maio nº 55, Centro,

Lago dos Rodrigues- MA

TEL: (99) 262 8076

Contato: Dora

Produtos: *sabonete de babaçu*

Pará

• **CART**

Rua Frei Cristovão de Lisboa , nº 1485 - PA

C/o APACC - Caixa Postal 37,

CEP 68.400-000 Cametá - PA

TEL: (91) 3781 1342

Contato: Jeoval Santos de Carvalho

Produtos: *açaí*

• **CFR de Cometá**

Passagem do Coco s/n

CEP 68.400-000 Cametá - PA

TEL: (91) 3781 1669

Contato: Marcelo da Silva Alves

• **APACC**

Caixa Postal Cametá 37

CEP 68.400-000 Cametá - PA

TEL: (91) 3781 1622 / 3781 1010

Contato: Frankismar Marciel ou Ruth Correa

Produtos: *açaí*

• **Associação 24 de Julho**

Rodovia PA 124, Km 03, Curuçá

CEP 68.640-000 Ourem - PA

TEL: (91) 467 1445/ 467 1337

Contato: Selma, Macarrão

• **Associação dos Abelhudos de Tamatateua**

Comunidade de Tamatateua Caixa Postal 671

Bragança - PA

TEL: (91) 3836 4000

Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado
no Norte e Nordeste do Brasil

Contato: Marly Lúcia da Silva Sousa

Produtos: *mel*

• **COMAPEBAL**

Av. Antônio Balão nº 215

Centro- Baião- PA

TEL: (91) 3795 1121

CEP 68.465 000

Contato: Nilton Lopes de Farias, Laudinéia Palheta Rocha

Produtos: *pimenta-do-reino*

• **Escola Família Agrícola / Fundação agrária do Tocantins Araguaia**

Folha 27, Quadra 07, Lote 07 - Nova Marabá

CEP: 68.509-160 Marabá - PA

TEL: (94) 9162 7815

E-mail: maysesdias@hotmail.com

Contato: Moisés Dias

Produtos: *banana, ovos, alface, cheiro verde, cebolinha*

• **Associação da Vila de São Roberto**

Vila de São Roberto , Zona Rural

Maracanã - PA

TEL: (91) 448 1248

Contato: Paulo Sérgio Teixeira

Produtos: *coco, mandioca, feijão, maracujá, tapereba, bacuri*

• **MMNEPA - Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense**

Av. Presidente Média, Bairro Primeiro, nº 756

CEP: 68.700-056 Copanema - PA

TEL: (91) 462 1818

Contato: Maria de Jesus dos Santos Lima

Produtos: *mel, frango*

• **COOPBAB**

Rua Capitão Tameira Bittencourt , nº 605 - Centro

Barcarena

TEL: (91) 9607 1449

FAX: (91) 3753 1877

Contato: José Eustáquio Pimentel de Oliveira

• **ADS - Amazônia - Cut - PA**

Rua D.Pedro I, nº 1012

CEP 66.050-100 Belém - PA

TEL: (91) 212 0864/(92) 9143 4550

E-mail: adspa@ads.org.br

• **Associação das Mulheres Cameté**

Tv. Padre Antônio França, 176 B

CEP 68.400-000 Cameté - PA

TEL: (91) 37 811 650

Contato: Suzana Sanches

Produtos: *açaí*

• **Associação de Mulheres**

Rua Padre Vitório, 786 - Igarapé

Miru - PA

TEL: (91) 3755 1202

Contato: Raimunda da Costa Almeida

Produtos: *açaí*

• **ASPROEXPA/ALQ**

Travessa Tiago Serrão, 188, Luanda

Alenquer - PA

TEL: (93) 526 1613 /96548949

E-mail: clodoreis@ligbr.com

Contato: Clodoaldo Ferreira dos Reis

Produtos: *mel*

• **Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba**

Passagem Coração de Jesus, nº152 B. Algodoad

TEL: (91) 3751 4955 /9113 8850

Contato: Raimundo Brito

Produtos: *polpa de açaí, doce de fruta*

• **Associação Lamparina**

Rodovia PA 124, Km 5, Capitão do Poço

Garrafão do Norte

TEL: (93) 468 1433

• **FANEP - Fundação Sócio Ambiental do Norte Paraense**

Av. Presidente Médice, nº 567 - B. Primeira - Capanema

TEL: (93) 462 1123

E-mail: fanep@chekup.com

Contato: Marcelo A. M. Vasconcelos

• **ACOSPER**

Avenida Cuibá s/n- bairro Matinha

CEP 68.040-400 Santarém - PA

TEL: (93) 524 1244/ 524 2010

E-mail: acosper@netsan.com.br

Contato: Lailson Lima da Costa

Produtos: *borracha, artesanato*

Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado
no Norte e Nordeste do Brasil

• **Associação de Produtores de C. Fleixeira**

Av. Visconde Sousa Franco, nº 1225

CEP 68.600-000 Bragança - PA

TEL: (91) 9997 1285

Contato: José Ferreira de Araújo

Produto: *mel*

• **Grupo de Apicultores de Acarajú - Bragança**

Comunidade de Bacuriteua

CEP 68.600-000 Bragança- PA

TEL: (91) 3836 4000

Contato: Marly Sousa

Produto: *mel*

• **Grupo de Mulheres Filetadoras**

Vila do Bonifácio – Ajuruteua

CEP 68.600-000 Bragança- PA

TEL: (91) 9119 0728

Contato: Ângela da Silva Rocha ou Raimunda Moura

Produtos: *peixe, filé de peixe, carcaça, vísceras*

• **Grupo de Mulheres de Caratateua**

Rua Tancredo Neves s/n - Vila de Caratateua

CEP: 68.600-000 Bragança- PA

TEL: (91) 3836 5061

Contato: Adriane de Nasaré Paixão Reis

Produtos: *caranguejo, massa de carne, patinha de caranguejo, casquinha, ossos*

• **Grupo de Produção de Andiroba**

CEP 68.040-400 Santarém- PA

TEL: (93) 522 4034

Contato: Karina

• **Cooperativa de Pequenos Produtores Agro-estrativistas**

Travessa Taquaré s/n

Nova Ipixuna - PA

TEL: (94) 344 3433 /344 3169

Contato: Alberto

Produtos: *cupuaçu e açai*

• **Cooperativa de Pequenos Produtores Agro-extini**

Taquari s/n,

Nova Ipixuna - PA

TEL: (94) 344 3433/344 3169

Contato: Alberto

Produtos: *cupuaçu e açai*

• **Associação dos Moradores de Ferrugem dos Mandus**

Associação de Apicultores Presidente Juscelino

Travessa Bom Jesus, Quadra 112, n° 05

Jardim São Cristovão

TEL: (98) 259 57 19

Email: tijupa@elo.com.br

Contato: Nato/Valdemar

Produto: *mel*

• **Associação de Boa Esperança**

Rio Santo Antonio Igarapé-Miri-PA

TEL: (91) 428 7571 744 0045

Contato: Tomé Correia Afonso

Produto: *açaí*

Entidades da sociedade civil

PERNAMBUCO

- **CAATINGA**

Sítio Lagoa do Urubu Fazenda Urtigas

Ouricuri - PE

TEL: (87) 3874 1258 / 3874 15 67

E-mail: caatinga@caatinga.org.br

Site: caatinga.org.br

- **CÁRITAS**

TEL: (81) 3231 3435

E-mail: carecife@terra.com.br

- **CENDHEC - Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social**

Rua Gervásio Pires, 921. Boa Vista

CEP 50.050-070 Recife-PE

TEL: (81) 3231 3654 / 3222 0378

E-mail: cendhec@terra.com.br

- **Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro**

Rua São Gonçalo, 118 - Boa Vista

CEP 50.070-600- Recife - PE Fax:

TEL: (81) 3423 2800 FAX: (81) 3423 5242

Site: josuedecastro.org.br

E-mail: cjcinst@terra.com.br

- **Centro de desenvolvimento agro-ecológico Sabiá**

Rua do Sossego, 355 - Sto.Amaro

CEP 50.050-080 Recife - PE

TEL: (81) 3423-8775/3223 70 26

FAX: (81) 3231-0492

E-mail: sabia@centrosabia.org.br

Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado
no Norte e Nordeste do Brasil

• **CNiP – Centro Nordestino de Informações sobre Plantas**

Universidade Federal de Pernambuco

Centro de Ciências Biológicas

Av. Professor Nelson Chaves, s/n

CEP 50.670-420 Recife - PE

TEL/FAX: (081)3453 2782

Site: cnip.org.br

cnip@cnip.org.br

• **Catholic Relief Services – CRS**

Rua Buenos Aires, 212

CEP 52.020-180 Recife - PE

E-mail: lcm@crs-brasil.org.br

TEL: (81) 3423 8711

• **FASE Pernambuco**

Rua Viscondessa do Livramento, 168

Derbi - Recife - PE

TEL: (81) 3221 5478

E-mail: fasene@elogica.com.br

• **MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra**

TEL: (81) 3722 3136

E-mail: mstpe@netstage.com.br

• **Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco**

TEL: (87) 3851 1160

E-mails: assueres@bol.com.br - polosubmedio@bol.com.br

• **Serta - Serviço de Tecnologia Alternativa**

TEL: (81) 3658 1226

Site: serta.org.br - E-mail: serta@serta.org.br

BAHIA

• **Cealnor - Central de Associações do Litoral Norte**

TEL: (75) 426 1719

E-mail: cealnor@terra.com.br

• **Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA**

Avenida das Nações nº 4,

CEP 48.900-000 Juazeiro - BA

TEL: (74) 611 6481 / 611.6577

FAX: (74) 611 5385

Site: irpaa.org.br

Email: irpaa@irpaa.org.br

• **IPETERRAS - Instituto de Permacultura em Terras Secas**

TEL: 9121 0776

E-mail: ipeterras@bol.com.br

• **Jupará – Assessoria para o Desenvolvimento Agroecológico em Comunidades Rurais**

Avenida Ubaitaba 410, Bairro Malhado

Caixa Postal 317

CEP 45.651-500 Ilhéus - BA

TEL/FAX: (73) 634 13 85

E-mail: juparaeco@uol.com.br

• **Movimento de Organização Comunitária - MOC**

Caixa Postal 338

Rua Pontal 61 - Alto do Cruzeiro

CEP 44.017-170 Feira de Santana - BA - Brasil

TEL: (75) 221 1393

Site: moc@org.br

E-mail: moc.ba@uol.com.br

• **PROCUC/COOPERCUC**

TEL: (74) 673 1296

E-mail: procuc@lkn.com.br

• **SASOP - Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais**

Rua Conquista, no. 132, Parque Cruz Aguiar - Rio Vermelho

CEP 41.940-610 Salvador – BA

TEL: (71) 335 6049

E-mail: sasop@sasop.org.br

CEARÁ

• **ACB - Associação Cristã de Base**

Rua dos Cariris, 61 – Centro – Crato

TEL: (88) 521 3005

E-mail: acb@baydejbc.com.br/acb@netcariri.com.br

• **CAA - Centro de Aprendizado Agroecológico**

Alameda das Assucenas, Q 26 Casa 82 / Cidade 2000

CEP 60.190-120 Fortaleza - CE

TEL: (85) 249 1855

E-mail: hojejco@terra.com.br

• **Cáritas – regional Ceará**

Rua Rufino de Alencar, 80 - Centro

CEP 60.060-620 Fortaleza

Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado
no Norte e Nordeste do Brasil

TEL: (85) 231-4783 / 253 6998

E-mails: caritace@fortalnet.com.br/caritacepsa@fortalnet.com.br

• **CETRA**

Rua Tiburcio Cavalcante, 2953 – Dionisio Torres

CEP 60.125-101 Fortaleza

TEL: (85) 247 1660

E-mail: cetra1981@cetra.org.br

• **ESPLAR**

Rua Princesa Isabel, 1968 - Centro – Fortaleza

TEL: (85) 221 1324 / 252 2410

Site: esplar.org.br

E-mail: esplar@esplar.org.br

• **FETRAECE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará**

Av. Visconde do Rio Branco, 2198 - Joaquim Távora - Fortaleza

TEL: (85) 231 5887

FAX: (85) 231 7584

E-mail: fetraece@baydenet.com.br

• **Fundação CEPEMA**

Rua Cratêus, 1250 - Parquelândia - Fortaleza

TEL: (85) 223 8005

E-mail: cepema@attglobal.net

• **GERMINARE**

Rua Pedro de Queiroz, 1354 – Parquelândia

CEP 60.450-220 Fortaleza

TEL: (85) 283 55 65

FAX: (85) 283 1686

Site: www.germinare.org.br

E-mail: germinare@germinare.org.br

• **IDER - Instituto de Desenvolvimento sustentável de Energias Renováveis**

Rua Júlio Siqueira, 581 - Dionisio Torres

CEP 60.130-090 Fortaleza

TEL: (85) 247 6506/247 6597

Site: www.ider.org.br

E-mail: ider@matrix.com.br

• **Instituto Sertão**

Av. Santos Dumont, 1343 - sala 606 – Aldeota - Fortaleza – CE

TEL: (85) 253 2422

FAX: (85) 253 4728

E-mail: sertao@sertao.org.br

- **Mokiti Okada**

Rua Dona Leopoldina, 564 – Centro

TEL: (85) 3131 1190

E-mail: adrianaotutumi@yahoo.com.br

- **NEPA - Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada**

Rua Monsenhor Furtado, 2326 – Couto Fernandes - Fortaleza

TEL: (85) 482 2377 / 9994 0773

Site: www.nepa.org.br

E-mail: nepa@nepa.org.br

- **Obra Kolping**

Rua Mirtil Meyer, 100 - Mondubim

CEP 60.762-080 Fortaleza – CE

TEL: (85) 296 1289

E-mail: kolpingecn@veloxmail.com.br

- **Instituto Terramar**

Rua Pinho Pessoa, 86 - Joaquim Távora

TEL: (85) 226 2476

FAX: (85) 226 4154

E-mail: terramar@fortalnet.com.br

- **Terrazul**

Av. Santos Dumont, 1267 - Loja 04 - Aldeota - Fortaleza- CE

TEL: (85) 3088 5618

FAX: (85) 231 33 75

Site: www.ins-terrazul.hpg.com.br

E-mail: insterra@matrix.com.br

RIO GRANDE DO NORTE

- **Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte - AACC**

Rua Doutor Múcio Galvão, 449 – Lagoa Seca

Caixa postal: 55/59.001-970

CEP 59.022-530 - Natal – RN

TEL: (84) 211 6131/6415

FAX (84)211 6131/6415

Site:www.aaccrn.org.br

E-mail: aaccrn@aaccrn.org.br

- **CEAHS - Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza**

Rua Prof. Zuza, 263 - salas 113/114 - Centro Empresarial Samburá

CEP 59.025-160 Natal/RN

Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado
no Norte e Nordeste do Brasil

TEL: (84) 221 0351

E-mail: ceahs@uol.com.br

- **Comissão Pastoral da Terra**

TEL: (84) 316 2516

E-mail: cptrn@uol.com.br

- **COOPERVIDA – Cooperativa da Agropecuária Orgânica do Semi-árido**

TEL: (84) 317 2206

E-mail: cooper.vida@uol.com.br

- **VISÃO MUNDIAL**

TEL: (84) 206 6800

E-mail: vmaguaevida@veloxmail.com.br

PARÁ

- **Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional**

FASE Pará/Amazônia

Rua Bernal do Couto, 1329

CEP 66.055-080 Umarizal - Belém - PA

TEL: (91) 242 0318

FAX: (091) 241 53 10

E-mail: fasepa@fase-pa.org.br

ACRE

- **PESACRE - Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas**

Agroflorestais do Acre

Rua Iracema, Q-11, casa 08, Conjunto Village, Bairro Vila Ivonete.

Caixa Postal 277

CEP 69.914-390, Rio Branco – AC

TEL: (68) 223 3773/ 223 1089/ 223 1067

FAX: (68) 223 1274

Site: www.pesacre.org.br

E-mails: jacque@pesacre.org.br/ regis@pesacre.org.br

MARANHÃO

- **ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamento
no Estado do Maranhão**

Rua Ciro Rêgo, 218 - Centro.

CEP 65.725-000 Pedreiras - MA.

TEL/FAX: (98) 642 2061

E-mail: comunicacao@assema.org.br.

Certificação

A certificação é um processo que atesta que determinada propriedade está dentro das Normas de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura (Portaria M.A.07 de 17.05.99), e que os alimentos produzidos e comercializados são realmente orgânicos. Quem certifica, fornece os selos e inspeciona o produtor orgânico são as ONGs (organizações não governamentais), credenciadas junto ao Ministério da Agricultura, como as entidades a seguir:

- **AAOCERT - Associação de Agricultura Orgânica Certificadora**

Av. Francisco Matarazzo, 455
CEP 05.001-900 - São Paulo - SP
TEL/FAX: (11) 3673 8013
Site: www.aao.org.br
Email: organicacert@uol.com.br

- **AAO - Associação de Agricultura Orgânica**

A entidade fornece selo de produtos orgânicos e acompanha 380 produtores certificados ou em processo de certificação.
Av. Francisco Matarazzo, 455 - Prédio do Fazendeiro, 2º andar, sala 24.
CEP 05.001-900 São Paulo -SP
TEL: (11) 3875 2625 FAX (11) 3872 1246
Site: www.aao.org.br
E-mail: organica@uol.com.br

- **AAOPA - Associação de Agricultura Orgânica do Paraná**

Atua principalmente com agricultores familiares, não faz certificação, utilizando o Instituto Biodinâmico (IBD).
Rua Gottlieb Rosenau, 158 - Tarumã, Curitiba
TEL: (41) 363 7021
E-mail: aaopa@avalom.com.br

Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado
no Norte e Nordeste do Brasil

• **ABIO - Associação de Agricultores Biológicos**

Oferece uma feira de produtos orgânicos no Rio de Janeiro.

Jardim Botânico de Niterói

Alameda São Boaventura, 770

CEP 24.120-191 Niterói – RJ

TEL: (21) 2625 6379

Site: abio.org.br

E-mail: abio@abio.org.br

• **APAN - Associação dos Produtores de Agricultura Natural**

Segue a filosofia de produção de alimentos naturais da Fundação Mokiti Okada (MOA), ligada à Igreja Messiânica e promove cursos e seminários, principalmente de cultura de verduras, legumes, café, cogumelos *shitake* e carvão vegetal.

Rua Conselheiro Furtado, 324 - Sala 305 – 3o andar – Liberdade

CEP 01.511-000 São Paulo - SP

TEL: (11) 3208 5163 / 3271 7045 FAX: (11) 3275 4831

Site: www.apan.org.br

E-mail: contato@apan.org.br

• **ASPAN - Associação dos Produtores de Agricultura Natural**

Certificação de Produtores da Agricultura Natural - São Paulo - SP

TEL: (19) 833 9273

• **Chão Vivo - Associação de Certificação de Produtos Orgânicos do Espírito Santo**

Avenida Frederico Grulke, 612 - sala C

CEP 29.645-000 - Santa Maria de Jetibá - ES

TEL: (27) 3263 1495

Site: www.chaovivo.com.br

E-mail: organicacert@chaovivo.com.br

• **IBCERT - Instituto Brasileiro de Certificação Ética**

Rua Itapicuru, 369, 3º andar, cj 303

CEP 05.006-000 - Perdizes - SP

TEL/FAX: (11) 3862 9482

Site: www.ibcert.org.br

E-mail: info@ibcert.org.br

• **IBD - Instituto Biodinâmico**

Foi a primeira organização brasileira a obter creditações internacionais para exportação, um dos motivos que o tornaram o principal certificador do País para o mercado interno e externo. Fornece dois selos: o do IBD (para alimentos orgânicos) e o Demeter (selo internacional para alimentos biodinâmicos, que obedece a critérios diferenciados dos orgânicos).

Caixa Postal: 321
CEP 18.603-970 - Botucatu - SP
TEL/FAX: (14) 6822 5066/6821 7862
Site: www.ibd.com.br
E-mail: ibd@ibd.com.br

• **IMO - Instituto de Mercado Ecológico**

Certificadora brasileira ligada a grupo sediado na Suíça. Atua em 50 países. Faz inspeção e certificação de sistemas de controle de qualidade ambiental e social, de têxteis, madeira, apicultura, piscicultura e criações animais com ênfase em agricultura orgânica. Possui acreditação internacional de exportação para todos os mercados

Rua Itapicuru 369, cj. 2104
CEP 05.006-000 São Paulo - SP
Site: www.imo.ch
E-mail: imocontrol@terra.com.br
TEL (11) 3868 2578 FAX: (11) 3873 6597

• **MOA - Fundação Mokiti Okada**

Instituição japonesa de atuação mundial. Promove, desenvolve e certifica a Agricultura Natural no Brasil. É ligada à Korin Agricultura Natural Ltda, uma das fundadoras da Associação de Avicultura Alternativa (AVAL), e grande produtora de Frango Verde.

Av. 3, nº 245 sala 83 - Edifício Colúmbia - Centro
CEP 13.500 -390 - Rio Claro - SP
TEL: (19) 533 3267 TEL/FAX: (19) 533 3290
Site: www.mokitiokada.org.br
E-mail: certfmo@hotmail.com

CERTIFICADORAS REGIONAIS

• **ANC - Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região**

Atua há mais de 12 anos na certificação de agricultores, comerciantes e produtores de insumos orgânicos. Tem uma atuação que abrange toda região de Campinas. Apoia a comercialização de produtos orgânicos, com várias feiras de produtores.

Rua Maestro Florence nº 30 - Jardim Chapadão
CEP 12.070-164 – Campinas -SP
TEL/FAX (19) 3213 7759/239 0744
E-mail: anc@correionet.com.br

Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado
no Norte e Nordeste do Brasil

- **COOLMÉIA - Cooperativa Ecológica**

Certifica agricultores do sul do Brasil e dá assessoria em agricultura ecológica, cursos, palestras e implementação de cultivos. A cooperativa organiza uma feira em Porto Alegre, às quartas-feiras e sábados, administra uma lanchonete e um restaurante de alimentos orgânicos na capital gaúcha.

Rua José Bonifácio, 675, Bonfim, 10 andar.

CEP 90.040-130 Porto Alegre - RS

Site: www.coolmeia.com.br

Email: coolmeia@coolmeia.com.br

- **ECOVIDA - Rede de Agroecologia Ecovida**

Atualmente, a Rede Ecovida conta com 21 núcleos regionais, abrangendo em torno de 170 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores. Rod. Admar Gonzaga 1346 - Cepagro (CCA/Ufsc)

TEL: (48) 334 3176

Ste: www.ecovida.org.br

Email: ecovida@ecovida.org.br

INTERNACIONAIS que atuam no Brasil

- **BCS ÖKO-Garantie**

Principal certificadora alemã. Atua em 50 países, representa 60 mil produtores e 800 empresas. Possui as creditações internacionais para venda de alimentos no Mercado Comum Europeu, nos Estados Unidos e no Japão. Entre os produtos que certifica estão os vinhos orgânicos das marcas Concha Y Toro e Tarrapacá, no Chile. Atua no Brasil desde outubro de 2000 e acompanhava para certificação, em abril de 2002, 30 projetos no País, de produção de café (principal produto), frutas, óleo de dendê e carne de javali. Caixa Postal 159 CEP 13.400-970 Piracicaba - SP

TEL/FAX: (19) 3411 4041

Site: www.bcs-oeko.de

E-mail: gbacchi@terra.com.br

- **ECOCERT Brasil**

Representação brasileira da empresa francesa Ecocert, com atuação em mais de 70 países. Certifica alimentos e produtos tanto no Brasil quanto no Exterior e, além dos alimentos, certifica a atuação extrativista, a produção sem uso de mão-de-obra infantil escrava ou cadeias de produção livres de transgênicos.

Rua Osni Ortiga, 949

CEP 88.062-450 Florianópolis - SC

TEL/FAX: (48) 232.8033

E-mail: ecocert@ecocert.com.br

• **Eco-LOGICA - Certification Agency of Organic Production**

Apdo.132-2020 Correo Interno

Centro Postal - Costa Rica

TEL (+506)280-6592

FAX (+506)224-6676

• **FVO - Farm Berified Organic - Brasil**

Certificadora internacional americana acreditada na IFOAM.

A empresa certifica alimentos “*in natura*”, beneficiados, industrializados, adubos, óleos vegetais para uso terapêutico e em cosméticos, entre outros. Além disso, fornece treinamento e capacitação em técnicas de produção orgânica.

Rua Silveira Lobo, 32. Bairro Casa Forte

CEP 52.061-030 Recife-PE

TEL: (81) 3231.2666

E-mail: fvoibr@terra.com.br

• **Guaranteed Organic Certification Agency (GOCA)**

5464 Eighth St.

Fallbrook, CA 92028

TEL: (+760) 731-0496

FAX: (+760) 731-0498

E-mail: heermans@tfb.com

• **Imaflora**

É ligada à Rede de Agricultura Conservacionista Mundial e à rede Smartwood, ONG americana de certificação de madeira extraída de reservas auto-sustentáveis. Atualmente, o Imaflora certifica a exploração e exportação de açaí, palmito e castanha no norte do País e apóia a produção de banana (Vale do Ribeira e Ubatuta, SP), cacau (BA) e café (MG) e projetos de defesa da Mata Atlântica.

Av. Carlos Botelho, 853, sala 2

CEP 13.416-145 Piracicaba - SP

TEL/FAX: (19) 3433 0234/3422 6253/3420 3222

Site: www.imaflora.org.br

Email: imaflora@imaflora.org

• **O CIA International - Organic Crop Improvement Association**

6400 Cornhusker Hwy, Suíte 125

Lincoln, NE 68507-3160 - USA

Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado
no Norte e Nordeste do Brasil

TEL (+1-402) 477-2323

Fax. (+1-402) 477-4325

Site: www.ocia.org

E-mail: info@ocia.org

• **OIA - Organización Internacional Agropecuária**

É associada da OIA Argentina, única entidade acreditadora (que autoriza as certificadoras) da América Latina, com acesso aos mercados do Japão, Europa e Estados Unidos. No Brasil é parceira da Associação de Agricultura Orgânica de São Paulo (AAO) para exportação. Além de certificar alimentos, a OIA-Brasil também atesta a qualidade e origem de alimentos. A organização somava, em março de 2002, cerca de 20 projetos de produtores de café, frutas, horticultura e pecuária de corte, todos em período de conversão para certificação.

Rua Augusta 1.939 / sala 61

CEP 01.412-000 - São Paulo - SP

TEL/FAX: (11) 3083 4043/3068 9743

Site: www.certificacionoia.com

E-mail: oiabrasil@uol.com.br

• **SKAL - Skal International do Brasil**

A Skal International do Brasil faz parte do grupo holandês Skal - Control Union, que há dez anos atua na área e atende a 2.000 produtores certificados, em 40 países. No Brasil, começou a funcionar em abril de 2001, com sede em Barreiras (BA). A maioria dos produtos que certifica vai para o mercado externo. No País produz ketchup orgânico e uma pasta de tomate temperada. No Exterior tem 5 produtores associados, de frutas (*in natura*, polpa e processados), além de madeira e de minérios.

Escritório em São Paulo

TEL: (11) 3819 0019 - Ramal 218

FAX: (11) 3234 3448/ 3232 4566

E-mail: skalbrasil@daventria.net

Certificação e Manejo Florestal

• **Amigos da Terra/ Programa Amazônia**

Rua Bento de Andrade, 85

CEP: 04503-010 São Paulo - SP

Tel.: 55 11 3887 9369

Fax: 55 11 3884 2795

Site: www.amazonia.org.br

E-mail: contato@amazonia.org.br

• **Forest Stewardship Council - FSC**

Conselho Brasileiro de Manejo Florestal

SHIS QI 5 Bloco F sala 228 - B,

CEP 71.615-560 Brasília - DF

TEL: (61) 248 7274

FAX: (61) 248 1321

Site: www.fsc.org.br

E-mail: fsc@fsc.org.br

• **FFT - Fundação Floresta Tropical**

Tv. 14 de Abril, nº 1464 - São Braz

CEP: 66063-140 Belém - PA

Caixa Postal: 13077 CEP: 66040-970

TEL: (91) 2 2 9 8 3 7 1

FAX: (91) 2 4 9 7 9 2 3

Site: www.fft.org.br

E-mail: geral@fft.org.br

• **IMAZON- Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia**

Caixa Postal 5101

CEP 66.613-397 Belém - PA

TEL: (91) 235 4214

FAX: (91) 235 0122

Site: www.imazon.org.br

E-mail: imazon@imazon.org.br

Outros Endereços úteis

• **CAPINA**

Serviço de apoio à comercialização de produtos das organizações de agricultores familiares.

Av. Rua Evaristo Veiga 16, Grupo 1601, Centro

CEP 20.031-040 Rio de Janeiro -RJ

TEL: (21) 2220 4580

FAX: (21) 2220 1616

Site: www.capina.org.br

• **CATI - Coordenação de Assistência Técnica Integral**

Campinas- SP

TEL: (19) 241 3900 - ramal 181

Site: www.cati.sp.gov.br

Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado
no Norte e Nordeste do Brasil

E-mail: roberto@cati.sp.gov.br

• **IFOAM - Internacional Federation of Organic Agriculture Movements**

Orgão Internacional de Normatização dos Padrões para a Comercialização
de Produtos Orgânicos.

Tholey-Theley-Alemanha

TEL (+49) 6853 5190

E-mail: ifoam@t-online.de

Governmental

• **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**

Av. Parajana, 5700 - Bloco E1 Superior - Passaré

CEP 60.740-000 Fortaleza - CE

TEL: (85) 299 3481/299 30 96

E-mail: monicabf@bnb.gov.br

Contato: Dra. Mônica Farias,

Consultora Interna de Políticas de Desenvolvimento BNB

• **CEASA**

Av. Dr. Steinbrush, S/N - Pajuçara - Maracanaú - CE

TEL: (85) 299 1200 FAX (85) 215 3079

E-mail: presidente@ceasa-ce.com.br

Contato: Cândida Figueiredo

• **EMBRAPA**

Embrapa Caprinos

Faz. Três Lagoas, Estrada Sobral/Groaíras-km 4

CP D10 - CEP 62 011 970 Sobral - CE

TEL: (88) 677 7065

FAX: (88) 677 7055

Contato: Helenira E. M. Vasconcelos

E-mail: helenira@cnpic.embrapa.br

• **EMATERCE**

Av. Bezerra de Menezes

Nº 1900, São Gerardo

CEP: 60.325-000 Fortaleza - CE

TEL: (85) 433 9031

E-mail: emater@ematerce.ce.gov.br

TEL: (85) 433 9030

• **INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**

Av. Américo Barreira, n. 4.700 - Bairro Bela Vista

CEP 60.442-800 Fortaleza - CE
TEL: (85) 299 1342/299 1335
E-mail: roberto.marcal@fla.incra.gov.br

• **IDACE**

TEL: (85) 287 2081
Site: idace.ce.gov.br
E-mail: Wilsonb@idace.ce.gov.br

• **Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)**

Secretária de Desenvolvimento Territorial
SBN - Ed. Palácio do Desenvolvimento - 8ª andar
CEP 70.057-900 Brasília - DF
TEL: (61) 42 69 887/4269 98 75
Site: www.mda.gov.br

• **SEAGRI - Secretária da Agricultura e Pecuária
do Governo do Estado do Ceará**

Av. Bezerra de Menezes, 1820 - São Gerardo
CEP 60.325-004 Fortaleza - CE
TEL: (85) 288 1597 / 288 1582
E-mail: herminio@seagri.ce.gov.br

• **SEBRAE - Serviço de Apoio as Micro e Pequenas
Empresas do Estado do Ceará**

Av. Monsenhor Tabosa, 777 - Meireles
CEP 60.165-011 Fortaleza - CE
TEL: (85) 255 6600 FAX: (85) 255 6808
Site: www.sebrae.com.br
E-mail: sebraece@ce.sebrae.com.br

Páginas eletrônicas de organizações agroecológicas:

- Agroecológica - site: www.agroecologica.com.br
- Agrorganica – site: www.agrorganica.com.br
- Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica – site: www.abd.com.br
- COOLMÉIA Cooperativa Ecológica – site: www.agirazul.com.br/coolmeia.htm
- Emater - RS – site: www.emater.tche.br/
- EMBRAPA AGROBIOLOGIA - Sistema Integrado de Produção Agroecológica “Fazendinha Agroecológica” – site: www.cnpab.embrapa.br/fazenda.html
- IEA – site: www.iea.sp.gov.br/agroeco.htm

Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado
no Norte e Nordeste do Brasil

- Instituto Biodinâmico - site: www.laser.com.br/Ibd/
- Instituto Elo de Economia Associativa – site: www.elo.org.br
- Korin – site: www.korin.com.br
- Planeta orgânico – site: www.planetaorganico.com.br

Revistas sobre agroecologia

- **Guia Chão & Gente** - publicação da associação Elo
E-mail: guia@elo.org.br
Site: www.elo.org.br
- **Revista Agroecologia Hoje**
E-mail: agroecologica@uol.com.br
Site: www.agroecologica.com.br
- **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**
Site: www.emater.tche.br
- **Revista Brasileira de Agropecuária** Ano 1 - no. 10
Site: www.escala.com.br

Livros sobre agroecologia

- ALMEIDA, Jalcione de e Zander Navarro: Reconstruindo a agricultura, Editora da Universidade Avenida João Pessoa, 415 - Porto Alegre, RS.
Fone/fax: (51)-2248821, 3164082 e 3164090.
E-mail: editora@orion.ufrgs.br
- ALTIERE, Miguel: Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável, Editora da Universidade Avenida João Pessoa, 415 - Porto Alegre, RS. Fone/fax: (51)-2248821, 3164082 e 3164090. E-mail: editora@orion.ufrgs.br
- EHLERS, Eduardo: Agricultura Sustentável, <http://www.uesb.br/adusb/textos/sustentavel2.html>
- GLIESSMAN, Stephen R.: Agroecologia, série “Estudos Rurais” da editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Editora da Universidade Avenida João Pessoa, 415 - Porto Alegre, RS.
Fone/fax: (51) 2248821, 3164082 e 3164090. E-mail: editora@orion.ufrgs.br
- PENTEADO C.P., Roberto: Introdução a Agricultura Orgânica - Normas e Técnicas de Cultivo roberto@cati.sp.gov.br ou www.agrorganica.com.br

Informações

Agricultura Orgânica

A expressão agricultura orgânica é freqüentemente entendida como agricultura sem produtos químicos. Há também a falsa idéia de que ela retroceda a práticas antieconômicas de décadas passadas e a produção em pequena escala, com métodos superados. O conceito é mais amplo, embora os agricultores orgânicos não usem agrotóxicos sintéticos, fertilizantes solúveis, homônios, sulfas, aditivos e práticas eficientes do passado. Os métodos alternativos são modernos, com técnicas agrônomicas sofisticadas e sistemas complexos. O objetivo principal não é a exploração econômica imediatista e inconseqüente, mas o uso da terra por longo prazo, com as propriedades estáveis e auto-sustentáveis.

As técnicas orgânicas procuram corrigir os erros da agricultura convencional, em que a produtividade não é conseguida por meios da reciclagem de nutrientes.

A agricultura orgânica também pode ser definida como um método de produção que procura chegar a sistemas ecologicamente equilibrados e estáveis, privilegiando a policultura, inclusive com a integração de animais. Os alimentos precisam ser saudáveis, de alto valor nutritivo, livres de resíduos tóxicos. Incluem-se na classificação dos alimentos orgânicos todos os produtos que preservem ao máximo seus valores nutricionais e

biológicos, mesmo após o processamento, embalagem e transporte, além do que têm que ser socialmente justos, ambientalmente sustentáveis e ecologicamente corretos.

Fonte: Manual de Agricultura Orgânica, Guia Rural - Editora Abril

Agricultura Biodinâmica

A Agricultura Biodinâmica, uma das corrente da Agricultura Orgânica, surgiu na Europa através de um ciclo de palestras feitas pelo filósofo austríaco Rudolf Steiner (1861-1925), em junho de 1924, quando ele ressaltou a importância das relações entre o solo e as forças de origem cósmica: a saúde do solo, das plantas e dos animais, segundo ele, dependia de colocar a natureza em conexão com aquelas forças.

O caminho para alcançar esse objetivo, segundo Steiner, era o uso de técnicas biodinâmicas: uma boa parte comum à agricultura orgânica além do uso de preparados biodinâmicos e do calendário agrícola biodinâmico.

No Brasil, a Agricultura Biodinâmica começou em 1973, quando a Associação Beneficente Tobias de Botucatu (SP), formou a estância Demétria, uma fazenda na qual se aplicam técnicas de agricultura orgânica e biodinâmica. Em 1982, foi criado o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural - IBD - que funciona como certificadora de produtos orgânicos.

Fonte: Fundamentos de Agricultura Biodinâmica, Rudolf Steiner - Editora Antroposófica.

Permacultura

Poderíamos definir Permacultura, literalmente, como "agricultura permanente". Esse conceito foi desenvolvido nos anos 1970 por dois australianos, David Holmgren e Bill Mollison, e foi resultado da criação e desenvolvimento de pequenos sistemas produtivos, junto com a integração harmônica do entorno, as pessoas e suas casas, proporcionando responder às necessidades básicas de uma maneira que se tornassem auto-sustentáveis com o tempo.

A Permacultura caracteriza-se por projetos ambientais que utilizam métodos ecologicamente saudáveis, economicamente viáveis, que respondam as necessidades básicas, sem explorar ou poluir o meio ambiente, e que se tornem auto-suficientes a longo prazo. Entende-se que tanto o habitante quanto a sua morada e também o meio ambiente em que estão inseridos fazem parte de um mesmo e único organismo vivo.

A Permacultura trata as plantas, animais, construções, infra-estruturas (água, energia, comunicações) não apenas como elementos isolados, mas como sendo todos parte de um grande sistema intrinsecamente relacionado.

Para isso, fazem-se necessários a observação e a combinação de vários aspectos: os ecossistemas, a sabedoria ancestral e também o conhecimento científico, aproveitando as qualidades inerentes das plantas e animais, combinando suas características naturais com os elementos que compõem a paisagem, e mais a infra-estrutura existente, para que se possa produzir assim um sistema que suporte o desenvolvimento da vida, tanto na cidade quanto no campo, utilizando-se o mínimo de recursos possíveis.

A Permacultura aproveita todos os recursos disponíveis, e faz uso da maior quantidade de funções possíveis de se aproveitar de cada elemento presente na composição natural do espaço. Mesmo os excedentes e detritos produzidos por plantas, animais e atividades humanas são utilizados para beneficiar outras partes do sistema.

As plantações são organizadas de modo que se aproveite da melhor maneira possível toda a água e a luz disponíveis. Elas são arranjadas num padrão circular em forma de mandalas, com acesso facilitado por todos os lados. Os pomares são cobertos de leguminosas imitando o ambiente das florestas. Os galinheiros são rotativos, para que as galinhas sejam deslocadas para outro ponto após terem estercado a terra, que será usada para outro fim, enquanto que as galinhas preparam e adubam uma nova área.

Procura-se aproveitar também toda a flora local, associando árvores, ervas, arbustos e plantas rasteiras, que se alimentam e se protegem mutuamente. A água da chuva também é aproveitada através da instalação de captadores, que faz com que a água seja armazenada e utilizada para diversos fins, como a descarga do vaso sanitário, por exemplo.

O princípio básico da Permacultura é: trabalhar "com" e "a favor de", e não "contra a natureza".

Os sistemas permaculturais são desenvolvidos para durar tanto quanto seja possível, com o mínimo de intervenção. Os sistemas são tipicamente energizados com a luz do sol, os ventos, e/ou as águas, produzindo energia suficiente para suas próprias necessidades.

E esses são apenas alguns exemplos das muitas possibilidades trabalhadas na Permacultura.

Fonte: Instituto de Permacultura da Mata Atlântica.

Hidroponia

Na hidroponia, o solo é substituído por um meio inerte onde a planta possa ter sustentação e os elementos que o vegetal iria retirar da terra são fornecidos por uma solução contendo sais dos elementos necessários para seu desenvolvimento.

É o que ocorre em países arenosos, que para poderem fazer uso do solo arenoso utilizam um processo de cultivo similar ao que será apresentado a seguir.

A solução utilizada no experimento descrito aqui será chamada de solução nutritiva e o meio inerte usado é a areia, pois é um material fácil de manipular, não tóxico, barato, insolúvel. A areia é usada para sustentar o vegetal, e muitos utilizam até cascalho em seu lugar, outros não utilizam meio de sustentação, deixando as raízes submersas na solução nutritiva. Por exemplo, no cultivo de alface, utiliza-se uma placa de isopor com buracos onde as folhas do alface sustentam o próprio vegetal; mas o aspecto principal, onde todos os métodos de hidroponia possuem um ponto em comum - é a solução nutritiva. A solução nutritiva é a chave - mestra do cultivo. Existem vários tipos de soluções nutritivas com as mais variadas formulações para os mais variados cultivos, mas em todos os cultivos deve haver uma solução nutritiva.

E por que trocar o solo pela solução nutritiva? O solo já não fornece os mesmos elementos que a solução nutritiva? Qual a vantagem do uso da hidroponia?

A hidroponia possui várias vantagens em relação ao cultivo no solo.

1º - Pronta disponibilidade de nutrientes

Claro, que a terra possui os elementos de que a planta necessita, mas

na forma de sais pouco solúveis, daí um esforço maior para retirar esses elementos do solo, pois as raízes da planta absorvem os elementos do solo na forma de íons. Na solução nutritiva, todos os íons estão solubilizados, daí seu esforço para retirá-los da solução é muito menor, além disso, na hidroponia, utilizam-se soluções de concentração aproximadamente 50 vezes maior que encontrada na terra.

2º - Economia de espaço

Se os íons estão prontamente disponíveis para a planta, as raízes não precisam ocupar uma área muito grande para o seu desenvolvimento, havendo necessidade de um menor espaço para seu desenvolvimento.

3º - Economia de tempo

Na hidroponia, em razão das facilidades de nutrição, as plantas demoram menos tempo para se tornarem adultas.

4º - Facilidade de manuseio e controle de pragas

A hidroponia é executada em recipientes a aproximadamente 1,0 m do solo, o que facilita o manuseio das plantas, pois o agricultor não precisa se abaixar para colher, para fazer transplantes etc.

As pragas que geralmente estão no solo (como larvas que comem as raízes dos vegetais e outras) não conseguem infestar as culturas hidropônicas, não havendo assim a necessidade do uso de defensivos agrícolas.

Um aspecto muito importante da hidroponia é a manutenção da solução. Em muitos lugares, a solução utilizada em um cultivo é reutilizada no próximo cultivo, adicionando-se a ela mais nutrientes. A quantidade de nutrientes adicionados varia de vegetal para vegetal, de espécie para espécie e, inclusive, de região para região. A solução deve estar sempre em movimento para evitar a formação de algas (não é comum aparecer lodo em água parada? Imagine água parada com nutrientes!), daí a necessidade de uma bomba que garanta a constante movimentação da solução. É necessário também um sistema de aeração para manter uma certa quantidade de oxigênio dissolvido na solução que garanta a respiração radicular da planta e evite a proliferação de seres anaeróbios.

O que apresentamos no nosso projeto de hidroponia é o cultivo de "vegetais com muita química", ou seja, o cultivo de vegetais num leito de sustentação, que no caso é um aquário cheio de areia, no qual é feita a irrigação com uma solução contendo todos os sais minerais necessários para o bom desenvolvimento da(s) planta(s).

Agricultura Natural

O método da Agricultura Natural foi idealizado por Mokiti Okada (1882-1955), como alternativa para os problemas decorrentes da prática da agricultura convencional.

Ao analisar o método agrícola convencional, Mokiti Okada manifestou profunda preocupação com o emprego excessivo de agroquímicos no solo. Como solução, indicou a aplicação de um método agrícola sustentável, que preservasse o meio ambiente e promovesse a saúde, oferecendo alimentos puros e saborosos.

O uso de agroquímicos foi difundido e intensificado como prática convencional a partir da Primeira Grande Guerra Mundial, época em que a escassez de alimentos impulsionou a produção agrícola em larga escala e em tempo acelerado, o que promoveu um impacto ambiental devastador.

A aplicação de agroquímicos no solo altera seu ciclo natural e causa desequilíbrio biológico em função da eliminação de microrganismos fundamentais ao desenvolvimento das plantas que, com suas características modificadas, tornam-se dependentes dos produtos químicos.

Mokiti Okada alertou para a necessidade de uma avaliação cuidadosa sobre os "bons resultados" obtidos pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, que têm caráter passageiro e acarretam graves conseqüências ao meio ambiente. A impregnação de resíduos químicos nos alimentos, a alteração do seu verdadeiro sabor, o comprometimento da saúde do lavrador, que manipula tais produtos, e do consumidor, além da contaminação de mananciais, leitos de rios, lençóis freáticos, enfim, da ampla degradação ambiental que afeta toda a cadeia alimentar.

Observador dos princípios da Natureza, Mokiti Okada criou, na década de 1930, o método da Agricultura Natural para resgatar a pureza do solo e dos alimentos e preservar a diversidade e o equilíbrio biológico. Essa prática agrícola, desenvolvida com respeito ao meio ambiente, resguarda a qualidade das águas e contribui para a elevação da qualidade da vida humana.

O método privilegia a força intrínseca do solo, cuja qualidade é fator primordial para a obtenção de boas colheitas. Segundo esse princípio, a fertilização do solo consiste no fortalecimento de sua energia natural.

Para isso, basta torná-lo puro e limpo. Quanto mais puro é o solo, maior é a sua força para o desenvolvimento das plantas. Diferentemente dos métodos convencional e orgânico, o método da Agricultura Natural não emprega produtos químicos ou esterco animal, e sim faz uso de compostos vegetais, que conservam a pureza do solo e permitem a reciclagem dos nutrientes para o desenvolvimento das plantas.

Além dos aspectos que envolvem saúde e ecologia, o método de cultivo natural tem claras implicações econômicas e sociais.

A crise provocada pelo método convencional de produção - intensificada após o surgimento de efeitos como a doença da "vaca louca" e das "superbactérias" - tem impulsionado o crescimento da demanda por produtos orgânicos mais confiáveis. Especialmente na Europa e nos Estados Unidos, que sofreram diretamente esses efeitos, a agricultura orgânica vem apresentando um crescimento expressivo. Isso exige maior oferta destes produtos, o que representa excelente oportunidade de crescimento para o setor no Brasil, país rico em recursos e condições de produção.

Além do favorecimento econômico, a Agricultura Natural tem forte impacto social, na medida em que fortalece os pequenos núcleos de Agricultura Familiar, tão fragilizada pelo domínio da agricultura extensiva. Essa fragilidade da Agricultura Familiar é uma das principais causas da contínua migração dos homens do campo para os centros urbanos, o que provoca o aumento da pobreza e da marginalidade no Brasil. Assim, a Agricultura Natural atende à consolidação de um outro conceito representativo desses primeiros anos de milênio: o Consumo Responsável/Consciente.

Ciente da importância do desenvolvimento agrícola sustentável para a consolidação de uma sociedade mais justa, o método de Agricultura Natural de Mokiti Okada é aplicado e difundido pelo Centro de Pesquisa, mantido pela Fundação Mokiti Okada, que realiza pesquisas para a recuperação e a preservação ambiental, e pela Korin Agricultura Natural Ltda., que produz e comercializa produtos alimentos naturais (livres de agroquímicos) em parceria com núcleos de produção familiar.

Fonte: Fundação Mokiti Okada

Carta Política do I Encontro Nacional da Agroecologia

Comissão Organizadora
CARTA POLÍTICA
Rio de Janeiro, 02 de agosto de 2002
Aos candidatos a mandatos do Executivo e do Legislativo
nos níveis federal e estadual

À Sociedade brasileira

O contexto em que se realiza o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) combina a esperança de mudanças com a revolta pela permanência da injustiça contra os produtores familiares e da violência contra os que lutam pelos seus direitos. O recente assassinato dos companheiros líderes sindicais, Bartolomeu Morais da Silva, conhecido como "Brasília", e Ivo de Castro Machado, leva-nos a reafirmar o direito supremo de todo ser humano de lutar por seus direitos, a começar pelo direito à vida.

Nós, 1.100 cidadãos e cidadãs, produtores e produtoras familiares, membros e representantes de entidades sindicais, associações e movimentos sociais (agricultores, criadores, pescadores, extrativistas, quilombolas e indígenas); profissionais de organizações governamentais e não governamentais (pesquisadores, extensionistas, professores) e estudantes, portadores de experiências agroecológicas que estão sendo desenvolvidas em todas as regiões do País, reunidos no Encontro Nacional de Agroecologia, afirmamos:

- que o desenvolvimento rural sustentável só será possível se baseado na justiça social, na distribuição dos recursos produtivos e no uso de

tecnologias que ao mesmo tempo conservem o meio ambiente e garantam níveis de produção adequados;

- que somente uma numerosa e dinâmica produção familiar pode garantir um desenvolvimento rural sustentável que gere novos empregos e fontes de renda para homens e mulheres do campo;
- que a agroecologia é a abordagem da gestão produtiva dos recursos naturais mais apropriada para o alcance da sustentabilidade da produção familiar;
- que a produção agroecológica familiar é economicamente viável, ambientalmente saudável, culturalmente apropriada e socialmente justa;
- que a igualdade das relações entre homens e mulheres é uma condição essencial para o alcance da sustentabilidade da produção agroecológica familiar;
- que o padrão vigente de apropriação da terra baseado no latifúndio e na grande empresa rural deve desaparecer. Ele provoca a exclusão social e a degradação do meio ambiente, através da motomecanização intensiva e do uso de produtos tóxicos, substituindo a diversidade da natureza e da produção familiar por imensas áreas de monocultura;
- que o Estado em todos os níveis deve reverter as políticas que privilegiam este modelo dominante e a elite rural em favor de políticas que garantam a transição para um modelo de desenvolvimento rural sustentável baseado na produção familiar agroecológica. O papel do Estado deve ser o de favorecer a participação dos produtores e produtoras familiares, por intermédio de suas organizações, na formulação e execução de políticas de desenvolvimento rural agroecológico e não o de executá-las de cima para baixo;
- que os produtores e produtoras familiares detêm conhecimentos inestimáveis sobre os recursos naturais e o meio ambiente e, quando integrados a processos do diálogo com o meio científico, têm potencializado sua capacidade criativa na inovação agroecológica;
- que a sociedade começa a perceber as vantagens do consumo de alimentos agroecológicos e a valorizar a produção de origem familiar;
- que a produção familiar agroecológica não se destina a um nicho de consumidores ricos; ela pode, com políticas públicas adequadas, alimentar toda a população brasileira e produzir excedentes exportáveis;

- que os produtores e produtoras familiares socialmente organizados e com apoio adequado são capazes de assumir a promoção do desenvolvimento rural e de formular políticas que o favoreçam.

Resgate da dívida social no campo

O processo de transição da grande produção patronal baseada em insumos químicos para uma produção familiar baseada na agroecologia será mais ou menos longo, dependendo do dinamismo dos movimentos sociais e das políticas públicas adotadas. Entretanto, o resgate da dívida social do Estado para com a produção familiar deve ser implementado imediatamente e de forma abrangente.

O Estado deve garantir políticas habitacionais, de acesso a água potável, de saneamento básico, de eletrificação, de educação, comunicação, transporte, saúde e lazer para todas as famílias rurais.

Acesso aos recursos naturais

Para que o processo de transição agroecológica se efetive, torna-se necessário superar um dos principais obstáculos estruturais que inviabilizam a consolidação do desenvolvimento rural sustentável baseado na produção familiar: a desigualdade do acesso aos recursos naturais.

Terra

O latifúndio no Brasil e os grandes projetos de mineração, hidrelétricas, hidrovias e outros continuam gerando violência, matando e expulsando trabalhadores, desestruturando comunidades e destruindo a natureza.

Continua vigente a necessidade de uma profunda reestruturação fundiária que leve em conta:

- as realidades socioambientais e a capacidade de suporte dos ecossistemas;
- o respeito às formas tradicionais de apropriação e uso dos recursos naturais;
- as relações sociais de gênero para garantir a equidade do direito à terra;
- a articulação entre as políticas fundiárias e de gestão ambiental.

Por isso, em nossa proposta de Reforma Agrária:

- reafirmamos nosso apoio ativo à Campanha pelo Limite do Tamanho da Propriedade da Terra (35 módulos fiscais), desenvolvida pelas entidades do Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo;
- defendemos a desapropriação como instrumento insubstituível de justiça agrária e a necessidade de regulamentação do pré-requisito do uso racional dos recursos naturais para o cumprimento da função social da propriedade;
- reafirmamos a nossa posição contra a chamada reforma agrária de mercado, representada pelo Banco da Terra, que exclui os trabalhadores, sobretudo as mulheres, do acesso à terra;
- defendemos que o valor do passivo ambiental seja descontado do valor da desapropriação, constituindo um fundo socioambiental destinado aos assentamentos da Reforma Agrária para ações de recuperação ambiental e projetos agroecológicos;
- renovamos nossa defesa da regionalização das propostas de política de Reforma Agrária, respeitando as formas de apropriação e uso dos recursos que combinam a exploração familiar com áreas de uso comum, como no caso dos geraizeiros no Cerrado e dos extrativistas na Amazônia;
- reiteramos a proposta de imediato reconhecimento das terras das comunidades quilombolas e reservas extrativistas; da demarcação e proteção das terras indígenas e unidades de conservação; da implantação de sistemas sustentáveis de assentamentos.

Água

Diretamente relacionada à problemática do acesso à terra está a questão da gestão social dos recursos hídricos. Considerando a natureza diversificada das necessidades e das formas de uso da água pela produção familiar, as políticas oficiais de recursos hídricos e as legislações reguladoras específicas têm se mostrado poderosos obstáculos estruturais à consolidação da proposta agroecológica. As políticas se fundamentam na oferta centralizada de água através de grandes barragens e adutoras, beneficiando quase que exclusivamente os grandes proprietários de terra e gerando degradação ambiental e exclusão social. As legislações, por sua vez, apontam para a crescente mercantilização da água, negando o livre

acesso a ela como tradicional e inviolável direito dos produtores e produtoras familiares.

- Bem-sucedidas experiências em curso em diferentes biomas brasileiros têm apontado para a necessidade de implementação de políticas públicas que favoreçam a disseminação das diversificadas propostas de uso e manejo dos recursos hídricos ajustadas às especificidades socioambientais locais.
- A implementação dessas propostas deve se dar mediante processos decisórios locais que envolvam efetiva participação das famílias produtoras considerando, inclusive, a fundamental relevância da incorporação do enfoque de gênero às orientações das políticas relacionadas ao acesso equitativo à água.

Recursos genéticos

Também na problemática do uso e do manejo da biodiversidade, as políticas públicas e legislações vigentes têm demonstrado que são fortes obstáculos à sustentabilidade da produção familiar. Ao induzir à especialização produtiva e ao progressivo desaparecimento de variedades e raças locais, os pacotes técnicos disseminados fragilizam o equilíbrio ecológico dos sistemas produtivos, gerando um círculo vicioso no qual a degradação ambiental leva à crescente intensificação do uso de agroquímicos e vice-versa.

- Cobramos a aprovação de uma Lei de Recursos Genéticos compatível com os interesses da produção familiar e com a agroecologia.
- Afirmamos nossa oposição ao patenteamento de seres vivos e cobramos a reformulação da atual Lei de Patentes.
- Reafirmamos que as sementes são um patrimônio da Humanidade.
- Cobramos a reformulação da atual Lei de Sementes, feita contra os interesses da produção familiar e a favor das grandes multinacionais agroindustriais e do capital financeiro.

A tentativa de liberação do plantio e do consumo de transgênicos no Brasil pelo Estado, numa atitude antidemocrática respaldada pela arrogância de tecnocratas, revela a absoluta falta de cuidado com a saúde da população, a integridade da biodiversidade e a sustentabilidade econômica da produção familiar.

As múltiplas experiências exitosas de produção agroecológica existentes no Brasil evidenciam as amplas possibilidades de alcançarmos de forma autônoma um padrão de desenvolvimento rural sustentável, sem que necessitemos incorrer em qualquer um dos enormes riscos que os transgênicos nos impõem. Essas experiências combinam estratégias locais de revalorização social dos recursos genéticos vegetais e animais utilizados tradicionalmente e a manutenção de sistemas produtivos diversificados que integram, de forma equilibrada, atividades produtivas destinadas ao mercado e ao consumo familiar.

- Defendemos a adoção de uma moratória por tempo indeterminado sobre a produção e o comércio de transgênicos até que seja comprovada, com controle público, a inexistência de quaisquer riscos à saúde da população, ao meio ambiente e à autonomia tecnológica e econômica da produção familiar.

Processo de desenvolvimento local sustentável

O desenvolvimento local sustentável, como estratégia de implementação de um projeto global transformador, reforça a idéia da adaptação ao meio, contrapondo-se às soluções universalistas e põe em destaque a autoconfiança das populações locais e sua diversidade cultural. É a partir do resgate da cultura, dos valores, do modo de vida próprio de cada povo que se constroem estes processos de desenvolvimento local.

O desenvolvimento local traz em si a necessidade de se pensar e agir coletivamente em escalas crescentes, do comunitário para o municipal e o regional, sendo as experiências concretas dos produtores e das produtoras familiares no campo da agroecologia a demonstração prática do que mudar e como mudar.

- As diversas experiências de promoção do desenvolvimento local com enfoque agroecológico existentes apontam para o papel protagonista que devem assumir as organizações de produtores e produtoras familiares e se constituem sólidas referências metodológicas para a elaboração de políticas públicas em escala mais ampla.

- Uma política de financiamento deve ser sensível às várias dimensões do desenvolvimento, contemplando as especificidades locais da transição para a agroecologia. É preciso crédito para a produção agroecológica de produtos de qualidade para o mercado, mas sobretudo para a garantia da segurança e da soberania alimentar da população.
- É preciso financiar processos descentralizados de armazenamento, beneficiamento, transformação e comercialização de produtos, agregando valor, gerando renda, conservando emprego para as famílias produtoras e dinamizando economias locais.
- As políticas de pesquisa, ensino e extensão devem se integrar aos processos de desenvolvimento local, invertendo as prioridades atuais, para apoiar o desenvolvimento da agroecologia e da agricultura e agroextrativismo familiares.
- Os diversos serviços de apoio ao desenvolvimento local também devem contar com recursos financeiros capazes de suprir as necessidades e exigências das diferenciadas dinâmicas locais.
- Esse conjunto de recursos financeiros exige uma reformulação profunda nos atuais padrões de financiamento do desenvolvimento, que devem deixar de ter o recorte setorial para assumir um caráter multisetorial e territorialmente integrado.
- Defendemos a constituição de fundos públicos para o desenvolvimento local, a serem acessados a partir de iniciativas da sociedade civil de forma autônoma ou em articulação com os poderes públicos locais.

A formulação e a gestão das políticas públicas não são um domínio exclusivo de ação do Estado. Ao contrário, os avanços já obtidos no desenvolvimento da agroecologia se devem às iniciativas da sociedade civil e se fizeram à contracorrente das políticas dominantes.

- Defendemos a criação de programas de capacitação dos produtores e das produtoras familiares para a gestão de políticas públicas, com o intuito de favorecer a implementação de projetos oficiais de desenvolvimento local com enfoque agroecológico formulados e executados com efetiva participação de organizações da sociedade civil.

Geração e apropriação social do conhecimento agroecológico

A agroecologia não funciona com receitas e pacotes aplicáveis indiscriminadamente.

Cada unidade produtiva representa um agroecossistema diferenciado que cobra a formulação de propostas específicas. Este princípio exige que os produtores e produtoras familiares sejam integrados ao processo de construção do agroecossistema. Isto não pode realizar-se de forma individual e isolada, mas por processos de trocas de conhecimentos.

- O saber científico deve incorporar o saber tradicional e as inovações das famílias produtoras abrindo novas fronteiras para a experimentação e para a organização das instituições científicas.
- A pesquisa e a extensão devem integrar-se a processos de desenvolvimento local da produção agroecológica familiar, onde os produtores são também pesquisadores e extensionistas e devem ser apoiados, nessas funções, inclusive financeiramente.
- A pesquisa deve deixar de operar na forma convencional por produto para buscar trabalhar os agroecossistemas de maneira integrada.
- A educação universal e democrática para os produtores e produtoras familiares deve se pautar por conteúdos e métodos que correspondam às diversidades culturais e ambientais nas distintas regiões do País.
- A formação de técnicos de nível médio e superior deve estar voltada para o fortalecimento e defesa da produção familiar e da agroecologia.
- A pesquisa, a extensão e o ensino públicos voltados para o mundo rural devem ser orientados exclusivamente para a Agroecologia e o fortalecimento da produção familiar.

Acesso a mercados

A transição para a agroecologia não pode ser sustentada se tiver que enfrentar a criminoso política de abertura do mercado nacional a importações subsidiadas no Estrangeiro que deprimem os preços e arruinam a produção familiar .

- Assim sendo, nos manifestamos contra a integração do Brasil à ALCA. Cabe ao Estado defender a produção familiar desta competição desigual, através de uma adequada política de preços mínimos e de compras privilegiadas dos produtos da produção familiar agroecológica.
- Propomos também que a legislação que regula a qualidade dos produtos in natura e beneficiados/industrializados deve ser adequada aos sistemas de produção familiar, garantidas as condições sanitárias essenciais.

Embora a produção agroecológica possa ser tão ou mais rentável do que a convencional, ela pode ter custos de comercialização mais elevados enquanto a oferta for baixa. Esse fato, aliado à existência de uma crescente demanda por produtos de qualidade, produzidos sem o uso de adubos químicos, agrotóxicos ou organismos transgênicos, tem levado à formação de preços mais elevados para esses produtos.

- Enquanto durar essa circunstância, é legítimo que se busquem mecanismos que confirmem credibilidade às transações comerciais e estabeleçam sinergias entre o consumidor e a produção familiar agroecológica, através de uma certificação de qualidade do produto e do processo de produção.
- A certificação, no entanto, não pode ser monopólio de uns poucos e deve adequar-se às necessidades e possibilidades de todos os consumidores e das famílias produtoras interessadas nesse mercado, baseando-se na ética e na construção de uma relação de confiança entre produtores e consumidores.

Nós, participantes do ENA, estamos e permaneceremos atentos ao cumprimento dos preceitos desta Carta pelos poderes públicos, militando dia-a-dia pela defesa da produção familiar e da Agroecologia como componentes estratégicos do desenvolvimento rural sustentado e democrático.

Plenária final do Encontro Nacional de Agroecologia

